

Introdução

*“[...] huma cidade grande serquada de trasto de 20
pallmos de larguo por outros tamtos de alltura toda
serquada de muro por sima com muitos baluartes e fortes
cheos dartelharia [...]”¹*
Mém de Sá

No ano de 1711, mais precisamente no mês de setembro, a cortina² defensiva que emoldurava a Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi rasgada como um cenário de papel que abrigava uma sociedade em pânico, que fugiu abandonando o seu espaço urbano. Os corsários³ franceses comandados René Duguay-Trouin de La Barbinais, cavaleiro da Ordem de São Luis, súditos de Luis XIV, retornavam à Baía de Guanabara no século XVIII, vitoriosos:

O Rei, meu mestre [...] ordenou-me empregar seus vasos e tropas para vos forçar a rendição, libertar todos os prisioneiros franceses e fazer com que os habitantes desta colônia lhe paguem contribuições

¹ Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá (governo: 1558-1572), governador-geral do Brasil. Salvador, Setembro/Dezembro de 1570. *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Rio de Janeiro no século XVI**. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, p.69.

² Cortina – Na Arte Militar, a cortina é compreendida como um sistema defensivo que dá proteção a um território. As cortinas podem ser classificadas como verticais (castelos verticais elevados, torres de menagem e muros defensivos), horizontais (fortaleza abaluartada), razante (complexo projeto geométrico poligonal, composto por múltiplos elementos defensivos), invisíveis (fortalezas protegidas em subterrâneos ou cortinas blindadas, camufladas na paisagem) e virtuais (dispensam o invólucro da arquitetura). MORI, Victor Hugo, LEMOS, Carlos A, Cerqueira, CASTRO, Adler Romero F. de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003. No presente trabalho, o termo cortina é utilizado para definir o sistema defensivo formado pelo conjunto de fortificações construído no interior da Baía de Guanabara e posteriormente expandido para o seu exterior. As fortalezas faziam parte deste sistema defensivo e destacavam-se no perfil litorâneo da baía por serem elementos de peso material na paisagem e instrumentos políticos de defesa e dissuasão.

³ O corso e a pirataria são práticas conhecidas desde a antiguidade. Segundo Paulo Knauss a disputa colonial é responsável pela re-significação das palavras. “Enquanto, na língua francesa a palavra corsário caracteriza um tipo social historicamente demarcado, associado aos feitos heróicos da construção da Marinha Nacional, em português a palavra ganhou um sentido pejorativo, tornando-se sinônimo de pirata, assumindo seu conteúdo ilícito. [...] É preciso considerar que a política ibérica exclusivista dos mares demarcava, como infratores às suas leis, a ação dos representantes da liberdade dos mares, especialmente os franceses, no caso da América portuguesa.” KNAUSS, Paulo. **O Brasil, terra de corsários. Du Clerc a Duguay-Trouin. O Conde d’Etaing**. In: MARIZ, Vasco (org). **Brasil-França: Relações históricas no período colonial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006, p.122. Maria Fernanda Bicalho observa que a transferência das rotas comerciais para o Atlântico sul leva a um aumento das pilhagens e conflitos marítimos que orienta para “uma maior delimitação das fronteiras entre a pirataria e o corso. Enquanto a primeira dizia respeito à ação de indivíduos que atuavam sozinhos ou em grupos, sem qualquer respaldo oficial, o corso era um empreendimento planejado, inseria-se num contexto de tensão, de disputa ou de guerra entre as monarquias européias, e recebia o aval dos governantes”. BICALHO, Maria Fernanda. **A França Antártica, o corso, a conquista e a peçonha luterana**. História: São Paulo 27 (1): 2008, p.34.

Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a04v27n1.pdf>
Acesso: 19/maio/2009

suficientes para os punir por suas crueldades, ressarcindo amplamente Sua Majestade da despesa com tão considerável armamento. Não desejo, absolutamente, forçar-vos a render-se nem vos reduzir o país e cidade a cinzas, a não ser que me obrigueis, não cedendo à força do Rei, meu mestre, que me ordenou não destruir, em hipótese alguma aqueles que se submetessem de bom grado se arrependessem de tê-lo ofendido na pessoa de seus oficiais e tropas.⁴

A primeira invasão francesa do século XVIII, comandada pelo capitão-de-fragata Jean François Duclerc, foi detida pela cortina de taipa, pedra e cal formada pelas fortificações da Baía de Guanabara. Augusto Tasso Fragoso⁵ analisa os possíveis motivos do fracasso do corsário Duclerc e observa que o mesmo não julgou “apercebido de meios suficientes. Seus navios de guerra montavam artilharia, mas ele não os reputou capazes de lutar com bom êxito contra as fortalezas da barra e do interior da baía.”⁶ Duclerc empreendeu a invasão da cidade desembarcando no litoral de Guaratiba e seguiu com suas tropas por terra, objetivando a cidade. O corsário francês foi derrotado pelo conjunto formado pelas fortificações, tropas e população (homens livres e escravos).

Os franceses tradicionalmente contestaram o princípio jurídico do ‘mare clausum’⁷ defendido pelos portugueses e espanhóis. Portugal, desde o Tratado de Alcáçovas (1479), apoiava-se no princípio jurídico do ‘mare clausum’, princípio este que estabelecia que a prioridade da descoberta dos mares determinava a sua posse, com a exclusão das demais nações. Este princípio se fortaleceu na Capitulação da Partição do Mar Oceano ou Tratado de Tordesilhas (1494), que estipulou um meridiano a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, determinando a divisão das novas terras a serem descobertas entre Portugal e Espanha.

“Na Época Moderna européia, o mar se torna um componente do poder do Estado”⁸ e a presença francesa nas águas da Baía de Guanabara foi constante desde o

⁴ Carta de Duguay-Trouin a Francisco de Castro Morais, governador do Rio de Janeiro, quando da tomada da cidade em setembro de 1711. DUGUAY-TROUIN, René. **O Corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2002, p.149.

⁵ FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

⁶ *Ibidem*, p.113.

⁷ Os franceses foram os maiores defensores do princípio do ‘mare liberum’, ou seja, da liberalização dos mares. No entanto, no século XVII, o embate em defesa do ‘mar liberum’ provocou a argumentação de Hugo Grócio (1583-1645) a seu favor, a pedido da Companhia das Índias Holandesas. O frei português Serafim de Freitas (1570-1663), posteriormente defendeu o ‘mare clausum’, contestando Hugo Grócio. Serafim de Freitas fundamentou-se na legitimidade das bulas papais que avalizaram os direitos portugueses e hispânicos na repartição do mar oceânico.

⁸ KNAUS, Paulo. *Op. cit.*, p. 117.

século XVI. O governador Tomé de Souza (governo geral: 1549-1553), em carta ao rei D. João III (reinado: 1521-1557), observa a presença de franceses na região do Rio de Janeiro:

Eu entrey no Rio de Janeiro que esta nesta costa na capitania de Martim Afonso de Souza 50 lloguas de são Vicente e 50 do Espírito Santo, mando ho debuxo della a V. A. mas tudo que he graça que se della pode dizer senão que pimte quem quiser como deseje hum Rio, isso tem este de Janeiro, parece me que V. A. deve mandar fazer ally hũa povoação honrada e boa porque ya nesta costa nom há rio que entrem franceses senão neste e tirão delle muita pimenta e fuy sabedor que hum ano tiraram 50 pipas [...]⁹

Lucien Provençal no texto *Os navegantes franceses na costa brasileira* comenta as diversas incursões organizadas para as conquistas portuguesas na América: “Em 1540, nove naus de Rouhen partem para o Brasil [...] Dennebault e Barbier vão para Cabo Frio”¹⁰.

A cartografia francesa apresenta exemplos de levantamentos da situação militar (fortificações) e da geografia da região da Baía de Guanabara. Podemos citar os trabalhos cartográficos: de Guillaume Le Testu, francês da escola de Dieppe que acompanhou André Thevét, monge e cosmógrafo, e o piloto Nicolas Barre, em viagens pelas terras do Novo Mundo (1552), e posteriormente Villegaignon (1555), na fundação da França Antártica; de Jacques Vau de Claye¹¹ que desenhou o mais antigo mapa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, doze anos após a sua fundação pelos portugueses; e o de François Froger, do final do século XVII, muito semelhante ao de Francisco Coreal, espanhol, que esteve no Rio de Janeiro, em 1690. No século XVIII, os testemunhos de integrantes da expedição de 1711 confirmam o conhecimento prévio da região. Louis de Chancel de Lagrange¹² em seu relato da tomada da cidade ao descrever

⁹ Carta do Governador Tomé de Souza ao Rei D. João III, com notícias das vilas e povoações que visitara na costa do Brasil – Salvador, 1 de Junho de 1553 - *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Rio de Janeiro no século XVI**. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, p.26.

¹⁰ PROVENÇAL, Lucien. **Os navegantes franceses na costa brasileira**. In: MARIZ, Vasco (org.). **Brasil-França: Relações históricas no período colonial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006, p.28.

¹¹ Le vrai pourtrait de Geneure et der cap de Frie par Jqz de vau de Claye, 1579. Bibliothèque Nationale de France, Paris

¹² Louis de Chancel de Lagrange - Luis Chancel-de-la-Grange – (1678-1747), pertencia a pequena nobreza da região do Périgord (Dordonha), na França. Em 1693, entrou a serviço da Marinha francesa e posteriormente foi feito Cavaleiro das Ordens de São Luís e de São Lázaro, como consta no seu manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Madri (1954-1955), por Claudio Ganns. Como 1º Tenente, serviu na fragata L’Aigle, integrante da esquadra de Duguay-Trouin, em 1711. No seu manuscrito intitulado *Voyages et Campagnes diverses faites en Europe, en Asie, en Afrique et en Amériques depuis l’an jusques en 1697. Sutede mes Campagnes et Voyages à la Chine, aux Indes Orientales et occidentales, au Brésil jusques en 1713* apresenta um relato da tomada da cidade por

a entrada da esquadra francesa na baía comenta: “Ao Cavaleiro de Courserac, comandando Le Magnanime, armado com 76 canhões, por já haver, anteriormente, estado no Rio de Janeiro, coube transpor a barra à testa [...]”¹³. O guarda-marinha Guillaume François Parscau, também integrante da esquadra de Duguay-Trouin, ao relatar a ordem de marcha para a entrada da baía evidencia o prévio conhecimento dos franceses da região. “O Magnanime, cujo capitão estivera já nesta baía, vinha na vanguarda, a fim de determinar o rumo.”¹⁴

René Duguay-Trouin em suas memórias descreve minuciosamente as fortificações da Baía de Guanabara, apontando a localização das fortalezas e fortes e o armamento existente nos mesmos. O corsário francês tomou a cidade através de uma operação militar vitoriosa, de forte caráter bélico. O empreendimento, apoiado tanto pela Coroa francesa como por comerciantes e nobres, colocou em evidência a fragilidade da cortina constituída pelas fortalezas da cidade e a postura francesa em relação às conquistas americanas de Portugal.

A arquitetura, segundo Bruno Zevi¹⁵, é a arte tridimensional que abriga o homem em seu interior e define o espaço cotidiano de seu viver. Quando um grupo social se estabelece em determinado território ou meio, intervém culturalmente no mesmo. A arquitetura como intervenção e marca cultural de um determinado grupo social delimita materialmente o cenário urbano e o cotidiano da cidade.

A arquitetura militar¹⁶, desde os tempos da antiguidade, apresenta diversas funções e pode ser lida por uma gama variada de olhares de diferentes observadores, em diferentes épocas e espaços geográficos. Ao considerarmos a fortaleza como parte da arquitetura militar, arte militar, privilegamos a sua função utilitária, ou seja, defesa e dissuasão, conseqüentemente a defesa de um território e a proteção e sobrevivência de um grupo social

[...] Se é certo que desde tempos muito remotos as populações sentiram necessidade de erguerem estruturas defensivas, a forma que

Duguay-Trouin e um esboço de um plano da cidade, onde demarca a cortina defensiva (Anexo 03 – Fig. 61).

¹³ LAGRANGE, Louis Chancel de. **A Tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1967, p.54.

¹⁴ Relato de Guillaume François Parscau – De Parscau Du Plessix – *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p.71.

¹⁵ ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

¹⁶ Arquitetura militar - A arquitetura militar, ramo da arquitetura, especifica como “fortificação” a denominação genérica de obras de defesa militar. As fortalezas fazem parte desse conjunto denominada fortificações. No caso da Baía de Guanabara, as fortalezas da Baía de Guanabara são classificadas como permanentes, pois, têm como objetivo (arte militar) a defesa de um território contra invasões inimigas

estas estruturas assumiram foi, até o início do processo de Reconquista Cristã, a da fortificação dos povoados.¹⁷

Françoise Choay ao comentar a arquitetura como uma das formas de arte, a considera “a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica.”¹⁸

As fortalezas lidas como cortinas protetoras, defensivas, dissuasivas, poder, domínio, justiça ou sentimento de pertença, para um grupo externo encobrem segredos, curiosidades e talvez botim, podendo ser lidas como: um obstáculo a ser transposto, uma cortina que encobre um território a ser dominado, ou mesmo, um espaço cobiçado.

A discussão bibliográfica sobre arquitetura militar, especificamente a arquitetura militar do Rio de Janeiro, versa principalmente sobre o sistema defensivo da cidade como arte militar, trabalhando a sua função utilitária. Tal afirmação considera os trabalhos de Gilberto Ferrez, *O Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto: 1555-1800 e Organização da Defesa. Fortificação*; de Francisco de Paula e Azevedo Pondé, *A Defesa Militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro em Quatro Séculos*; e de Augusto Tasso Fragoso, *Os franceses no Rio de Janeiro*.

Estudos gerais sobre a arquitetura militar brasileira foram realizados por Aníbal Barreto, *Fortificações do Brasil*, trabalho este de levantamento cronológico e geográfico das fortificações brasileiras.

Victor Hugo Mori, Carlos Cerqueira Lemos e Adler Homero F. Castro, *Arquitetura Militar: um panorama a partir do Porto de Santos*; e Mário Mendonça de Oliveira, *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil* apresentam considerações sobre a arquitetura militar na época moderna, no entanto, objetivam estudos específicos sobre os portos das cidades de Santos (São Paulo), e Salvador (Bahia).

Aurélio de Lyra Tavares, *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção de Brasil*, apresenta um estudo sobre a engenharia militar a partir dos engenheiros militares capacitados a construir na ‘colônia’ portuguesa na América e sua organização como corpo, posteriormente à oficialização das escolas de formação.

O trabalho proposto tem como tema a arquitetura militar desenvolvida pelos portugueses na região que envolvia a Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de

¹⁷ BARROCA, Mario Jorge. **Do castelo de reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p.5.

¹⁸ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo; Unesp, 2001, p. 230.

Janeiro, e mais especificamente as fortalezas da Baía de Guanabara. O que se pretende é discutir, a partir da construção de um perfil da cortina de fortificações que cercava a cidade, os diferentes olhares e leituras construídos por diferentes observadores.

O corte espacial compreende a Baía de Guanabara, que abrigava a cidade de São Sebastião Rio de Janeiro. Cidade portuária, organizada segundo as tradições urbanísticas portuguesas, no parecer de Manuel Teixeira¹⁹. A cidade do São Sebastião do Rio de Janeiro tem em sua fundação um caráter militar e de reconquista territorial²⁰ aos franceses, observação relevante no contexto do período cronológico recortado, quando as ameaças francesas fizeram-se constantes. O corte temporal compreende a passagem do século XVII para o XVIII, ou seja, trabalha de forma flexível o reinado de D. Pedro II (1683-1706) e de D. João V (1706-1750), momento de afirmação da dinastia bragançina, em Portugal, e reinado de Luis XIV (1643-1715) da França, em que está inserida a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1715). A pesquisa evidencia os anos de 1710/11, durante o segundo governo de Francisco de Castro Moraes²¹ (1710-1711), quando a cidade vivenciou duas invasões francesas: a fracassada invasão comandada por Duclerc (1710), e a vitoriosa de Duguay-Trouin (1711), ou seja, a cortina composta pelas fortalezas foi vencida.

Cenário do cotidiano urbano, parte integrante da paisagem construída, as fortalezas da Baía de Guanabara foram intransponíveis mesmo com suas limitações e se apresentaram no cenário que se refletia nas águas da Baía como a encenação de um espetáculo de poder. No período que compreende da fundação da cidade à invasão de

¹⁹ “A construção da cidadela ou do núcleo urbano primitivo no cume de um monte era uma característica fundamental das cidades portuguesas. [...] a maior parte das cidades portuguesas, localizadas na costa estavam organizadas em dois níveis a cidade alta e a cidade baixa, com funções e características bem distintas [...]”

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XII – XVIII**. Portugal – Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 216.

²⁰ Reconquista territorial – A utilização do termo reconquista territorial, em relação à região da futura cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, remete para os portugueses ao processo de reconquista cristã da Península Ibérica. No caso ibérico, como na América, o processo permeava duas questões; a guerra justa e a guerra santa. Ver BICALHO, Maria Fernanda. *Op. cit.*

Na América, os franceses fixados na ‘França Antártica’ eram combatidos com base jurídica – *mare clausum*; e também por se reconhecerem como protestantes. O governador Mem de Sá escreve a regente D. Catarina: “A obra foi de Nosso Snõr que não quis que se nesta terra prãtase gente de mãos zelos e pensamentos: erão luteros e caluinos: o seu exercício era fazer guerra aos cristãos [...]. Carta de Mem de Sá à regente D. Catarina – S. Vicente, 17 de junho de 1560 – *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op.cit.*, p.43

²¹ Francisco de Castro Moraes era fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, segundo requerimento enviado ao Conselho Ultramarino no ano de 1709 (AHU_ACL_CU_017, caixa 8, D 0864). Foi mestre de campo (comandante do terço – terça parte de um regimento, cerca de 1000 homens), e regente da Aula de Fortificação e Artilharia (1701) na Praça do Rio de Janeiro. Castro Moraes governou por duas vezes a capitania do Rio de Janeiro (1696-1699 e 1710-1711), e a capitania de Pernambuco no período de 1703-1707.

Duguay-Trouin, as fortalezas proporcionaram a segurança da sociedade e o domínio territorial para a Coroa portuguesa.

A presença concreta, ainda hoje, das Fortalezas de Santa Cruz e de São João, na Baía de Guanabara, como patrimônio cultural, aponta para a relevância de seu estudo e a possibilidade da análise de suas diversas leituras, realizadas por diferentes observadores. O acervo de documentos escritos e iconográficos existentes em várias instituições: Torre do Tombo - Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal), Biblioteca de Évora (Portugal), Biblioteca da Ajuda (Portugal), Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro - Brasil), e outros, possibilitam a construção de um perfil da cortina no período recortado.

O presente trabalho tem como objetivo o estudo das fortalezas que constituíam, ao lado de outras fortificações, uma cortina de taipa, pedra e cal que emoldurava a Baía de Guanabara e as suas possibilidades de leituras. Portanto, os documentos escritos e iconográficos são a base para análise da apreciação de possibilidades, de olhares e de leituras que foram construídos pela sociedade do Antigo Regime, no estudo específico, pela Coroa portuguesa e por vassalos franceses de Luis XIV (viajantes e corsários).

Consideramos como fundamental para alcançar o objetivo proposto – a construção do perfil da arquitetura militar na baía de Guanabara, no recorte temporal proposto – observar as invasões francesas de 1710/11 e o direcionamento dado pela administração colonial em relação às fortalezas da região após o resgate da cidade em 1711.

A hipótese de trabalho destaca a importância das fortalezas para a sociedade do Antigo Regime. As fortalezas eram lidas além de sua função estabelecida na arte militar (defesa e dissuasão). A cortina de fortificações no imaginário da sociedade do Antigo Regime poderia ser analisada segundo dois pontos: para a Coroa portuguesa enraizava o seu poder, domínio, justiça e presença no ultramar na construção de um ‘Império’²², propiciando para a sociedade uma proteção que a resguardava de invasores,

²² O conceito de Império é foco de discussão da historiografia atual, sendo assim, este conceito é apresentado entre aspas. Segundo Evaldo Cabral de Mello, “No século XVI, a noção de Império, como supremacia do Sacro Império Romano-Germânico sobre toda a cristandade, vinha sendo desde a Idade Média tardia erodida pelos Estados nacionais, que haviam adotado como barreira a tais pretensões o princípio do *rex imperator suo*, que fazia de cada monarca o imperador de seu reino, o detentor integral da soberania interna e externa. Portugal não fugira à regra [...] Como adverte Martim Albuquerque, a quem se deve exame devido do assunto, esta diferente concepção de império nada tinha a ver com o sentido primitivo da palavra, que denotara na Roma antiga o mando, a fonte última do poder, noção que, em seguida, fora utilizada para designar a extensão territorial sobre a qual se exercia a soberania da urbe.

instituindo um sentimento de pertença e ligação com o Reino; para os grupos compostos de outras origens, não súditos do rei de Portugal, as fortalezas eram obstáculos que ocultavam uma paisagem proibida e um território desejado.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento do trabalho faz uso de levantamento e análise crítica de documentos escritos (oficiais ou particulares) e representações iconográficas, tais como: cartas, mapas e gravuras da Baía de Guanabara e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O cruzamento de fontes primárias faz-se fundamental para a afirmação de informações que são apresentadas nos diversos documentos escritos e iconográficos.

O conjunto de documentos a serem observados é composto por três subconjuntos: pela correspondência entre metrópole e colônia, através do Conselho Ultramarino, objetivando uma reconstrução do perfil da defesa efetiva ou real da cidade (correspondência dos governadores, engenheiros militares e suas expectativas quanto à realidade das fortificações da cidade: defesa, dissuasão e proteção); cartografia portuguesa e estrangeira que construiu a partir da fundação da cidade todo um imaginário para a Baía de Guanabara e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, através de suas fortalezas e fortificações secundárias; e de documentos de estrangeiros, ou seja, documentos de súditos que não pertenciam à Coroa portuguesa – François Froger, René Duguay-Trouin, Loui Chancel de Lagrange, Guillaume François de Parscau e outros – o olhar estrangeiro da cidade do Rio de Janeiro.

A divisão metodológica dos capítulos se organiza em função da apresentação das diferentes leituras a serem consideradas sobre o objeto em estudo. Apresentamos três capítulos. O primeiro capítulo, ‘A cortina defensiva da Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na Baía de Guanabara’, abrange considerações pertinentes à relação da cidade com suas fortificações. Este capítulo, para um melhor entendimento do objeto de estudo, traz uma apresentação técnica dos modelos de fortalezas. Uma breve explanação da ‘evolução’ construtiva da arte de fortificar e sua associação com a

Ela ligava-se antes à acepção que, como indicou Anthony Padgen, dera-se a partir de Tácito ao império romano definido como ‘imenso corpo imperial’, ou seja, como uma unidade estabelecida sobre diferentes Estados preexistentes, que podiam inclusive estar espacialmente separados, como os que os europeus virão conquistar na Ásia, no México ou no Peru; ou, caso de figura oposto, sobre um território virgem de estrutura estatal desenvolvida, como ocorrerá no restante das Américas.[...] era neste último sentido de ‘largos domínios’ que os ‘poetas e cronistas de Quinhentos usam continuamente a palavra ‘império’; e, pode-se aduzir, fazem-no também nossos cronistas do primeiro século de colonização. MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.26. Ver CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006, p. 26.

artilharia. A explanação permitirá um melhor entendimento do quadro de possibilidades na conquista americana, e das escolhas construtivas segundo as intenções e objetivos da Coroa e da sociedade local. E, finalmente, procura inserir as fortalezas da Baía de Guanabara no perfil da arquitetura militar, no início do século XVIII, quando das invasões francesas de 1710 e 1711 na região.

O segundo capítulo, ‘Por ordem de Sua Majestade, firmado por Sua Real Mão’, tem como orientação a possibilidade da leitura do rei ou Coroa portuguesa em relação às fortalezas, primeiro na construção do reino e posteriormente na América, ou seja, na construção de um império descontínuo territorialmente. A fortaleza, produto de uma delegação régia, representa poder enraizado, domínio sobre um território e justiça para os súditos.

Analisaremos a utilização, em Portugal, quando de sua definição territorial, por D. Diniz (1279-1325), do direito na arte de fortificar, na figura do *Ius Crenelandi*. A possibilidade do rei através de territórios conquistados na Península Ibérica e no além-mar de fortalecer e aumentar o seu poder no reino e distribuir justiça. A construção do rei associada à sua presença como chefe militar, legislador e vetor de urbanização. E, afinal, a possibilidade da fortaleza como representação de um rei distante, mas presente.

A leitura realizada por grupos que não eram súditos portugueses é o tema do terceiro capítulo, ‘Vidros ou diamantes: visões das fortalezas’. O capítulo evidencia o olhar francês sobre as fortalezas da Baía de Guanabara em dois contextos diversos que caracterizaram a passagem do século XVII para o XVIII (reinado de Luis XIV): afirmação do conceito do ‘*mare liberum*’, no século XVII, e a atividade de corso francesa durante a Guerra de Sucessão Espanhola (século XVIII). Como observadores franceses leram as fortalezas da Baía de Guanabara na paisagem do Rio de Janeiro, cidade que era proibida aos seus olhos e deleite. Portanto, selecionamos para análise o testemunho de François Froger, engenheiro militar francês, a serviço de Luis XIV na esquadra de M. Gennes, em período de paz no ano de 1695 e os testemunhos durante a Guerra de Sucessão espanhola, quando Portugal encontrava-se contra os interesses políticos franceses. As invasões de 1710 e 1711 lidas pelos representantes de Luis XIV, Duguay-Trouin, Louis Chancel de Lagrange e Guillaume François de Parscau. O ponto em evidência é o imbricamento entre as várias leituras referentes às fortalezas da cidade do Rio de Janeiro.

Na passagem do século XVII para o XVIII, a Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, era emoldurada por uma cortina de

fortificações, em que se destacavam na entrada de sua barra as Fortalezas de São João e Santa Cruz. A natureza exuberante da região, a arquitetura militar representada por suas fortalezas, incrustadas em terrenos irregulares e íngremes, e os rituais encenados para identificação e permissão de entrada na Baía de Guanabara constituíram uma unidade que permitiu o domínio inquestionável da Coroa portuguesa, por quase dois séculos. Finalmente, é das leituras de que a Baía de Guanabara foi objeto – leituras diversas, realizadas por olhares atrelados a práticas culturais e intenções também diversas – que se quer tratar:

A cidade encontra-se, pois, situada em meio a todos esses fortes, num vale pantanoso e rodeado por montanhas, as quais são ocupadas ora por fortificações, ora por igrejas. À primeira vista, o lugar não é passível de ser atacado a não ser através dos pântanos ou de caminhos impraticáveis, cobertos por salgueiros ou figueiras-da-barbaria.²³

²³ LAGRANGE, Louis de Chancel de. *Op. cit.*, p.142.

Capítulo 1

A cortina defensiva da Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na Baía de Guanabara

[...] assim com o poder, com as mãos e os dedos, trabalhar facilmente tudo aquilo que quisessem, começaram uns nesse ajuntamento a construir habitações cobertas de folhagens outros a escavar cavernas sob os montes, e alguns, imitando os ninhos de andorinha e o seu modo de construir, a fazer habitações com lama e pequenos ramos, para onde pudessem ir. Observando então as construções alheias e juntando coisas novas aos seus projetos, cada dia melhoravam as formas das choupanas.

Vitrúvio²⁴

A reflexão que apresentamos tem como tema a arquitetura militar da Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, no recorte temporal que compreende o final do século XVII e meados do XVIII. As invasões francesas de 1710 e de 1711 são relevantes na abordagem, quando, 156 anos após a sua fundação, os franceses tomam a cidade e colocam em evidência a fragilidade de seu sistema defensivo. As invasões, dentro do contexto da Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), vão nos servir como o ponto de convergência de variadas leituras que observadores diversos possuíam das fortalezas. A construção de um perfil da cortina de taipa, pedra e cal que cercava a cidade, e a possibilidade de diferentes olhares e leituras construídos por diferentes observadores, através de seus testemunhos escritos ou iconográficos das fortalezas que circundavam a região é o fio condutor que propusemos para a discussão.

A arquitetura associada à ciência e arte da guerra, arquitetura militar, tem na fortaleza as funções utilitárias de defesa e de dissuasão. No corte temporal e espacial adotado destacamos as definições para fortaleza dos engenheiros militares portugueses, nos séculos XVII e XVIII. Luis Serrão Pimentel (1613-1678) definia “Fortaleza He hum Castello, ou Cidadella mais forte, capaz, & de mais baluartes que os ordinários para segurança das Províncias, Cidades, Portos, ou e semelhante intento”;²⁵ e para Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749), em *O Engenheiro Português*, “Fortaleza se chama huma Praça, de moderno recinto, que serve ordinariamente a guardar algum porto de mar, ou

²⁴ VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.113.

²⁵ PIMENTEL, Luís Serrão. *Método Lusitânico de desenhar fortificações das praças regulares e irregulares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, Cap. VII, (Fac-símile - não apresenta numeração de páginas).

citio importante para a segurança de um rio, cujos os baluartes devem ser distantes huns dos outros de 108, ate 110 braças.”²⁶

Segundo Adler Romero de Castro, historiador militar, fortaleza é tecnicamente uma fortificação que tem como princípio construtivo “proteger sua guarnição do fogo das armas inimigas, dando aos defensores chances de melhor usarem suas próprias armas contra os atacantes”,²⁷ e mais especificamente é definida por Aníbal Barreto como fortificação “cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral, largamente intervaladas.”²⁸. O historiador Rui Carita define fortaleza como “a obra ou lugar fortificado, destinado a receber uma guarnição e a defender um acesso a um território, colocado num lugar estratégico”²⁹. No presente trabalho fortaleza tecnicamente é compreendida como uma fortificação permanente, ou seja, uma obra de defesa militar, que tem por função utilitária defender uma região, conseqüentemente um grupo social, permitindo a sua sobrevivência. E interessa, sobretudo, ressaltar que, sendo fortificação de caráter defensivo, possui qualidades de dissuasão.

Na época moderna, as fortificações podem ser, dentro da arte militar, quanto à forma da planta classificadas como regulares ou irregulares: “Fortificação regular, o irregular segundo o polígono que forma a sua figura. Fortificação regular he aquela cujo o polígono tem todos os lados iguaes; e a Fortificação, que os não tem iguaes se chama irregular.”³⁰

Além disso, as fortalezas da Baía de Guanabara, segundo a classificação de Aníbal Barreto, são consideradas como permanentes:

As fortificações permanentes, segundo o número de obras de fortificação existente no local, natureza de seu armamento, área ocupada, etc, têm as seguintes denominações: praça-forte ou de guerra, fortaleza, forte, fortim, reduto, redente, bateria, hornaveque, castelo, casa forte e porta.³¹

As fortificações, especificamente as fortalezas, apresentam características que devem ser ressaltadas para seu melhor entendimento. A primeira observação

²⁶ FORTES, Manoel. **O Engenheiro Português**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, pág.15.

Braça – Antiga unidade de comprimento equivalente a 2.2m.

²⁷ CASTRO, Adler Homero. **O último argumento dos reis: artilharia e fortificações**. In: Cadernos do Centro de Memória Fluminense. Niterói: SACEM, 2004, p.16.

²⁸ BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p.24.

²⁹ CARITA, Rui. **O Regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João**. Funchal: Secretaria de Educação e Cultura, 1984, p.135.

³⁰ FORTES, Manoel. *Op. cit.*, p.8.

³¹ BARRETO, Aníbal. *Op. cit.*, p.23.

relevante é que a construção de uma fortaleza não é executada em um curto período de tempo. A fortaleza é um processo construtivo dinâmico e realizado através de anexações, alterações, constante manutenção e escolhas. A fortaleza de Santa Cruz da Barra foi a principal fortaleza da Baía de Guanabara durante o período estudado. A região onde encontramos a Fortaleza de Santa Cruz da Barra foi fortificada pela primeira vez por Nicolau Durand de Villegaignon, em 1555. Após a retomada da Baía da Guanabara aos franceses, em 1567, os portugueses estabeleceram no local uma fortificação que ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX sofreu inúmeros acréscimos e modificações.

Outro ponto relevante é que não podemos entender uma fortaleza apenas como uma obra de arquitetura militar. A fortaleza é um dos elementos de um conjunto formado também pelo seu armamento e por sua guarnição. Apenas a existência deste trinômio é que possibilita a eficiência e a existência de um sistema defensivo (composto por várias fortificações). Finalmente, a arquitetura é resultado do momento de conhecimento tecnológico, da cultura, disponibilidades e necessidades ou objetivos de sua construção. A escolha de uma determinada forma ou modelo, dentro de um leque de modelos existentes, é uma decisão permeada de intenções visíveis ou não aos nossos olhos:

[...] toda construção se faz para cumprir um determinado objectivo, sobre um determinado território sujeito a regras e regimes de propriedade específicos, e fazendo uso de um determinado conjunto de recursos materiais. O que varia é a escala destas acções, os diferentes atores envolvidos e os diferentes equilíbrios de interesses e objectivos em presença que têm ser tidos em conta.³²

A possibilidade de deslocar o estudo das fortalezas de uma análise de modelos arquitetônicos para “leituras” realizadas por olhares diversos se desdobra em dois pontos: o objeto de estudo é uma produção do passado, ou seja, um documento histórico, e foi produzido por uma sociedade com práticas culturais e intenções que determinaram escolhas em contextos temporais específicos.

No presente trabalho, as fortalezas são consideradas como integrantes de um processo arquitetônico que tem vínculos estreitos com os muros e castelos do medievo e conseqüentemente com a transformação da paisagem construída européia. O contexto do aparecimento dos castelos é permeado de medos e luta pela sobrevivência, quando observamos os diversos ataques e incursões magiares, sarracenas e normandas.

³² TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.13.

Estas novas ameaças provocarão a concentração da povoação em áreas mais reduzidas e a construção de muros de defesa atrás dos quais poderão refugiar-se em caso de ataque. Assim surgem os castelos e os núcleos de povoação amuralhados. Estes últimos tinham, além das muralhas externas, uma fortaleza central no seu ponto mais alto que dominava o casario.³³

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada no contexto de um conflito bélico entre franceses e portugueses, na região da Baía de Guanabara, no século XVI. Fundada como cidade real e marcada pela reconquista e pelo caráter estratégico/militar, as fortalezas da cidade somaram-se à paisagem construída pela sociedade estabelecida na região, emoldurando o cenário do cotidiano, desenhando uma cortina de taipa, pedra e cal, permeada pelo medo das invasões.

No corte temporal estudado (1683-1750), o olhar que recortava a paisagem localava o seu ponto de observação no mar, ‘caminho’ para as conquistas americanas. A paisagem da cidade que se refletia nas águas da Baía de Guanabara era emoldurada por uma cortina de fortificações ou sistema defensivo, onde se destacavam na entrada da barra as fortalezas de Santa Cruz e São João e na cidade a Fortaleza de São Sebastião, o ‘castelo’ da cidade.

A intenção é compreender a Baía de Guanabara como uma unidade formada por natureza, arquitetura e instituições sociais, uma paisagem construída por um grupo social em determinado tempo e lugar. A Baía de Guanabara será, pois, compreendida como unidade ou sistema.

A região da Baía de Guanabara, no século XVI, teve como primeiro recorte, realizado pelo europeu, a sua caracterização como ‘lugar’ de natureza exuberante:

A baía é bela e fácil de fixar na memória, pois sua entrada é estreita e fechada de ambos os lados por duas altas montanhas. (...) O rio referido é tão espaçoso que todos os navios do mundo poderiam aí se ancorar com segurança; sua superfície é cheia de belas ilhas, todas cobertas de verdes bosques.³⁴

O local é sem contestação, um dos mais seguros e agradáveis da América. Antes de desaguar no mar, o rio forma uma grande baía onde os barcos permanecem como se dentro de uma bacia; a sua

³³“Estas nuevas amenazas provocarán la concentración de la población em áreas mas reducidas y el levantamiento de muros de defensa trás los que poderse refugiar em caso de ataque. Así aparecen los castillos y los núcleos de población amurrallados. Estos últimos solían tener, aparte de las murallas exteriores, una fortaleza central en el punto más alto que dominaba las casas”.

LOSADA, Juan Carlos. **Castillos Medievales**. In: Historia Y Vida. Nº 485, p. 30

³⁴ Carta de Nicola Barre, piloto protestante, que fez parte do projeto de Nicolau Durand de Villegaignon, a França Antártica (século XVI). *Apud* FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.20.

profundidade é boa e os ventos são quebrados pelas montanhas que o envolvem; o banco de rochas, situados na embocadura, por obrigar as embarcações a navegarem nas proximidades de um dos fortes que comandam a costa, contribui muito para a segurança do porto.³⁵

Depois de ter passado por essas fortificações, entra-se, então, na baía propriamente dita repleta de ilhas, enseada e caudalosos rios que ela deságuam. [...] A cidade, que se pode, então descortinar em toda sua amplitude, fica situada à esquerda de quem entra, constituindo-se no mais formoso panorama que imaginar se possa, em virtude da grandiosidade de suas construções, situadas em colinas revestida de perpétuo relvado.³⁶

A partir do reconhecimento da natureza exuberante passou-se a observar a Baía quanto às suas características estratégicas. A Baía da Guanabara era abrigada, possuindo dois promontórios na entrada de sua barra que protegiam seu porto natural. E possuía uma fonte de água, o rio ‘Carioca’. A duas primeiras características citadas, segundo Manuel Teixeira, assemelhavam-se as das cidades insulares da Madeira (Baía de Machico) e dos Açores (Angra – Ilha Terceira), experiências portuguesas no Atlântico, no século XV. Outro ponto que destacamos era que a Baía encontrava-se entre São Vicente e Espírito Santo, litoral visitado pela atividade estrangeira de pirataria e corso, como consta na Carta do Governador Tomé de Souza ao Rei D. João III³⁷ e posteriormente local de implantação de núcleo francês - França Antártica. Mem de Sá, no ano de 1560, alerta para a necessidade de estabelecimento do domínio português:

Pólo que parece muito seruiço de V. A. mandar pouar este rio de Janeiro para segurança d todo o Brasil e desttoutros mãos pensametos porque se os franceses o tornão a pouoar ei medo que seja verdade o que Vila ganhaõ dizia que todo o poder d’Espanha nem do gram turco o poderá a tomar.³⁸

Portanto, o somatório de características físicas, da cultura portuguesa quanto à implantação de cidades/modelo urbano e, ainda, da necessidade de defesa da região estruturou a construção de um sistema integrado que definirá a Baía de Guanabara como paisagem construída.

³⁵ Relato de François Froger (século XVII). *Apud* FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. *Op. cit.*, p.51.

³⁶ Relato de Louis de Chancel de Lagrange (século XVIII). LAGANGE, Louis de Chancel de. *Op. cit.*, p.57.

³⁷ Carta do Governador Tomé de Souza ao Rei D. João III, com notícias das vilas e povoações que visitara na costa do Brasil – Salvador, 1 de Junho de 1553 - *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p.26.

³⁸ Carta de Mem de Sá à Regente D. Catarina, sobre a conquista da Ilha de Villegaigon – S. Vicente, 17 de junho de 1560. *Ibidem*, p.42.

A proposta de utilizar a idéia de uma paisagem construída não pretende colocar em oposição o conceito de natureza e paisagem³⁹ e sim pensar a paisagem construída da Baía de Guanabara como um objeto complexo e recortado por diversos olhares. A intervenção do homem na natureza com o objetivo de sobrevivência acaba por propiciar a criação de significados outros além das funções primeiras de uma obra arquitetônica civil:

Assim embora reconheçamos (como devemos) que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.⁴⁰

O objetivo, portanto, é entender as fortalezas da Baía de Guanabara não como ‘objetos arquitetônicos’ isolados, mas como um todo, integrados à Baía, e integrados entre si, formando uma cortina defensiva, ou seja, um conjunto ou sistema.

A leitura que faz Bruno Zevi⁴¹ da arquitetura como cenário do cotidiano também possibilita a leitura das fortalezas além da sua função primeira de arte militar para o campo das representações construídas pelo discurso escrito ou iconográfico de um determinado grupo e como elemento de uma paisagem construída. “As maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence, ao mesmo tempo que, por um processo circular, dele resulta.”⁴² As noções de cultura como prática e “representação como algo que permite ver uma coisa ausente ou como exibição de uma presença”⁴³ de Roger Chartier⁴⁴ são fundamentais para o

³⁹ O conceito de paisagem é ponto fulcral da geografia cultural francesa e fundamenta-se nos trabalhos de Augustin Berque e de Paul Claval. Paul Claval define paisagem como a intervenção do homem no meio através de sua cultura e sua abordagem possibilita o entendimento da paisagem além do meio físico, como somatório da natureza, construções arquitetônicas e instituições de um grupo social em determinado tempo e lugar. O uso do conceito de paisagem proveniente dos estudos acima citados não significa que a sociedade do Antigo Regime assim percebesse a Baía de Guanabara, mas propicia a possibilidade do entendimento da Baía de Guanabara como uma unidade à qual as fortalezas pertenciam.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

⁴⁰ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.20.

⁴¹ ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁴² PROST, Antoine. **Social e Cultural indissociavelmente**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.130.

⁴³ VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.63.

⁴⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

estudo a ser desenvolvido, no qual a proposta é uma reflexão sobre as diferentes leituras que podem ser realizadas de um objeto, no caso estudado, as fortalezas.

A Mui Leal Cidade do Rio de Janeiro foi fundada como cidade, a esta titulação corresponde a necessidade de discutir as implicações culturais quanto ao status do núcleo urbano e as diversas relações que foram estabelecidas por tal ato. Em recente comunicação no Seminário ‘Rio Lisboa: capitalidade dos dois lados do Atlântico’⁴⁵, os arquitetos Renata Malcher de Araujo, da Universidade de Nova Lisboa (Portugal), e Walter Rossa, da Universidade de Coimbra (Portugal), colocaram em discussão a proposta de uma distinção entre *vilas* e *ciudades* para a cultura portuguesa. Renata Malcher observou que na ‘colônia’ portuguesa na América, as cidades são dos reis e as vilas dos donatários. No campo lingüístico o termo ‘civitate’, segundo Malcher, está associado à colonização romana, direcionando a idéia de cidade para a sociedade portuguesa do Antigo Regime para centros administrativos. A arquiteta destaca que as cidades portuguesas são “utilizadas para marcar as áreas de domínio: no primeiro momento para expandir os tentáculos do Império, no segundo, para ‘desenhar’ as fronteiras do novo reino”.⁴⁶ A cidade era vista como superior hierarquicamente à vila na organização territorial, sendo vinculada à sede de poder, muitas vezes o poder episcopal. Walter Rossa concorda com a observação que culturalmente as cidades portuguesas são sedes episcopais. No caso específico da ‘colônia’ portuguesa na América, os núcleos urbanos fundados com a titulação de cidade foram cidades reais (Salvador e Rio de Janeiro), e foram também sedes episcopais. Os donatários receberam permissão de fundar vilas e não cidades como salientou Renata Malcher.

A problematização da titulação de núcleos urbanos direciona, como podemos observar, para a relação da carta de foral com o rei e os seus súditos: “As cartas de foral têm, contudo a particularidade de estabelecerem uma relação quase sem intermediário entre o rei e o povo, pelo que se instituem como um instrumento moderno e centralizador de poder.”⁴⁷

⁴⁵ Seminário realizado pelos Programas de Pós-Graduação em História e em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, com a organização de Maria Fernanda Bicalho e José Simões de Belmont Pessoa, nos dias 01 e 02 de dezembro de 2008.

⁴⁶ ARAÚJO, Renata Malcher de.

Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=704&sid=42>. Acesso em: 24/04/2008

⁴⁷ ROSSA, Walter. **A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português**. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p.219.

No caso lusitano, temos como primeiro foral outorgado o da cidade de Guimarães, pelo Conde D. Henrique, no século XI, posteriormente confirmado por D. Afonso Henrique e D. Afonso II. A cidade de Guimarães passaria a ser residência oficial, onde este habitaria com sua esposa, ou seja, a cidade condal (centro do poder). O foral de Guimarães acabou por se transformar em modelo para outros forais outorgados como o de Constantim e de outras povoações entre o Douro e o Minho. As leituras do Foral de Guimarães e de sua confirmação posterior evidenciam a relação monarca/súdito/cidade:

Em nome de Deus. Eu, conde D. Henrique, juntamente com minha esposa, infanta D. Teresa; Aprovemos, por boa paz e boa vontade, que façamos carta de bons foros a vós, homens que viestes povoar Guimarães, e àqueles que aí quiserem habitar até ao fim (do mundo).⁴⁸

Eu Afonso, por graça de Deus, rei de Portugal, juntamente com minha esposa rainha Urraca, e meus filhos, infante D. Sancho e D. Leonora, concedo e confirmo, a vós, moradores de Guimarães, as cartas e os foros que vós deram os meus avós conde D. Henrique e rei D. Afonso. [...] **É para que isto tenha a força, mando fazer esta minha carta e muni-la com meu selo de chumbo.**⁴⁹

Podemos concluir que as cartas forais portuguesas, quando da formação territorial portuguesa, possuíram importância para a ‘legitimação’ de núcleos já existentes e a formação de novos com o reconhecimento e ‘benefícios’ reais’.

A concessão de carta de foral foi, na verdade, o principal instrumento da "construção" do território português. Os forais eram a base legal do município, o meio para estabelecer institucionalmente as cidades, e eram usados tanto no caso dos povoados previamente existentes que eram conquistados para o reino, como no caso da fundação de novos.⁵⁰

O foral e o regimento da cidade do Rio de Janeiro até o presente momento não foram localizados, mas testemunhos outros, como o de Mem de Sá, observaram o caráter marcadamente militar da cidade real e a preocupação com o domínio e proteção da região, considerada de importância estratégica para a Coroa portuguesa.

⁴⁸ Foral de Guimarães – século XVI. *Apud* REIS, Antonio Matos. **O Foral de Guimarães – primeiro foral português – O contributo dos burgueses para a fundação de Portugal.** *In:* Revista de Guimarães, nº 106, 1996, p. 17.

⁴⁹ Confirmação do Foral de Guimarães por D. Afonso II. *Ibidem*, p.19.

⁵⁰ ARAÚJO, Renata Malcher de.

Disponível: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=704&sid=42>.

Acesso: 24/04/2008

A cidade do Rio de Janeiro, nascida dentro do contexto de reconquista e como cidade real, é apresentada nos estudos de Nireu Cavalcanti⁵¹ e Maria Fernanda Bicalho⁵² como marcada pelo medo. O medo, segundo os dois historiadores, permeava a sociedade local. Nireu Cavalcanti, ao analisar as ‘muralhas’ da cidade, comenta a ‘muralha do medo’ e a conscientização dos moradores de que “na paz seriam construtores, na guerra, soldados”.⁵³

Os relatos do episódio de D. Inês de Souza, esposa de Salvador Correia de Sá⁵⁴, no século XVI, procuram ilustrar esta dupla função na defesa da cidade por seus moradores. Segundo o relato de Frei Vicente de Salvador, após a morte de D. Sebastião, apresentam-se na barra três naus francesas que tentam, devido à momentânea ausência do governador, “impor D. Antonio, Prior do Crato, como o novo rei de Portugal, de quem traziam mensagens às Câmaras do Brasil.”⁵⁵ Tal investida francesa é repelida pela ação conjunta da Bateria de Nossa Senhora da Guia (futura Fortaleza de Santa Cruz), do administrador Bartolomeu Simões Pereira, dos jesuítas e pela atitude de D. Inês de Souza que, com a população civil, guarnece as fortificações simulando a existência de uma guarnição pronta para a defesa:

Mas o administrador Bartolomeu Simões Pereira, que havia ficado governador em seu lugar e estava informado da verdade pela carta do governador-geral [...] E, porque a cidade estava sem gente e não havia mais nela que os moços estudantes e alguns velhos que não puderam ir a guerra do sertão, destes fez uma companhia, e D. Inês de Sousa, mulher de Salvador Correia de Sá, fez outra de mulheres com seus chapéus nas cabeças, arcos e frechas nas mãos, com o que e com mandarem tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente para defender a cidade e assim a cabo de dez ou doze dias levantaram as âncoras e se foram.⁵⁶

Havia certamente, portanto, não só um desejo da Coroa de construir as fortalezas (que representassem a posse do espaço), marcando sua presença, mas também

⁵¹ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

⁵² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵³ CAVALCANTI, Nireu. *Op. cit.*, p.40.

⁵⁴ Salvador Correia de Sá foi o primeiro capitão-mor da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, exercendo o cargo por dois períodos 1567/1572 e 1578/1592. Dona Inês de Souza foi sua primeira esposa e não gerou descendência. A dinastia dos Sá é fruto de seu terceiro matrimônio com D. Vitória da Costa. Segundo Luis Felipe de Alencastro, Salvador Correia de Sá era sobrinho do governador-geral Mem de Sá e Cavaleiro da Ordem de Cristo. ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.365.

⁵⁵ FERREZ, Gilberto. **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972, p.5.

⁵⁶ SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975, p.216.

um olhar de dentro, da população – informada pelo medo – para as fortalezas e o seu poder de defesa da cidade.

1.1 A presença da fortaleza na paisagem

Vitrúvio, em seu *Tratado de Arquitetura*, no capítulo referente à defesa comenta: “é próprio da defesa a disposição e muralhas, de torres e das portas, tendo em vista repelir continuamente o ataque dos inimigos.”⁵⁷ A cidade, no estado moderno, transforma-se em apêndice das fortificações militares. A busca de uma cidade ideal muitas vezes aponta para o enclausuramento dos núcleos urbanos e a presença marcante de fortificações.

A fortaleza está associada tanto à evolução das técnicas construtivas, e dos princípios teóricos da arquitetura, como à evolução científica do armamento, com a utilização da pólvora como propelente⁵⁸ (ciência-guerra). O arquiteto Mário Mendonça de Oliveira observa que “entender as fortificações do passado recente conduz-nos, inevitavelmente ao conhecimento básico da artilharia e da sua evolução, já que “a invenção da pólvora produziria uma revolução na ordem das coisas”⁵⁹. Vitor Mori salienta que “sua tipologia se transforma conforme o desenvolvimento tecnológico da artilharia e das inovações da estratégia militar de ataque e defesa”.⁶⁰ Pode-se observar portanto que a fortaleza, no período cronológico que compreende a denominada Idade Média e Moderna, é o resultado do trinômio composto por arquitetura, armamento e guarnição (homens) e pode ser tipologicamente classificada como de cortina vertical e de cortina horizontal, de acordo com sua artilharia (mecânica ou de fogo).

A importância da artilharia para o modelo de fortificação a ser desenvolvido traz a necessidade de algumas considerações sobre a história da artilharia. A artilharia, de uma maneira geral, pode ser dividida em três grandes períodos: neurobalística ou da artilharia mecânica, pirobalística ou da artilharia de fogo e o período dos mísseis.

⁵⁷ VITRÚVIO. *Op. cit.*, p.81.

⁵⁸ Propelente – Material responsável pela impulsão de um projétil, no caso estudado, a pólvora. A pólvora ou pólvora negra utilizada como propelente e explosivo, é uma mistura complexa de três ingredientes: o salitre ou nitrato de potássio, o enxofre e o carvão.

⁵⁹ [...] *l'invention de la poudre produisit une révolution dans l'ordre des choses.*

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil.** Salvador: Omar G., 2004, p.20.

⁶⁰ MORI, Victor; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F. **Arquitetura Militar: um panorama a partir do Porto de Santos.** São Paulo: Imprensa Oficial do Exército, Fundação Cultural do Exército, 2003, p.19.

A fortaleza de cortina⁶¹ vertical é característica do período da neurobalística, que é a “ciência que estuda a impulsão de projéteis, por meio da força elástica, provocada pelo tensionamento ou torção de cordas”.⁶² A verticalidade das fortificações no período está associada a engenhos mecânicos como catapultas, cuja eficiência está associada à distância do alvo, e à altura do anteparo de defesa. Ou seja, quando as armas eram mecânicas, como a catapulta, a fortaleza precisava ser alta de maneira a conter os projéteis (Fig.1). – Ver figuras em anexo 1 no final do capítulo 1.

A neurobalística, dentro da periodização da História Militar, está compreendida no período das armas brancas (Fig.2 e Fig.3). Considerando-se uma das classificações citadas por Luis Paulo Macedo Carvalho:

O período das armas brancas [...] (do século V ao século IX), é de estagnação da arte militar, não se verificando progresso no armamento e se restringindo o combate a luta corporal e cruel [...]. No feudalismo (do século IX ao século XI), persiste a inércia na arte da guerra. Surgiu apenas, nessa ocasião, como arma, a cavalaria [...]. Predominavam os arqueiros e estoqueiros armados com uma espécie de baioneta encabada na extremidade de um bastão, cabendo aos franceses descobrir o emprego dos besteiros. A acha, o martelo d’arma e a adaga completavam o armamento tradicional do período [...] - a espada.

Além das bestas e do arco-e-flecha, temos a catapulta⁶³, a balista⁶⁴ e o trabuco⁶⁵ utilizados no assédio às fortificações, engenhos mecânicos que determinaram a verticalização das cortinas dos castelos, aumentada pela assimilação das colinas. O castelo sobre uma colina artificial ou castelo de motte ou mota apareceu na passagem do século X para o XI, e logo se transformou em símbolo de novos poderes, “uma torre sobre um montículo, protegida no topo por uma paliçada, na base por um fosso que é atravessada por uma frágil passarela.”⁶⁶ A Tapeçaria de Bayeux (Fig.4), do século XI, ilustra a concepção de um castelo em motte ou mota. No plano de fundo da tapeçaria

⁶¹ Cortina – É um muro recuado que liga dois baluartes ou bastiões. Baluarte ou bastião – É uma obra de fortificação avançada com dois flancos e duas faces. BARRETO, Aníbal. *Op. cit.*, p.27. Luis Serrão Pimentel define baluarte como “hua obra avançada do reparo delineada cõ quatro lados, & tres angulos exteriores além de dous que forma com as Cortinas”. PIMENTEL, Luis Serrão. *Op. cit.*, cap. VII.

⁶²MORI, Victor; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homeo F. *Op. cit.*, p.19.

⁶³ Catapulta – Carro no qual uma alavanca, movida por cordas elásticas e tendo uma espécie de colher à ponta, lança balas de pedras ou de barro cozido. BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953, vol. II, p.130.

⁶⁴ Balista – Potentíssimo arco montado sobre traves, cuja corda se armava por meio de cabrestantes, disparando flechas às mais mizes incendiárias, enroladas de estopa ou embebidas em pez. *Ibidem*, p.129

⁶⁵ Trabuco - Morteiro para o lançamento de pedras. SANTOS, Francisco Ruas. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 71.

⁶⁶PESEZ, Jean-Marie. **Castelo**. In: LE GOOF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Vol I, p. 156.

observamos as fortificações locadas em colinas de baixa elevação tendo como acesso uma ponte ou passarela. A defesa de um território passa a ser feita através de fortificações que, dependendo da região, poderiam ser de madeira, pedra ou tijolos, e que objetivavam o impedimento de progressão pelo inimigo.

A cortina vertical do período da artilharia mecânica caracteriza-se por castelos elevados, torres de menagem⁶⁷, grandes muros defensivos conseqüentes de armamentos com pouco poder de destruição e armas de arremesso com alcance de 50 metros. Podemos exemplificar três tipos de castelos nos séculos XI e XII: o castelo com torreão maciço - Castelo de Loches (Fig.5); torreão cercado por várias muralhas – Castelo de Gisors (Fig.6); sem torreão, protegido por torres laterais – Carcassone (Fig.7).

A partir do século XII teremos uma série de modificações decorrentes das preocupações com o ataque (orifícios para arqueiros, coberturas em abobadas⁶⁸, flanqueamentos⁶⁹, plantas regulares e geométricas – quadrilátero, e torreão⁷⁰ transferindo-se para a muralha, o castelo gótico. Citamos o Castelo de Coucy, como exemplo (Fig.8). Mario Jorge Barroca ao comentar a ‘evolução’ da arquitetura militar portuguesa observa que será, no século XIII, com D. Afonso III, que a consciência de uma renovação das fortificações se faz presente, mas será no reinado de D. Diniz (1279-1325) que esta renovação poderá ser considerada significativa.

O Renascimento está associado à revitalização das cidades consideradas então como “lugar do homem civilizado”.⁷¹ A teorização sobre uma cidade ideal ocupou os arquitetos e conseqüentemente temos uma grande preocupação com o traçado urbano e a problemática da defesa, ou seja, da proteção do espaço urbano. O tratado de Vitruvius (Séc. I A.C), ‘redescoberto’ no Renascimento, será objeto de estudo e reflexão de teóricos e arquitetos que se dedicaram aos estudos que aproximavam a idéia de cidade

⁶⁷ “No Século XII, uma Torre de Menagem é uma construção com personalidade própria [...] Ergue-se isolada dentro do pátio da fortificação, sem contacto direto com o adarve (*caminho no topo dos muros de uma fortificação*) das muralhas, e o acesso ao seu interior é assegurada por uma escada móvel, de madeira, que pode ser recolhida em caso de ameaça. Uma Torre de Menagem é, ainda, a estrutura que assegura o comando de todas as partes do castelo [...]”

BARROCA, Mario Jorge. *Op. cit.*, p. 193.

⁶⁸ Abóbada – Teto curvo que serve de cobertura a um edifício ou parte dele. REAL, Regina. **Dicionário de Belas Artes – Termos técnicos e matérias afins**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A, 1962, p.15.

⁶⁹ Flanqueamento – Flanco é o lado de uma frente fortificada que tem ação de flanqueamento. BARRETO, Aníbal. *Op. cit.*, p. 27.

⁷⁰ Torreão – (Donjon), Torre larga e ameada sobre um castelo. REAL, Regina. *Op. cit.*, p. 490.

⁷¹ VALLA, Margarida. **A formação Teórica dos Engenheiros militares**. Comunicação apresentada no Colóquio “A construção do Brasil urbano”, Convento da Arrábida – Lisboa, 2000.

ideal e a arquitetura militar. O surgimento de tratados de arquitetura, no século XV, desencadeia o aparecimento de tratados da arte de fortificar na Europa. Dois caminhos podem ser observados na arte militar de fortificar: o italiano, que se expande em direção a França, Espanha (chegando a Portugal), e outras regiões européias; e o alemão (opção por uma continuidade representada por uma tendência à adaptação de modelos existentes, ou mesmo antigos, às novas necessidades defensivas).

Citamos alguns tratados significativos: *Trattato di architettura, ingegneria e arte militare*, de 1482, de Francisco Di Giorgio (1439-1501); *De Re Aedificatoria*, impresso, em 1485, de Leon Battista Alberti (1404-1472); *Ilustrações diversas para a Fortificação de Cidades, Castelos e Praças Fortes*, de 1527, de Albrecht Dürer (1471-1528), considerado o maior artista alemão da renascença, dedicado ao futuro imperador Ferdinando I; *I Quattro Primi Libri di Architettura*, de 1554, de Pietro Cataneo, que no terceiro livro apresenta a descrição e ilustração de várias cidades fortificadas de planta poligonal (Fig.9); e *Della Architettura Militare*, de 1599, de Francesco De Marche (1504-1576), um dos maiores tratadistas militares do século XVI.

Em Portugal, não se conhece tradução em português da obra de Vitruvius, mas existem evidências de seu conhecimento por Pedro Nunes (1502-1578), cosmógrafo-mor do reino e lente em Coimbra. Segundo Manuel Teixeira, a obra de Francisco Di Giorgio era conhecida pelos portugueses através de cópias manuscritas. No reinado de D. João III (1521-1557), um grupo de cerca de cinquenta artistas portugueses foi enviado para estudar na Itália, entre eles Francisco de Hollanda (1517-1585). Francisco de Hollanda foi autor do tratado de pintura *Da Pintura Antiga*, e do ensaio de urbanismo *Da fabrica que falece a cidade de Lisboa* (1571).

A pólvora será determinante na modificação das armas e na arte de fortificar, com a invenção do canhão. A citação mais antiga a um canhão conhecido no Ocidente é a do manuscrito de Milmete (Inglaterra – 1326). A primeira referência à utilização de um canhão⁷² (canhão de mão e bombarda)⁷³ em batalha é na Batalha de Crecy em

⁷² Canhão – “O termo canhão, ou *grande cano*, é contemporâneo dos primeiros engenhos de artilharia e serviu algum tempo para a sua classificação”. BARROSO, Gustavo. *Op.cit.*, p.131.

⁷³ Canhão de mão e bombarda – Quanto a natureza do tiro, os canhões dividem-se em de tiros de elevação e os de tiro direto. A bombarda é um “canhão” de tiro direto, sem munhões, com arganéis, de calibre variado, preso à traves no sentido horizontal. BARROSO, Gustavo. *Op.cit.*, p.131.

1346. Após o canhão temos o desenvolvimento da colubrina⁷⁴ e posteriormente o arcabuz⁷⁵ e o mosquete⁷⁶.

A arquitetura militar a partir do aparecimento das armas de fogo, associada à criação e à produção da pólvora na Europa, das técnicas de metalurgia e aos estudos de geometria e balística, produzirá um novo tipo de fortaleza denominada fortaleza abaluartada de cortina horizontal, o modelo italiano de fortificação ou Escola Italiana. A cortina horizontal, quando as fortalezas perdem em altura de muralhas e as torres são substituídas pelos baluartes, é característica do período da pirobalística.

A pirobalística é definida como “a ciência que estuda a impulsão de projéteis através da explosão da pólvora”.⁷⁷

As plantas poligonais ou circulares das fortificações medievais foram, paulatinamente, sendo substituídas pela forma de estrela de múltiplas pontas - os baluartes angulares. As estreitas passagens dos arqueiros sobre os muros medievais deram lugar às amplas plataformas de armas para as manobras da artilharia. As muralhas mais grossas, ligeiramente inclinadas e de pouca altura, esparramavam-se horizontalmente pelo relevo, reduzindo a precisão e o poder de destruição da artilharia adversária.⁷⁸

O Castelo Farnese (1515), em Caprarola, Itália, é exemplo dessa nova arquitetura militar que se desenvolve baseando-se na utilização de polígonos regulares e baluartes. A planta apresenta-se em forma de pentágono com baluartes em cada vértice (Fig.10).

O baluarte era a forma mais avançada de defesa para proteger os lados do polígono. Os baluartes deveriam ser simétricos em relação aos lados (cortinas). Em 1467 Giorgio Martini foi encarregado de construir uma cidadela em Anvers [Antuérpia] e foi uma obra que serviu de modelo aos futuros engenheiros-militares, baseava-se num pentágono que era a forma mais perfeita de defender todos os lados da fortificação.⁷⁹

O advento do uso da pólvora transforma as cidades, que abandonam seu antigo sistema de segurança, em que a defesa predominava sobre o ataque, “a cidade

⁷⁴ Colubrina ou colubreta – peça de bronze de grande comprimento e grande alcance. MORI, Victor; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F. *Op. cit.*, p.40 .

⁷⁵ Arcabuz – Arma de fogo portátil. Tubo de ferro montado sobre coroa de madeira que atirava pousado sobre uma forqueta. Carregava-se pela boca e os primeiros davam fogo por meio duma mecha presa ao cão. Não podiam funcionar quando chovia. BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, p. 127.

⁷⁶ Mosquete- Arma de fogo portátil, mais leve que o arcabuz. *Ibidem*, p.127.

⁷⁷ MORI, Victor; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F. *Op. cit.*, p. 22.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 24.

⁷⁹ VALLA, Margarida. **O Papel dos Arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas.** Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro, 1996.

crescia horizontalmente, as fortificações eram verticais.”⁸⁰ O desenvolvimento da artilharia as torna vulneráveis e modifica a arte da fortificação⁸¹, que nos séculos XVII e XVIII encontra seu apogeu com o engenheiro-mor de Luís XIV, o Marechal Sébastien Le Prestre de Vauban (1633-1707), autor de vários tratados: “Le Directeur-Général des Fortificationse” e “Science Militaire L’A B C D dun Soldat”, publicados em 1704 e 1706. Vauban foi nomeado comissário-geral das fortificações por Luís XIV em 1678. O modelo desenvolvido por Vauban, a Escola francesa, é reproduzido na França constituindo uma linha de defesa nas fronteiras do país. Como exemplo do modelo francês temos a cidadela de Lille (Fig.11):

À primeira linha poligonal de muralhas compostas pelas cortinas e os baluartes eram agora acrescidas as obras exteriores, como revelins, hornaveques, [...] e uma terceira cintura, mas longínqua compostas por fortes, redutos e baterias perfaziam o sistema de defesa da cidade.⁸²

A tratadística militar a partir dos estudos e modelos de Vauban (Escola Francesa) evolui na França irradiando-se para outros países. E podemos citar como exemplos as obras *Traite de L’Architecture Militaire* de Bardet de Villeneuve (1741) e o *Treatise of the practical fortification* de Jonh Muller (1756).

A partir da efetiva utilização da pólvora temos a transformação da arte de fortificar, com a mudança do perfil das fortalezas e o nascimento da engenharia militar. A engenharia militar paulatinamente ganha status de ciência autônoma e cria-se a necessidade da formação de um corpo de especialistas. O estudo dos modelos construtivos das fortalezas evidencia a relação existente entre a morfologia e a artilharia na arte de fortificar. A utilização da pólvora como propelente foi fator determinante na modificação dos modelos que de verticais passam a ser horizontais. A eficiência de uma fortaleza, aos poucos, passa pela construção de um sistema defensivo que se espalha pelo terreno criando variados obstáculos a serem vencidos pelo inimigo. Pouco a pouco, as fortalezas passam a responder à expressão: menor visibilidade corresponde a maior eficiência. Portanto, a presença das fortificações na paisagem, a partir do novo modelo construtivo, começa a ser diluída com a evolução da artilharia.

⁸⁰ MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p.392.

⁸¹ A arte da fortificação, antes exercida por arquitetos ou mestres de obras de formação prática, a partir do século XVI passa a ser exercida por profissionais especialistas em Engenharia Militar e inicia-se, então, a formação de um Corpo de Engenheiros Militares.

⁸² VALLA, Margarida. *Op. cit.*

Quando retomamos a paisagem construída na Baía de Guanabara, no período estudado, observamos que esta caminha em ventos contrários ao modelo da escola francesa, direcionado por Sébastien de Vauban. E gostaríamos de discutir essa questão. A paisagem da Baía de Guanabara era emoldurada por um ‘pesado’ sistema defensivo, sendo sua barra guardada por duas fortalezas locadas em promontórios rochosos que se destacavam no perfil litorâneo, só sendo sobrepujadas pelo Pão de Açúcar. A cartografia portuguesa do século XVII e XVIII retrata o modelo defensivo aplicado na Baía de Guanabara, como observamos na análise dos seguintes exemplos apresentados nas figuras 12, 13 e 14.

O sistema defensivo da Baía de Guanabara foi produto do somatório de vários planos para a defesa da cidade e porto⁸³. A análise das plantas de 1631 (Fig.12), 1640 (Fig.13), 1713 (Fig.14), acrescida da *Rellação de todas as fortificaçoens e reparaçoens necessárias para a conseruação e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de seu Porto, referidas as plantas que vão a parte* de autoria de João Massé⁸⁴ permite a visualização da cortina construída através dos séculos. O pilar do sistema apoiava-se na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, que guardava o único canal navegável de acesso a baía (Fig.12 e 13):

A fortaleza de Santa Cruz por ser situada sobre o canal das Naos de guerra, e por ter mai capacidade para se fazer boas batarias nella He a mais importante de todas; porem alem de ser mal construhida acha-se de presente tam arruinada que de trinta e sete pessos de artilheria que nella estão só cinco ou seis podem jugar sobre o dito canal.⁸⁵

No início do século XVIII, a cortina defensiva apresentava um conjunto de fortificações de caráter dissuasivo que se utilizava de elevações naturais. A cortina era então formada pelas fortalezas de São João e Santa Cruz (barra da Baía), São Sebastião e Conceição (na Cidade), acrescidos de outras fortificações (designadas como fortalezas, mas que poderiam ser classificadas como fortes): na cidade, a fortaleza de Santiago da Misericórdia; implantadas em ilhas, a fortaleza de Lage ou Laje (Ilha de

⁸³ Ver PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **A Defesa Militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro em Quatro Séculos**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967.

⁸⁴ João Massé – Jean Massey - Engenheiro francês, com posto de brigadeiro de infantaria, contratado por D. João V (Ato de 17 de julho de 1712), após as invasões francesas do início do século XVIII, com a missão de reparar as fortificações do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Massé chegou a cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1713, com o novo governador nomeado Francisco Xavier de Távora (governo:1713-1716).

⁸⁵ *Rellação de todas as fortificaçoens e reparaçoens necessárias para a conseruação e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de seu Porto, referidas as plantas que vão a parte*. Documento de autoria de João Massé, 01/05/1714. Rolo 16, caixa 16, documento 3323. AHU – Catálogo de Eduardo Castro e Almeida.

Lage, na entrada da barra), de Villegaignon e a da Ilha das Cobras (Santa Margarida); do outro lado da baía, Praia do Saco (Jurujuba) e Boa Viagem; exteriores à baía, Praia Vermelha e Praia de Fora; e os redutos: de São Bento, da Sé, Santa Luzia, Gragoatá e Prainha. As outras características observadas eram o cruzamento de fogos, sendo o da barra formado em triangulação (São João, Santa Cruz e Lage, em construção, como observado no documento analisado⁸⁶) e a disposição em três linhas de defesa.

A proposta de João Massé, devido “a experiencia das duas invasoens que fizerão os Franceses sobre esta Cidade tem mostrado claramente quanto He necessário para a sua conservação de ella ser fortificada pela banda da terra”⁸⁷, referencia a construção de uma muralha do morro do Castelo ao da Conceição. A muralha é representada por uma linha vermelha (Fig.15).

Na Europa, a transformação da arquitetura militar far-se-á através da utilização da pólvora. O propelente será o responsável pela mudança dos modelos verticais característicos do medievo para os modelos horizontais abaluartados da época moderna. A paisagem moderna apresentou uma vinculação estreita da cidade com as fortificações que, num processo dinâmico, aos poucos, se distribuíram no terreno em linhas sucessivas, formando uma cortina constituída de fortalezas, fortes e outros obstáculos.

O estudo de documentos referentes à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro possibilita a construção do perfil da cortina que emoldurava a cidade. A cortina de taipa, pedra e cal foi fruto dos saberes e experiências dos mestres e engenheiros militares, tanto do reino, quanto de estrangeiros contratados pela Coroa. E se a escolha para a Cidade do Rio de Janeiro foi diversa dos modelos em ascensão, como a escola italiana e posteriormente a francesa, orientou-se, no entanto, para a idéia de uma praça inexpugnável que permitia que o domínio da Coroa portuguesa se fizesse presente e conseqüentemente estabelecia paz e justiça nas conquistas americanas.

⁸⁶“A Torre que se esta levantando na Lage servira admiravelmente a defesa da mesma barra [...]” Rellação de todas as fortificaçoens e reparaççoens necessárias para a conseruação e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de seu Porto, referidas as plantas que vão a parte’. Documento de autoria de João Massé, 01/05/1714. Rolo 16, caixa 16, documento 3323. AHU – Catálogo de Eduardo Castro e Almeida.

⁸⁷ Rellação de todas as fortificaçoens e reparaççoens necessárias para a conseruação e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de seu Porto, referidas as plantas que vão a parte’. Documento de autoria de João Massé, 01/05/1714. Rolo 16, caixa 16, documento 3323. AHU – Catálogo de Eduardo Castro e Almeida.

1.2 As fortalezas em Portugal: modelos e formas de implantação

A percepção das fortalezas como parcela da paisagem construída leva à necessidade de se conhecer os modelos de fortalezas, ou seja, sua forma e respectivo peso ‘espacial’ nesta paisagem. Os modelos utilizados na região da Baía de Guanabara têm sua origem nos saberes que circulavam na metrópole. Saberes que estão em transformação devido, principalmente, à utilização da pólvora que, como já observamos, introduz novas soluções na arte de fortificar.

Portugal, quando de sua definição territorial, colocará em uso diversos modelos arquitetônicos, recursos técnicos e conceitos estéticos da arquitetura e especificamente da arquitetura militar que transitavam na Europa e os mesclará com seu saber, arte e intenções. As sucessivas ocupações do território que hoje denominamos Portugal, e sua reconquista, determinaram escolhas na arte, na arquitetura e no urbanismo. Segundo Walter Rossa, “o urbanismo é, em boa medida a expressão material mais persistente da cultura de uma comunidade no que diz respeito à legibilidade das tensões geradas pelo exercício do Poder ao longo da História”.⁸⁸

Podemos destacar a ocupação muçulmana da Península Ibérica⁸⁹ como uma das mais fortes marcas na região. A ocupação muçulmana, a partir 711, caracterizou-se por sua longa duração, principalmente no centro e sul do futuro território português, e provocou tensões geradoras de um processo de reconquista cristã do território. Os muçulmanos, no entanto, trouxeram uma cultura diversa e rica. Na arquitetura militar, a utilização do concreto árabe (mistura de pedra britada, areia, cal e argila), “famoso pela resistência que oferecia aos projéteis”⁹⁰, é uma contribuição atribuída aos muçulmanos. No contexto do conflito com o Islã, outro fator, observado por Mario Jorge Barroca, são os princípios de arquitetura militar trazidos pelos integrantes da Ordem dos Templários⁹¹ que se estabeleceram na região, como o alambor e a hurdício. Barroca

⁸⁸ ROSSA, Walter. *Op. cit.*, p.15.

⁸⁹ A Reconquista da Península Ibérica aos mouros ocorre no período da neurobalística, caracterizando-se a arquitetura militar como a de caráter vertical.

⁹⁰ TAVARES, Aurélio de Lyra. **A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p.29.

⁹¹ A Ordem dos Templários ou Ordem dos Cavaleiros de Jerusalém surgiu no contexto das cruzadas em direção a Terra Santa, com o objetivo de libertar de Jerusalém do jugo infiel. No século XII, Bernardo de Claraval escreveu para esta ordem militar-religiosa o tratado *Liber de laude novae militiae*, que a distinguiu como exército de Cristo. A Ordem dos Templários foi dissolvida, no século XIV, através de um processo de heresia patrocinado por Filipe IV, rei de França. Em Portugal, a ordem supranacional tem a sua presença assinalada a partir do ano de 1128, quando, D. Teresa doa o castelo de Soure e o seu termo a Raymond Bernard, emissário da Ordem. D. Gualdim Pais foi o primeiro Mestre da Ordem, em Portugal, e

apresenta a hipótese de que o alambor e a hurdicio foram introduzidos, em Portugal, por Gualdim Pais:

Julgamos, pelo contrário, que a fonte de inspiração para esta solução arquitetônica, deve ter sido a arquitetura militar dos Cruzados, no Próximo Oriente, onde Gualdim Pais permaneceu por cinco anos. Entre as fortalezas do Próximo Oriente, quer no Reino de Jerusalém, quer no Condado de Trípoli, no Principado de Antioquia e no Condado de Edessa, o uso do alambor foi relativamente comum.⁹²

O alambor era uma “estrutura pétreia, inclinada em rampa”⁹³, e a hurdício “era uma galeria de madeira que se construía na parte alta dos muros de estruturas militares turriformes, próximo do coroamento de ameias, mas no exterior dos muros, permitindo tiro vertical sobre a base dos muros”.⁹⁴

Como exemplo da arquitetura militar do período da neurobalística e do período da reconquista territorial destacamos o Castelo de Almourol (Fig.16), mandado edificar por Gualdim País, Mestre da Ordem dos Templários, concluído em 1171. A fortificação está situada em uma ilha do rio Tejo, próxima a confluência com o rio Zêzere. O castelo tem uma localização estratégica e função defensiva, apresentando 54 metros de comprimento por 31 de largura.

No estudo das fortificações militares portuguesas, numa análise morfológica, Mario Jorge Barroca⁹⁵ comenta a contribuição de D. Diniz (1279-1335) na transformação da arquitetura militar portuguesa quando, na Europa, a arte de fortificar passa de uma defesa passiva para um conceito de defesa ativa.

Mario Barroca observa que em Portugal “ainda não foi identificado com segurança nenhuma mota”⁹⁶ e que existem poucos exemplos da utilização de fosso na arquitetura militar portuguesa, mas observamos que a utilização das elevações naturais que permitiam a defesa contra a artilharia mecânica foi uma prática. O somatório da altura da elevação natural com a cortina vertical propiciava uma melhor defesa aos engenhos mecânicos. O castelo de Almourol está locado sobre elevação rochosa e utiliza-se do rio em substituição ao fosso, impedindo o ataque por catapultas ou outros

responsável pelos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere e Almourol, promovendo a introdução de novas técnicas de arquitetura militar devido, possivelmente, a sua presença anterior no Próximo Oriente..

⁹² BARROCA, Mario Jorge. **A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar do Século XII**. In: *Portugália – Nova Série*, vols XVII-XVIII, 1996/1997, p.198.

⁹³ BARROCA, Mario Jorge. *Op. cit.*, p.185.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 188

⁹⁵ BARROCA, Mário Jorge. **D. Diniz e a Arquitetura Militar Portuguesa**. In: *Revista da Faculdade de Letras*.

⁹⁶ BARROCA. *Op. cit.*, p. 21.

engenhos mecânicos. A fortificação apresenta muralhas em pedra de aparência delgada e o deslocamento das torres para as mesmas, característica evolutiva do período.

A Arquitetura militar portuguesa, nos séculos XV, XVI e XVII, apresenta tecnicamente o intercâmbio de experiências e conhecimento com outras regiões da Europa, como observamos anteriormente, e também sofrerá o impacto da utilização da pólvora na arte de fortificar. Em 1458, D. Afonso V (reinado: 1438-1481) utilizou-se de bombardas⁹⁷ na Batalha de Alcacer Ceguer no Marrocos. No período de D. João II (reinado: 1481-1495), temos a introdução da pirobalística em Portugal com as bocas de fogo⁹⁸, e a nau artilhada de três mastros, para a proteção de Lisboa. “A introdução da artilharia pesada em Portugal deu-se sobre o casco de navios”⁹⁹.

A fortaleza que marca a transição da neurobalística para a pirobalística em Portugal é a Torre de Belém, construída entre 1514/1521. A Torre de Belém (Fig.17) foi construída, segundo Mario Jorge Barroca, segundo desenho de Francisco de Arruda, irmão de Diogo de Arruda, após seu retorno da África. A fortificação apresenta características de transição entre dois modelos (vertical/horizontal): uma plataforma baixa de forma poligonal – sei lados (onde se observa a utilização do alambor), que recebe uma artilharia de tiro razante; e uma torre vertical. A fortificação encontra-se cercada de água devido a sua implantação na margem do rio Tejo. Barroca cita a classificação dada à Torre de Belém por Rafael Moreira: “o primeiro ‘baluarte’ no sentido moderno do termo, sugeriu que, para a sua criação, Francisco Arruda se tenha inspirado nas propostas de Francesco di Giorgio Martini”¹⁰⁰. Francesco di Giorgio Martini (1439-1531) foi um artista da renascença italiana que construiu várias fortificações para Frederico Montefeltro, Duque de Urbino.

A expansão comercial marítima evidencia a necessidade da construção de uma série de fortificações no império português que está se constituindo, que têm por objetivo garantir a soberania da Coroa portuguesa, a defesa das rotas marítimas e de base de apoio para embarcações, a proteção das populações estabelecidas – contra estrangeiros e população local – para, finalmente, afiançar o exclusivo metropolitano.

⁹⁷ Bombardas- Antigas bocas-de-fogo . A artilharia da pirobalística era constituída por: artilharia grossa (bombardas ou trons) e artilharia meuda (bombardas de mão). MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. **Edificações Militares: Um Percorso**. Lisboa, 1999.

⁹⁸ Bocas-de-fogo são hoje chamadas indistintamente canhões ou peças. BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, p. 131.

⁹⁹ ROSSA, Walter. *Op. cit.* p.177.

¹⁰⁰ BARROCA, Mario Jorge. **Tempos de resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel (1495-1521)**. In: Portugalia – Nova Série, vol.XXIV, 2000, p. 105.

A União Ibérica (1580 -1640) facilitará a entrada de técnicas construtivas e de profissionais estrangeiros em território português. Filipe II estendia os seus domínios, além da Península Ibérica, por parte da Europa, incluindo Itália, considerada o berço do Renascimento, América, África e Extremo Oriente. Relevante também é observar que o século XVI é o período da ascensão espanhola na arte da guerra, com o surgimento do ‘terço espanhol’ (Fig.18), formação tática de infantaria que incluía piqueiros, alabardeiros e arcabuzeiros posteriormente substituídos por mosqueteiros:

No quadro das guerras da Itália, vemos, com a batalha de Pavia (1521), não só o início da supremacia militar espanhola no continente europeu, como também, o de uma nova fase da evolução da arte da guerra. (...) Assim é que, traduzindo as últimas idéias da época, surge, em 1534, o célebre *térccio*.¹⁰¹

A arquitetura militar na Península Ibérica encontra impulso quando em 1583, Juan de Herrera (1530-1597), arquiteto e matemático de Felipe II, constitui a Academia de Arquitetura civil e militar em Madri, incorporando em seus quadros o italiano Tiburcio Spanoqui, que atuará como superintendente de fortificações da Espanha e engenheiro-mor dos Reais Exércitos. O Castelo de São Pedro (Fig.19), em Jaca, construído em 1595 de acordo com projeto de Spanoqui, é exemplo da apropriação de princípios construtivos italianos nas fortificações espanholas. O forte apresenta planta pentagonal possuindo baluartes nos vértices e fosso.

Tiburcio Spanoqui, Bautista Antonelli e Cristóbal de Rojas formam o grupo inicial de uma escola de fortificação na Espanha com grande ‘influência’ italiana. Cristobal de Rojas, um dos poucos engenheiros espanhóis a serviço de Felipe II, foi responsável pela publicação do primeiro Tratado de Arquitetura Militar em castelhano no ano de 1598, mas manuscritos sobre o tema são conhecidos como o de Pedro Luis Scriba. Vitor Mori salienta a importância da vinda de arquitetos, engenheiros militares e matemáticos para a Espanha considerando estes como responsáveis em transformar os arcaicos sistemas defensivos e introdutores de modernos princípios da arquitetura militar produzida pelo renascimento aliada à nova artilharia. Manuel Teixeira levanta a

¹⁰¹ SANTOS, Francisco Ruas. *Op. cit.*, p.88.

hipótese de que a regularidade do traçado do Rio de Janeiro poderia ser uma intervenção de Bautista Antonelli¹⁰², que esteve na cidade nos anos de 1582 e 1604.

No período da Guerra de Restauração portuguesa (1640-1648), surge a necessidade de fortificar as fronteiras com a Espanha e as conquistas na América. A constatação da inexistência de quadros profissionais suficientes dentro da arquitetura militar torna-se evidente. Luis Serrão Pimentel foi o inspirador e criador da primeira escola, a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Ribeira das Naus em Lisboa (1647), necessidade gerada pelo desenvolvimento da arte da fortificação, cada vez mais técnica e científica. Anteriormente Portugal possuía como escola para a formação de profissionais ‘nacionais’ o colégio de Santo Antão (Aula da Esfera - 1553), dirigida pelos jesuítas conhecedores da matemática e da arte de fortificar. Os jesuítas em muito atuaram como profissionais na arquitetura em geral, sendo vários deles responsáveis por projetos executados em Portugal e no ultramar, incluindo o Brasil:

[...] os italianos conservavam o caráter cosmopolita da então ciência da fortificação, sendo os jesuítas da Itália os que, em toda a Península Ibérica, a ensinavam, durante o século XVII. Ao mesmo tempo, incumbiam-se eles de projetar e construir as obras permanentes de defesa.”¹⁰³

Esta escola (Ribeira das Naus) será aquela que formou os engenheiros-militares do século XVII, visto que as matérias lecionadas estavam relacionadas com a ciência da engenharia militar. É ao próprio Padre Simão Fallónio que estava encarregada a Aula de Esfera” em 1635 que depois desenhou em 1641, as fortalezas na costa de Portugal a pedido de D. João IV. O padre Inácio Stafford, que ensinava nesta escola, escreveu um compêndio de matemática interligado com a arte de fortificar¹⁰⁴.

Como exemplo da apropriação dos novos modelos construtivos oriundos da escola italiana (utilização de polígonos regulares e baluartes), em Portugal citamos o Castelo de Lindoso (Fig.20), próximo à fronteira da Espanha. O acréscimo à fortificação foi executado no período da Guerra de Restauração Portuguesa, quando esta estava em

¹⁰² Bautista Antonelle (1550-1616) – engenheiro militar italiano que trabalhou para Felipe II de Espanha. Antonelle participou da esquadra do Almirante Diogo Flores Valdez que tinha como objetivo a construção de uma fortificação no Estreito de Magalhães. Gilberto Ferrez cita a presença na cidade do Rio de Janeiro da esquadra de Diogo Flores Valdez e Pedro Sarmiento de Gamboa, no ano de 1582. FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.5. A fortaleza de Santo Amaro de Barra Grande, no Guarujá, tem seu desenho atribuído ao engenheiro militar italiano Bautista Antonelle.

¹⁰³ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. cit.* p.33.

¹⁰⁴ Valla, Margarida. *Op.cit.*

poder dos espanhóis, e executado por D. Gaspar Squarciáfico, marquês de Buscavolo, engenheiro italiano a serviço de Castela.

O primeiro tratado português impresso data de 1680, o *Methodo Lusitanico de Desenhar Fortificações das Praças Regulares & Irregulares*, de Luis Serrão Pimentel, seguido, em 1728, pelo *O Engenheiro Português* de Manoel Azevedo Fortes. O *Methodo Lusitanico* de Serrão Pimentel pode ser considerado um manual para a formação de engenheiros militares portugueses, resultado dos estudos e experiências profissionais de seu autor. Serrão Pimentel apresenta um método construtivo partindo de noções básicas de geometria com a finalidade de se chegar a projetos de fortificações baseadas em polígonos regulares e irregulares e enumera e apresenta soluções construtivas para os diferentes elementos do projeto, incluindo figuras dos modelos propostos. A leitura da obra de Serrão Pimentel aponta para o conhecimento do autor dos trabalhos de Adam Fritach ou Freitag (*L'Architecture militaire ou la fortification nouvelle* – 1640), Mathias Dogen (*L'Architecture militaire moderne* – 1648) e de Blaise François Pagan (*Lês fortifications* – 1645), considerados pelo mesmo como autores modernos para a arquitetura militar, agora compreendida como ciência.

A obra de Manoel Azevedo Fortes, *O Engenheiro Português*, é dividida em dois tomos. O segundo tomo é dividido em livros dedicados aos estudos das fortificações, onde estão citados os trabalhos de Samuel Marolois (holandês), “hum dos primeiros que escreverão Geometricamente a fortificação”¹⁰⁵, Adam Fritach (polonês) e Mathias Dogen (holandês). Fortes apresenta, comenta e compara os métodos elaborados por Antoine de Ville, Blaise Pagan e Vauban. “Antoine de Ville, Cavalleiro Francez, o Conde de Pagan, e Monsieur Vauban, Mariscal de França, são os três engenheiros de maior brado, de cujos methodos falaremos no Livro II, por serem os três guias”¹⁰⁶. A obra apresenta um pequeno trecho, onde o autor faz considerações sobre a fabricação da pólvora e também um apêndice onde discute as armas de guerra e seus usos.

A associação da fortificação urbana com o desenvolvimento da artilharia de fogo a partir do século XVII se estreitará cada vez mais, tornando-se o sistema defensivo mais elaborado, como observamos anteriormente ao citar os tratados de Vauban, a escola francesa, a partir do reinado de Luis XIV.

¹⁰⁵ FORTES, Manoel de Azevedo. *Op. cit.* Tomo II.

¹⁰⁶ FORTES, Manoel de Azevedo. *Op. cit.* Tomo II

A arquitetura militar portuguesa tem no Forte de São Julião da Barra (Oeiras – Foz do Rio Tejo) um dos exemplos mais consistentes do processo de construção de uma fortaleza e da impossibilidade de estudá-las através de um corte temporal em anos, ou seja, limitado, necessitando de estudo em décadas. São Julião da Barra (Fig.21) apresenta aspectos similares à Fortaleza de Santa Cruz da Barra, localizada na região da Baía de Guanabara. A fortaleza portuguesa situada na entrada da barra do rio Tejo consistia em uma primeira defesa da cidade de Lisboa, concebida por Miguel Arruda dentro do modelo italiano de fortificações abaluartadas, concluída em 1568. A fortificação recebeu através dos anos reformas e acréscimos como as de 1573, 1597 (período filipino), de 1645 (período da restauração) e a de 1655 (afirmação da dinastia de Bragança).

A arquitetura militar portuguesa durante o período de sua expansão comercial marítima estava em transformação, com o impacto da utilização da pólvora, da matemática, da balística, da metalurgia e do desenho com a introdução da perspectiva trazida pelo Renascimento. É possível perceber o conhecimento dos conceitos arquitetônicos vigentes na arte de fortificar, de que é exemplo o médico e cosmógrafo Pedro Nunes, mas também se observa uma falta de profissionais ‘nacionais’ em quantidade suficiente que atendesse à demanda da época e, ainda, a inexistência de escolas específicas de formação na arte de fortificar, saber que ganhava prestígio como ciência:

[...] desde finais do século XV que arquitetos italianos e de outras nacionalidades eram chamados a trabalhar em Portugal e nas suas colônias e diversas partes do mundo. Cópias manuscritas ou impressas de tratados italianos eram conhecidos e estudados em Portugal, sendo alguns traduzidos para o português [...]. As escolas francesa e holandesa de fortificação, proeminentes na Europa no século XVII, tiveram grande influência em Portugal.¹⁰⁷

A partir da Restauração portuguesa em 1640, com as necessidades que foram impostas para a defesa de suas fronteiras com a Espanha e a ‘posse’ das terras conquistadas no ultramar ameaçada, iniciou-se a fundação de ‘escolas’ de arquitetura militar’, de ‘influências’ italianas (sistema abaluartado), e a produção, primeiro manuscrita e posteriormente impressa, de tratados da arte de fortificar, como o de Luis

¹⁰⁷ TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira**. In: Comunicação apresentada no Colóquio “A Construção do Brasil Urbano”, Convento de Arrábida – Lisboa 2000.

Serrão Pimentel, em que estão presentes ‘influências’ da Escola Holandesa de Fortificação.

A Escola Holandesa de Fortificação formalmente começou na Universidade de Leiden, em 1600, inspirada na academia de Matemáticas e Arquitetura de Filipe II de Espanha. Escola nascida da necessidade de defesa do território quando da luta contra os espanhóis, o seu estudo pode ser dividido em duas fases: a primeira fase (segunda metade do século XVI) é caracterizada por projetos de largos fossos aquáticos, escarpa e contra-escarpa, geralmente de terra. E uma segunda fase pós-independência holandesa quando se recupera o prestígio da Escola durante as lutas contra Luís XIV (período de ascensão da escola francesa na figura de Vauban). Esta escola caracterizou-se pelo seu sistema de fortificação ser construído todo em terra e pelo sistema de muralhas baseado em cortinas de pequena dimensão e com flancos (baluartes angulares) perpendiculares a estas. Segundo Vitor Mori, “o que caracteriza a sistemática holandesa é a maneira de implantação no terreno, a escolha de áreas planas, até mesmo alagadiças e a introdução do chamado ‘sistema bastionado’, isto é, a localização fora dos muros principais de bastiões ou trincheiras avançadas, fazendo linhas concêntricas de defesa em volta da fortaleza propriamente dita”¹⁰⁸. O Forte Orange, hoje Santa Cruz, na Ilha de Itamaracá em Pernambuco, foi construído pelo engenheiro militar Pieter Van Bueren durante a ocupação holandesa, no ano de 1631, em taipa. A fortificação de planta quadrada com baluartes (localizados nos vértices) posteriormente foi revestida de pedra e cal pelos portugueses (Fig. 22).

No século XVI, como já vimos, os novos princípios inspirados principalmente pela utilização da pólvora circulam na Europa e se expressam na Escola Italiana (através da Escola de Arquitetura Militar Espanhola, no período filipino), e na Escola Holandesa. A ‘influência’ na arquitetura militar portuguesa do matemático Samuel Marolois, do filósofo e matemático Adam Fritach, de Mathias Dögen e do Conde de Pagan nas obras de Serrão Pimentel e Manoel Fortes é observada. Os engenheiros militares portugueses dedicam parte de seus estudos a apresentação e análise dos trabalhos dos autores acima citados. No final do século XVII sofrerá a arquitetura militar portuguesa as ‘influências’ da Escola Francesa, desenvolvida por Vauban, que predominará durante boa parte do século XVIII.

¹⁰⁸ MORI, Vitor. *Op. cit.*, p.64.

A aplicação deste conhecimento em constante reconstrução será realizada, no entanto, de forma paulatina nas terras do ultramar que se procurava conservar. Aplicação que se diferenciou segundo as necessidades de cada região do império, valores atribuídos e distância geográfica da metrópole, ou seja, segundo um quadro de modelos existentes, mas também de escolhas, intenções e possibilidades de execução.

1.3 A Arquitetura militar da Baía de Guanabara: escolhas e limitações

O ‘império português’ no além mar vai se constituindo através da construção de feitorias e fortalezas que asseguram suas rotas comerciais, e que, de acordo com a região, possuíram características diversas de execução:

Um Império como o português deveria construir-se e garantir a sua permanência em bases ideológicas e fisicamente consistentes. [...] a expansão portuguesa não obedeceu a uma ocupação ‘em movimento’ dado à escassez de efectivos em terra, antes optando por uma forte ocupação estratégica dos territórios através de fortalezas – estáticas, poderosas e dissuasoras.¹⁰⁹

O descobrimento, pelos portugueses, no século XVI, de novas terras “fez-se como um discreto capítulo da epopéia das Índias”.¹¹⁰ A França e outras nações européias não reconheciam o direito de Portugal nas novas terras descobertas. A França negou, podemos dizer, esta competência ibérica defendendo o princípio de *mare liberum*, e tal escolha foi partilhada com a Inglaterra e Holanda.

A região da Baía de Guanabara torna-se objeto de importância para Portugal quando da ameaça concreta do estabelecimento dos franceses em 1555, ou seja, com a fundação da França Antártica. A colônia francesa ocasionaria a quebra de continuidade litorânea da ‘colônia americana’ de Portugal, e a Baía de Guanabara ganhava valor estratégico por ser região possuidora de excelente porto, ponto de aguada para as rotas para o Oriente e para a região do rio da Prata, espaço cobiçado por Portugal principalmente depois da descoberta das minas de Potosi:

O elemento fundamental da posição do Rio de Janeiro é a presença da baía de Guanabara, por cuja posse lutaram os portugueses no século XVI. Constitui essa baía uma das mais notáveis reentrâncias do nosso litoral. É ampla e ao mesmo tempo abrigada, pois tem sua barra

¹⁰⁹ PEREIRA, Paulo. **A conjuntura artística e as mudanças de gosto**. In: MATOSO, José (direção). **História de Portugal**. S/l: Editora Estampa, s/d., vol III, p.460.

¹¹⁰ WHELING, Arno; WHELING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.44 .

estreita entre a ponta de São João e a de Santa Cruz, saliências que mais se aproxima com uma distância de 1.600m. No interior a largura da baía chega a 28km. O perímetro total é superior a 130km e sua área, incluindo a parte ocupada pelas ilhas, chega a 412 km.¹¹¹

A implantação de cidades em baía e foz de rio como Lisboa¹¹² e na América portuguesa as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro constitui aspecto pertinente às tradições urbanísticas portuguesas, segundo Manuel Teixeira. Analisando a implantação do Forte de São Julião da Barra (Fig.21), localizado na Ponta de São Gião na foz do rio Tejo, encontramos, como já mencionamos, semelhanças com a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, na Baía de Guanabara (Fig.23): aproveitamento de ponta rochosa elevada, fechamento através de cruzamento de fogos e de linha de defesa anterior a fortificações da cidade.

A maior parte das cidades portuguesas localizava-se junto ao mar ou nas margens dos rios. Uma situação privilegiada que encontramos em muitas cidades portuguesas, insulares e ultramarinas é a sua localização em baías abrigadas, com características de bom porto natural, com encostas suaves e percorridas de água doce, e com boas possibilidades de defesa através do aproveitamento de acidentes naturais localizados nos extremos da baía, aonde eventualmente se viriam a construir fortificações.¹¹³

Na região próxima à Baía de Guanabara, anterior à fundação da França Antártica (1555), observamos o reconhecimento pelos portugueses do litoral em 1502, com a constatação da existência de pau-brasil e, posteriormente, a fundação de feitorias em Cabo Frio e Rio de Janeiro. Constatamos o conhecimento da existência de franceses na região e mesmo sugestões para a ocupação da mesma, correndo Portugal o risco de perdê-la:

Eu entrey no Rio de Janeiro que esta nesta costa na capitania de Martim Afonso de Souza 50 lleguas de são Vicente e 50 do Espírito Sano, mando ho debuxo della a V. A. mas tudo que he graça que se della pode dizer senãp que pimte quem quiser como deseje hum Rio, isso tem este de Janeiro parece me que V. A. deve mandar fazer ally

¹¹¹ SANTOS, Corcino Medeiros. **O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 1993.

¹¹² “Plantada no maior estuário europeu.” ALENCASTRO, Luis Felipe. *Op. cit.*, p.77.

¹¹³ TEIXEIRA, Manuel C. *Op. cit.*

hua povoação honrada e boa porque ya nesta costa há rio que franceses senão neste [...]¹¹⁴

Nicolau Durand de Villiegaignon, vice-almirante da Bretanha e cavaleiro da Ordem de Malta, em novembro de 1555, fundou na Baía de Guanabara a denominada França Antártica. O projeto contava com a proteção de Gaspar de Coligny, apoio do Cardeal de Lorena e real. Henrique II de França dotou a expedição de duas naus artilhadas, munição e dez mil francos para a construção e defesa de um forte.

Villegaignon foi o primeiro a fortificar a Baía de Guanabara, e muitos dos pontos escolhidos por ele foram posteriormente aproveitados pelos portugueses. Conhecedor da arte da guerra e com experiência militar comprovada, tem como ponto principal do seu sistema de defesa o “Forte Coligny” (Fig.24) construído na “ilha Itamoguaia dos tupis, Serigipe dos tamoiois, das Palmeiras dos portugueses ou dos franceses”¹¹⁵:

[...] era desabitada antes de Villegaignon chegar ao país; com meia milha de circunferência e seis vezes mais comprida do que larga, é rodeada de pedras à flor d'água, o que impede se aproximem os navios mais perto do que à distância de um tiro de canhão (...) Entretanto, a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram.¹¹⁶

Na ilha de Ratier (ratoeira), hoje Ilha de Laje ou Lage, “tentou instalar sem resultado, devido à violência do mar, uma bateria de madeira e chegou a preparar pedras para preparar uma fortaleza”¹¹⁷. Francisco de Paula e Azevedo Pondé observam que Villegaignon instalou além de alguns homens, duas bocas de fogo e alguns falconetes¹¹⁸ em La Ratier e à direita da entrada da Barra uma paliçada artilhada como sentinela (posteriormente Bateria de Nossa Senhora da Guia, futura Fortaleza de Santa Cruz da Barra).

¹¹⁴ Carta do governador Tomé de Souza ao Rei D. João III, com notícias das vilas e povoações que visitara na costa do Brasil – Salvador, 1 de junho de 1553 – *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p.26.

¹¹⁵ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **A Defesa Militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro em Quatro Séculos**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967, p.12.

¹¹⁶ LERY, Jean. **Viagem a terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961, p 96.

¹¹⁷ FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.1.

¹¹⁸ Falconete – Artilharia miúda, peça pequena, de calibre variado, pesando no máximo 300 quilos e atirando um projétil de ferro. Séculos XVI, XVII e XVIII. BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, p.132.

A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada, em 1565, com o status de cidade, na entrada da Baía de Guanabara, do lado contrário à antiga paliçada francesa, entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar. O objetivo era o de dar combate aos franceses remanescentes associados aos índios aliados que ocupavam a baía¹¹⁹. A primeira providência do enviado da Coroa portuguesa foi fortificar o sítio português:

Já minha partida tinham feito muitas roças em derredor da cerca, plantados alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças dos Tamoios a buscar mandioca para comer, e a rama dela para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de mão, todas cobertas de telha trouxe de São Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os índios e Mamelucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é grande defesa contra o fogo.¹²⁰

No período compreendido entre 1565-1567 assistimos a uma série de conflitos entre portugueses e franceses, apoiados por seus respectivos aliados indígenas. Muitos dos ataques realizados pelos indígenas eram realizados pelo mar com a utilização de canoas, como da Ponta da Carioca (15/10/1565). Em 1567, Mem de Sá retorna da Bahia com um reforço aos portugueses estabelecidos na Baía de Guanabara. Estácio de Sá combate em Uruçumirim, ferindo-se em Birauçu. Mem de Sá trava combate em Paranapacu (Ilha do Governador) e Paranacuê. Os franceses acabam deslocando-se para a região de Cabo Frio, sendo expulsos, definitivamente, em 1575.

Após a morte de Estácio de Sá, em 20 de fevereiro de 1567, Mem de Sá realiza a transferência da cidade para a região do Morro do Descanso ou de São Januário que será, posteriormente, conhecido como Morro do Castelo, devido à fortaleza ali construída sobre a primitiva fortificação, obra de Mem de Sá:

[...] e por o sitio onde estacio de saa hede ficou não ser que pera majis que pêra se defender em tempo de guerra / com parecer dos capitais e doutras pessoas que no dito Rjo de Janeiro estauão escolhi hum sítio que parecia mais comviniente pêra hede ficar nelle a çidade de são sebastião o qual sityo hera de hum grande mato espeço cheo de muitas árvores e grosas em que se leou assaz de trabalho em as cortar e alinpar o dito e edifiçar huma çidade grande serquada de trasto de 20 pallmos de larguo por outros tamtos de alltura toda

¹¹⁹ No ano de 1560, Mem de Sá, governador-geral, comandou uma expedição para combater os franceses instalados na Baía de Guanabara. A vitória dos portugueses auxiliados pelos indígenas (recrutados pelos jesuítas) culminou com a destruição do forte francês, mas não determinou a expulsão dos invasores da região. Os franceses transferiram-se para o continente. Cabe observar que quando da expedição de combate portuguesa, o Sr. De Villegaignon já havia retornado a França, sendo os franceses comandados por seu sobrinho.

¹²⁰ ANCHIETA, José. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932, p. 252-253.

serquada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheos d'artelharia.¹²¹

Mem de Sá, se optarmos pela análise proposta por Manuel Teixeira, faz uma escolha dentro da tradição urbanística portuguesa, articulada às características físicas do sítio (utilização de locais topograficamente dominantes), e também estratégica de acordo com os princípios militares da arte de fortificar, optando pelo modelo construtivo do período da neurobalística (fortaleza situada sobre elevação de 60 metros de altura). O Morro do Castelo propiciava uma visão privilegiada da entrada da barra da baía, era cercado de terrenos alagadiços que evitavam a aproximação do inimigo por terra, uma aldeia de índios aliados fornecia proteção na retaguarda e providencia-se o seu cercamento por cortina vertical. Walter Rossa observa que na cidade de Goa (Índia), os portugueses também se utilizaram dos terrenos alagadiços no sistema defensivo.¹²²

Tal escolha provavelmente deu-se devido ao inimigo que esperavam combater: índios e estrangeiros, ambos provavelmente chegariam através do mar. O armamento dos índios inimigos (Fig.25) consistia em armas de combate corpo a corpo e o arco e flecha principalmente, além da utilização do princípio da surpresa para o ataque e de canoas vindas pelo mar como já haviam vivenciado nos ataques à 'cidade velha'.

Quanto aos estrangeiros, estes utilizavam materiais bélicos conhecidos e semelhantes aos dos portugueses e, normalmente, o ataque era através da artilharia naval e posterior desembarque. A artilharia no período da colonização da América portuguesa era de alma lisa, ou seja, a artilharia era composta dos canhões de alma¹²³ lisa, de bronze ou ferro fundido que disparavam projéteis metálicos de ferro ou falcões (projéteis de pedra). “As armas de fogo só foram aperfeiçoadas lentamente, a tal ponto que, ainda na segunda metade do século XVI, o arco e as velhas armas manuais de arremesso tinham preferência sobre as armas de fogo”.¹²⁴

A metrópole portuguesa em momento de expansão para o Oriente possuía limitações para implantação e manutenção de um sistema defensivo, em terras americanas. A distância da metrópole acarretava dificuldade de transporte de material, homens e armamento, impedindo a repetição da solução utilizada na África. A defesa da

¹²¹ Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, governador do Brasil. Salvador, Setembro/Dezembro de 1570. *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p. 69.

¹²² Seminário da UFF – Comunicação (02 e 03 de Dezembro de 2008).

¹²³ Alma – Parte interior, lisa ou raiada. BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, p.134.

¹²⁴ SANTOS, Francisco Ruas. *Op. cit.*, p.80.

colônia se fará em parceria com a população sendo esta responsável, muitas vezes, pelo combate ao inimigo, e pela construção e reparo das fortificações.

Em carta de julho de 1634, Rodrigo de Miranda Henriques (governo: 1633-1637) descreve as obras de fortificação que realizou no Morro de São Januário ou Descanso, a artilharia que dispunha para armá-la e a contribuição da população na forma de disponibilização de mão-de-obra escrava. Rodrigo de Miranda Henriques exalta seus esforços de não onerar a Coroa e suas atribuições que permitiam a nomeação de um capitão para dita fortificação:

No alto desta Cidade tenho feito hua fortaleza, dando-lhe o nome de São Sebastião q. he o padroeiro della, em q. tenho sete pessas de artilharia, e a vou acabando em sua perfeição q. he padrao de toda esta Cidade e a melhor defesa q. tem, e por q. a fazenda de sua magestade está Cá impossibilitada, me valli em pedir a cada morador hũ negro por tempo de hũ mês, ao q. elles acodem com grande gosto e zelo do serviço de V. magestade e a vou acabando sem despeza da fazenda Real, q. ouvera de custar muito por aver perto de hũ ano q. se trabalha nella, e em nome de V. magestade nomei por Capitam della a João de moura fogaça q. foi já da Capitania de São Vicente tomando elle também a sua conta acabar hũ lanço fazendo as portas e pontes da fortaleza q. he de muito Custo, pello q. merese q. V. magestade o confirme no mesmo carguo por ser pesoa q. nenhua dará melhor conta delle asin no cuidado da pás como na ocazião da guerra.¹²⁵

As cartas de Duarte Correa Vasqueanes (governo efetivo: 1645-1648), datadas de 18/01/1646 e 14/02/1647, são exemplos dos sucessivos pedidos de socorro feitos pelos governantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro à metrópole devido à fragilidade dos meios defensivos das fortificações e a premência de tropa qualificada, armamento e munição. O governador evidencia o valor estratégico da cidade sob constantes ameaças, principalmente as externas:

[...] esta Praça está muito falta de gente porq. Com o socorro de Angola, e frota do general Salvador Correa ficou muito diminuto o Prezidio [...] Pólvora não há nhũa porque vizitando o Almazem em q. se depozita achey poucos barris, e esses perdidos com humidade de maneiras q. para Nada serve, nem há nesta cidade com q. se reforme [...] e pedir a V. magestade seia servido de q. com a brevidade que convem antes q. a dilação prejudique, mande se me remeta gente, Armas, munição, pólvora, murrão e algua Artelharia para as fortalezas porq. Me não ache o inimigo sem prevençã, sendo esta

¹²⁵ Carta do Capitão do Rio de Janeiro, Rodrigo de Miranda Henriques – 29 de Julho de 1634 – Arquivo Histórico Ultramarino. *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.122.

praça a q. mais requesta há muiros annos, e sempre a conservou sua opinião com muito dano doz que a intentarão.¹²⁶

[...] e para V. Magestade seia servido de mandar, q. com a maior brevidade possível venha engenheiro q. a disponha como convem, e q. se me socorra co Artelharia, pólvora e munições, despacho esta caravela [...] porque se prezume sem duvida, q. o inimigo intenta vir a esta Praça, e com esta nova fortaleza artilharia e prevenida como convé e esperão estes Leaes Vasalos da Real grandeza de V. Magestade ficará a barra capaz de toda resiztencia e impossibilitando a entrada ou pello menos dificultando-a de maneira q, cauza muito dano ao inimigo.¹²⁷

A arquitetura militar aqui construída não foi similar às das conquistas africanas e orientais, possuindo um caráter próprio¹²⁸. A análise dos modelos empregados tanto na África como no Oriente demonstram a peculiaridade da arquitetura militar das fortalezas litorâneas da Baía de Guanabara. Fortalezas que sofreram adaptações significativas devido à dificuldade de obtenção inicial de materiais construtivos como pedra e cal para a argamassa, distância do reino e deficiência de profissionais especializados na arte da fortificação.

O modelo que poderíamos citar para estudo comparativo entre as obras de fortificação na cidade de São Sebastião e outras regiões do Império seria a fortaleza de Mazagão (Fig.26), no Marrocos (1541). Mazagão foi a primeira fortaleza construída pelos portugueses no estilo abaluartado ou italiano, desenhada por Benedetto de Ravena e executada por João de Castilho sobre a antiga fortificação manuelina executada por Miguel Arruda. A fortificação possuía características de praça-forte, abrigando um conjunto urbano no seu interior e porto próprio. A planta em forma de quadrilátero, polígono regular, dentro das novas propostas para arquitetura militar italiana, apresenta baluartes em seus vértices. Tratando-se de praça litorânea o mar é utilizado como um meio de defesa. Margarida Valla comenta que “só a partir de 1583 com a intervenção de Giovanni Cairati, nomeado engenheiro-mor da Índia, que a aplicação da tratadística

¹²⁶ Carta de Duarte Correa Vasquannes – Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1646- Arquivo Histórico Ultramarino. *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.146.

¹²⁷ Carta de Duarte Correa Vasqueanes – Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1647 – Arquivo Histórico Ultramarino. *Ibidem*, p. 152-153.

¹²⁸ Estudo da arquitetura militar portuguesa, na região da Baía de Guanabara, para o período de 1565-1711, foi realizado com mais profundidade em trabalhos anteriores. **A arquitetura militar portuguesa na Baía de Guanabara (1565-1711)** – Monografia de conclusão de lato-senso em História Militar do Brasil, UNIRIO, 2005; **Vidros ou Diamantes: as fortalezas da Baía de Guanabara (1565-1711)** – Monografia de Graduação em História, UGF, 2006. Sobre ver também Revista Oceanos – Número 28 – outubro/dezembro 1996 – **Fortalezas da Expansão Portuguesa**.

renascentista foi introduzida. Num período de meio século todas as fortalezas foram remodeladas.”¹²⁹

A comparação demonstra a distancia técnica entre os dois modelos. A fortaleza de Santa Cruz apresentava planta irregular e seus baluartes assemelham-se mais as antigas torres arredondadas do período da neurobalística do que aos baluartes angulares do modelo italiano. Na planta da Capitania do Rio de Janeiro, de 1631 (Fig.28), aproximadamente um século após a reforma de Mazagão, a cortina que protegia o canal de entrada das naus apresenta “sete cubelos em meia lua”, lembrando a cortina de Almourol (Fig.16), ou seja, apresentando características das fortificações do período da neurobalística.

O *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia* de Antonio Bocarro (1635) é outro exemplo da aplicação de modelos baseados na Escola Italiana em outras partes do Império. O manuscrito do cronista apresenta plantas desenhadas por Pedro Barreto de Resende que se distanciam muito do modelo da fortaleza de Santa Cruz. A plantas das fortalezas de Moçambique (Fig.27), Mombaça e São Tomé apresentam forma poligonal buscando regularidade e baluartes angulares.

A Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique, apresenta no mapa de Pedro Barreto Rezende planta poligonal regular (quadrilátero), com baluartes em seus vértices inserindo-se dentro modelo italiano.

A comparação de Mazagão e Moçambique (fortificações do século XVI ambas com projetos originais de autoria de Miguel de Arruda), com as representações da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em documentos cartográficos realizados por João Teixeira em 1631 (Fig.27) e 1640(Fig.28), demonstra que a principal fortaleza da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ainda reproduzia um modelo sem as características do modelo italiano. Cabe ressaltar que no final do século XVI, Filipe II fundou a Academia de Matemática e Arquitetura e reformou as fortificações portuguesas do reino trazendo arquitetos italianos para tal empreitada.

As primeiras informações sobre materiais de construção e técnicas empregadas nas fortificações da região estudada são: a utilização de madeira para cercas, paliçadas, trincheiras, esquadrrias, alisares, madeiramento de telhado etc., e a utilização da taipa. O século XVI no Brasil é o século das paliçadas, dos redutos e fortins, das muralhas de madeira, do adobe ou da taipa.

¹²⁹ VALLA, Margarida. *Op. cit.*

Os materiais construtivos utilizados nas fortalezas eram a taipa, a pedra e a cal. A utilização da taipa, ou seja, o uso de argila em construções foi prática na Península Ibérica, e sua utilização na arte militar muito se fez presente na Baía de Guanabara. De origem provavelmente árabe, o vocábulo entrou para a língua portuguesa por influência mourisca e a aplicação da técnica da taipa de mão, taipa de pilão¹³⁰ e do adobe¹³¹ na construção de fortificações afirmou-se devido às suas qualidades quanto à absorção no impacto de projeteis e à dificuldade da obtenção da pedra e cal no período inicial da cidade, mesmo com a existência de excelentes pedreiras na região.

O maior problema era a cal proveniente do reino, para a fabricação da argamassa. A argamassa sugerida tinha como proporção recomendada as orientações dos tratadistas do Renascimento, como observa Mário Mendonça. Portugal há muito já utilizava a técnica construtiva da alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia fina em suas construções. Construções que mesclavam alvenaria de pedra e cal e uso da taipa são encontradas, como nas escavações arqueológicas do Palácio Almoada da Alcáçova de Silves, este construído com paredes em taipa e suas bases em pedra e reboco de argamassa de cal e areia.

Quando das fortalezas construídas no além-mar, mas ainda próximas da metrópole, foi possível o transporte de material para as construções, como no caso da de São Jorge da Mina da Guiné, no norte da África. Andrea Carla Doré comenta a chegada de Diogo de Azambuja:

Azambuja partiu de Portugal com uma frota de dez caravelas e duas urcas, que transportaram boa parte do material para a construção, como pedras e madeiras talhadas, telhas e cal, portas e janelas, além do pessoal: seiscentos homens, entre artesãos, soldados, empregados do comércio, membros do clero, navegadores e mulheres para trabalhos domésticos.¹³²

O Rio de Janeiro era distante e as comunicações regulares encontravam uma série de impedimentos; a cal, elemento preponderante de todas as argamassas, no início

¹³⁰ Taipa de pilão - Taipa de pilão é a parede feita com barro calcado entre tábuas ou taipas (em Portugal: enxaiméis), mantidos a prumo por meio de travessas e cavilhas. Tal como o concreto armado, esta armação é retirada quando o barro seca. Taipa de sebe, de mão ou de pau-a-pique é a parede feita de varas ou ripas amarradas com cipó, cheios os vãos de barro (cru) amolecido. REAL, Regina. *Op. cit.*, p.473.

¹³¹ Adobe ou adôbo - Tijolo de barro cru, seco ao sol; bloco de argamassa em forma de paralelepípedo empregado nas construções em locais onde falte a pedra; tijolo feito com mistura de terra, cal, argila e palha cortada, para a edificações de casa rurais. REAL, Regina. *Ibidem*, p. 24.

¹³² DORÉ, Andréa Carla. **Império sitiado: as fortalezas portuguesas nas Índias (1498-1622)**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002, p.132.

vinha do reino. Por cal entendemos pedra calcária cozida a fogo. O óleo de baleia utilizado nas argamassas possuía um caráter mais hidrorrepelente ou impermeabilizante do que de resistência mecânica. Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro militar português do século XVIII, utilizava o óleo de baleia para impermeabilizar abóbadas:

O emprego da cal de marisco na argamassa, produzindo nefastas conseqüências, vai sendo substituído pela utilização da cal do reino e do saibro. E a areia salgada, empregada nas misturas, é substituída pela areia doce dos rios e das areias do centro da ilha de Paranaçuã. Nas fortificações, edifícios mais importantes e construções religiosas, vai-se generalizando o emprego dos resíduos de baleia chamada borra (gala-gala), que ligados à cal do Reino emprestavam notável consistência às argamassas.¹³³

Como anteriormente comentamos a fortaleza é constituída de um trinômio formado pela fortificação, armamento e homens, assim sendo, algumas considerações sobre as ‘guarnições’ da cidade podem nos servir. As forças estavam sob a chefia do governador¹³⁴ e compreendiam as tropas de primeira linha, formada por profissionais pagos, “reunidos em ‘terços’”¹³⁵ de modelo espanhol até a época de João V (1706-1750) e em “regimentos no final do século XVIII”,¹³⁶ as tropas de segunda linha denominadas Milícias constituídas para a defesa da terra, e as de terceira linha, as ordenanças. As ordenanças eram formadas pelos homens livres, não pertencentes à milícia, entre dezoito e sessenta anos.

A necessidade de pagamento para tropas regulares que guarneciam as cidade e fortificações leva à existência de impostos como o criado em 1641, logo após a restauração portuguesa. O ‘subsídio grande dos vinhos’ foi criado para o pagamento do soldo da infantaria e consistia em imposto de importação sobre os vinhos provenientes da Ilha da Madeira e de Portugal. Muitas vezes as tropas ficavam sem pagamento, propiciando indisciplina. Em 1653. D. Luis de Almeida Portugal, governador de 1652 a

¹³³ LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. **Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1690)**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 288. Junho-Setembro-1970, p. 241

¹³⁴ Os poderes dos governadores obedeciam a um padrão geral, estes eram os cabeças da governança da capitania, (guerra, justiça e fazenda).

¹³⁵ Terço – “Os terços, unidade básica da infantaria espanhola, foram criadas em 1534. [...] Cada um teria entre 3000 e 3500 homens [...]. Na segunda metade do século XVI se reduziu a 1500 e 2000 homens, divididos em dez ou doze companhias. A seu comando estava o mestre de campo [...]. A disciplina e movimentos perfeitamente treinados fizeram dos terços formações quase invencíveis durante quase um século em campo aberto. Os piqueiros (com lanças ou piques, de quase cinco metros de comprimento) mantinham a distância a cavalaria inimiga, enquanto os mosqueteiros disparavam contra a mesma.” LOSADA, Juan Carlos. **Dossier: La Guerra de Flandes**. In: História y Vida. Nº 488, p.42.

¹³⁶ WHEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Op. cit.*, p.317.

1657, solicitou à Câmara o pedido de não pagar à tropa em açúcar os soldos atrasados, pedido negado, devido à falta de recursos da cidade e de sua população.

Tomé Correia de Alvarenga (governo: 1657-1659/ 1660), em 1659, solicitou recursos para terminar obras de fortificação. Tal solicitação levou a Câmara da cidade a propor a criação de um imposto sobre a venda de aguardente, tal proposição foi negada pelo governador e acabou-se por instituir a antiga proibição da fabricação de aguardente na cidade. O governador Salvador Correia de Sá e Benevides (1637-1642/1648/1659-1660), um ano depois, com o objetivo de pagar os soldos atrasados e aumentar a guarnição de 350 para 500 homens, tenta instituir uma nova taxação aos moradores:

[...] os moradores da Rua Direita pagariam uma taxa mensal de dois tostões pelos altos e outros dois pelos baixos das casas; nas demais, as taxas seriam respectivamente de meia pataca e um tostão. No caso de estarem as casas alugadas, os proprietários cobrariam, dos inquilinos, o imposto conjuntamente com o aluguel.¹³⁷

A guarnição da cidade sempre foi deficitária em homens, armas e munição como observamos ao comentar as solicitações dos governadores. A necessidade de bombardeiros (profissional de artilharia) também era sentida, tanto na metrópole como na colônia, acarretando a utilização de estrangeiros para a função. Em 1642, os moradores da cidade receberam de D. João IV (reinado: 1640-1656), por alvará de 10 de fevereiro, os privilégios dos cidadãos da cidade do Porto (não podiam ser torturados, presos em enxovias, senão em castelos ou domicílios, tinham permissão de andar armados, usar seda e isenção de recrutamento para o serviço de guerra para seus criados). Maria Fernanda Bicalho observa que, os “privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos cidadãos do Rio de Janeiro [...] conferia-lhes o direito de se desobrigarem a servir, fosse como soldados, fosse nos trabalhos e obras necessárias à defesa e segurança da praça colonial.”¹³⁸

A guarnição do Rio de Janeiro no início do século XVIII, segundo o Barão do Rio Branco¹³⁹, era composta de dois regimentos (terço velho e terzo novo, mais o

¹³⁷ COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.p. 161

¹³⁸ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico Sul: Séculos XVII e XVIII**. In: Revista de História Regional. Vol.3.-n° 2- Inverno 1998.

¹³⁹ Forças da cidade do Rio de Janeiro, segundo o Barão Rio Branco *Apud* FRAGOSO, Augusto Tasso. *Op. cit.*, p. 133

terço da Colônia de Sacramento), Milícias (regimento da nobreza), dois regimentos de ordenanças, uma companhia de moedeiros e soldados dos regimentos da Armada, Marinha e da Junta do Comércio (Tabela 01).

Tropas Regulares	Milícias	Tropas de Marinha
Dois Regimentos (Terço Velho e Terço Novo). Cel Francisco de Castro Moraes 590 homens	Regimento da nobreza e privilegiados Cel Emanuel Corrêa Vasques 550 homens	Soldados dos regimentos da Armada e da Junta do Comércio (Companhia do Comércio) 400 homens
Regimento da Colônia de Sacramento (Terço da Colônia). Cel. João de Paiva 300 homens	Dois regimentos de Ordenanças Cel Baltazar de Abreu Cardoso 780 homens	
	Companhia de Moedeiros (empregados da Casa da Moeda) Cel Crispim da Cunha 50 homens	
890 homens	1380 homens	400 homens
As forças da cidade do Rio de Janeiro totalizavam <u>2670 homens</u> dos quais <u>600</u> guarneciam os fortes <u>da baía</u>		

Tabela 1: Forças da cidade do Rio de Janeiro, segundo o Barão Rio Branco Apud FRAGOSO, Augusto Tasso.

Os sucessivos pedidos à Câmara de recursos para pagamento de soldos atrasados e o aumento do número de homens também são observados. A participação da população na defesa da cidade é presente, mas era uma população sem muitos recursos econômicos que, aos poucos, passa a rebelar-se com certas atitudes impostas pelo governo.

Quanto à mão-de-obra utilizada na construção das fortalezas algumas questões são relevantes. A questão da utilização do índio como mão-de-obra foi motivo de conflitos, sendo estes considerados pelos jesuítas de sua responsabilidade:

Traço de relevo das décadas iniciais do século XVII foram os conflitos entre instâncias de poder como a Câmara, Governador e autoridades eclesiásticas, que divergiam na maior parte dos casos, sobre as relações com os indígenas, cuja utilização como mão-de-obra constitui indicativo do incremento da economia e das necessidades urbanísticas e de defesa da cidade.¹⁴⁰

¹⁴⁰ SANCHES, Marcos Guimarães. **O Rio de Janeiro e a “Repartição do Sul” no período filipino: consolidação e expansão da colonização.** *No prelo*, p.16.

O trabalhador que irá assumir a construção efetivamente será o escravo negro. No entanto, Gilberto Ferrez cita a participação de índios cedidos pelos jesuítas e chefiados por dois padres nas reformas empreendidas por Martim de Sá na Fortaleza de Santa Cruz. Os escravos negros, além de trabalharem nas fortificações como mão-de-obra, serão os responsáveis pela produção das olarias (tijolos e telhas), executando trabalhos em madeiras entalhadas e em ferragens.

Quanto aos responsáveis pelos projetos de defesa da região, serão utilizados mestres de obras vindos de Portugal e, mais tarde, engenheiros contratados no estrangeiro, até a formação de profissionais na metrópole e na colônia.

Na construção do primeiro Forte do Castelo temos a participação do pedreiro Francisco Gonçalves e dos carpinteiros Simão Fernandes e João Gomes e pelo alvará régio de 17 de novembro de 1571, o primeiro recebeu o cargo de mestre de obras e fortificação do Rio de Janeiro. “Eu ell Rey faço saber aos que este aluara virem que eu e por bem praz que Francisco Gonçaluez, pedreiro, morador na cidade de Lixboa, que ora mando por mestre das obras de fortificação que mando fazer na capitania do Rio de Janeiro [...]”¹⁴¹; ou:

Eu el Rey faço saber aos que este alvará virem que eu hey por bem e me praz que João Guomez carpinteiro que hora vay em companhia de cristóvão de barros capitão e governador da capitania do Rio de Janeiro das partes do brazill va servir na fortificação que na dita capitania mando fazer [...]”¹⁴²

A participação de engenheiros militares não portugueses no reino e nas colônias podemos concluir que foi uma prática. No século XVII podemos citar o engenheiro francês Michel de L’Escolle (ou de Lescol), que chegou a Portugal em 1643. L’Escolle serviu como engenheiro, na Capitania do Rio de Janeiro, pelo prazo de três anos (Aurélio de Lyra Tavares data sua chegada de 1648, e Gilberto Ferrez de 1649). Ferrez observa que L’Escolle foi enviado como engenheiro de Sua Majestade juntamente com Philip Quitan (vindo da Bahia), engenheiro-major de Sua Majestade. Apesar da falta de alguns documentos, Ferrez observa que L’Escolle poderia ser

¹⁴¹ Alvará régio, nomeando Francisco Gonçalves, pedreiro, para mestre das obras da fortificação do Rio de Janeiro. Almeirim, 17 de Novembro de 1571. *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p.88.

¹⁴² Alvará régio nomeando João Gomes, carpinteiro, para as obras da fortificação do Rio de Janeiro, com o ordenado de 36.000 réis por ano. Lisboa, 17 de Novembro de 1571. *Ibidem*, p.91.

considerado “o primeiro engenheiro-militar, especialista em fortificações, que teria trabalhado no Rio de Janeiro, pondo em segundo lugar João Massé”.¹⁴³

No final do século XVII, assistimos a implantação de escolas ou aulas para formação de engenheiros militares no Brasil: Rio de Janeiro (1698), Salvador (1698), Maranhão (1699) e Recife (1701). Segundo Margarida Valla, estas aulas “correspondiam à necessidade premente de formação de técnicos que intervissem cada vez mais na construção urbana do país, na sua defesa e ocupação territorial”.¹⁴⁴

No século XVIII, destacamos a atuação na cidade de João Massé que tinha posto de brigadeiro de Infantaria e “foi incumbido por Ato de 17 de julho de 1712, de reparar as fortificações do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, executando as obras necessárias para a sua conservação”¹⁴⁵. E do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765), que atuou durante o governo de Gomes Freire de Andrade (governo: 1733-1763), e escreveu dois tratados, *Exame de Artilheiros* (1640) e *Exame de Bombardeiros* (1748).

A arquitetura militar construída na cidade do Rio de Janeiro foi realizada segundo as possibilidades, objetivos e intenções de atores sociais diversos que buscaram, em primeiro lugar, a defesa da região. O uso de técnicas já conhecidas e testadas, a utilização de mão-de-obra escrava indígena ou negra e a constante necessidade de manutenção e expansão das fortificações foram práticas observadas.

A cortina defensiva da cidade, com suas características peculiares, marcava de forma incontestável o cotidiano da sociedade e fazia parte do espetáculo encenado aos que chegavam e aos que viviam na Baía de Guanabara. Essa arquitetura militar peculiar das fortalezas da Baía foi elemento de peso na paisagem construída. Paisagem que foi marca e matriz por um longo período de tempo. Ulpiano Menezes cita o historiador Fernand Braudel: “a paisagem [...] é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas”¹⁴⁶.

¹⁴³ FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.26.

¹⁴⁴ VALLA, Margarida. *Op. cit.*

¹⁴⁵ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. cit.*, p.171.

¹⁴⁶ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p.37.

1.4. O perfil da Arquitetura militar na Baía de Guanabara

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a paisagem na Baía de Guanabara foi fortemente marcada pela presença das fortalezas que a emolduravam, cortina de taipa, pedra e cal. As fortalezas representavam parte do sistema defensivo da região e foram diversas das existentes em outras regiões do Império colonial português. Já foram observados alguns fatores que determinaram esta face peculiar que a arquitetura da Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro apresentava. Citamos a existência de limitações de ordem econômica, tanto da metrópole como da colônia, carências materiais, técnicas e humanas que determinaram um sistema defensivo que efetivamente pouco atuou belicamente, apesar das constantes ameaças externas, mas de porte dissuasivo. Ameaças geradas por conflitos oriundos, muitas vezes, na metrópole, como as invasões decorrentes da União Ibérica e da Guerra de Sucessão Espanhola.

Contudo, a existência de um sistema defensivo, no período, é fato observado em documentos escritos e iconográficos. Sistema conhecido por outras nações, e uma preocupação para aquelas que pretendiam atacar a próspera ‘colônia’ portuguesa na América. Tal consideração apóia-se na existência de uma série de levantamentos feitos por estrangeiros da Baía de Guanabara com a devida demarcação de suas fortificações.

O século XVI é marcado pela fundação da cidade dentro de um conflito bélico com os franceses. Após a vitória sobre a França Antártica acontece a transferência da cidade para a região do morro do Castelo, que posteriormente se expande para a várzea. A Baía de Guanabara recebe algumas incursões estrangeiras no final do século XVI, a primeira a ser citada com certa relevância é a de 1571. Uma esquadra francesa penetra na baía e ancora próxima à aguada e aldeia do índio Araribóia com o intuito de atacar a cidade. Araribóia “ataca os franceses com o único falcão (pequena peça de artilharia) existente em terra [...] Ao subir da maré, os inimigos se fizeram à vela.”¹⁴⁷

O período filipino (1580-1640) é marcado pela constante ameaça de estrangeiros ao litoral da América portuguesa. A conquista americana vivenciando a União Ibérica que “redundara agora numa crescente severidade com relação aos estrangeiros aqui domiciliados, ou que, por qualquer motivo, alcançavam os portos

¹⁴⁷ FERREZ, Gilberto. **Organização da defesa. Fortificações.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 288. Junho-Setembro-1970, p. 3.

brasileiros”,¹⁴⁸ assiste aos ataques de holandeses e franceses. O episódio após a morte de D. Sebastião envolvendo D. Inês de Sousa, esposa do Governador, citado anteriormente, poderia ser considerado outra tentativa de invasão à cidade que foi repelida. Finalmente, em 1599, a expedição comandada por Oliver Van Noort (1568-1611), composta de quatro embarcações, chegou à barra da baía que dava acesso ao porto. A esquadra permaneceu três dias na região, não obtendo permissão para entrar na Baía de Guanabara. A 11 de fevereiro de 1599, a Bateria de Nossa Senhora da Guia o repele e o holandês “tenta realizar um desembarque junto ao Pão de Açúcar”.¹⁴⁹ A ação holandesa fracassa, repelida pela tropa que é enviada pelo governador.

No final do século XVI, a arquitetura militar na Baía de Guanabara era caracterizada por construções de taipa de pilão ou de mão e paliçadas. Francisco de Paula e Azevedo Pondé relaciona as fortificações deste período classificando-as de acordo com sua função e localização. O conjunto da entrada da barra é formado por São João (Fig. 30) construída no governo de Salvador Correa de Sá, e por Nossa Senhora da Guia. Na cidade, a responsável pela defesa da linha do mar era a Bateria de Santiago (Santiago da Misericórdia) e pela cidade e porto a Fortaleza de São Sebastião ou o Castelo (Fig. 31).

As primeiras décadas do século XVII são marcadas para a colônia portuguesa na América pelas invasões francesas e holandesas no nordeste e na África pela perda de Angola. Assistimos aos franceses no Maranhão, conquista iniciada em 1603 no reinado de Filipe III, e os holandeses na Bahia (1624-1625), que tomam a cidade de Salvador acarretando o envio de socorro pela cidade do Rio de Janeiro, não conseguindo a posse da mesma parte, os holandeses, para o nordeste conquistado à força das armas a região de Pernambuco (1630-1654). As invasões holandesas obrigam os governadores das capitanias a uma “política de defesa militar”.¹⁵⁰

Nos domínios ultramarinos, e especificamente no Brasil por todo o século XVII, diante da dificuldade da metrópole em financiar as despesas militares, não raro se transferiram às câmaras - ou seja, aos colonos - os encargos de sua própria defesa. Cabia-lhes arcar com os gastos para a sua proteção, como aqueles derivados da obrigatoriedade do fardamento, do sustento e pagamento das tropas e

¹⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. I. A Época Colonial.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993, p.162.

¹⁴⁹ VERÍSSIMO, Inácio José. **História Militar do Rio de Janeiro nos Séculos XVI e XVII.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 288. Julho-Setembro-1970, p.172.

¹⁵⁰ FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro.** Vol.1 (1564-1706). Rio de Janeiro: Typ. Da Revista dos Tribunaes, s/d, p.118.

regimentos militares, da construção e do reparo das fortalezas e do provimento de naus guarda-costas contra piratas e corsários.¹⁵¹

Martim de Sá é nomeado governador da capitania (1602-1607/1623-1632) procura estudar um plano de defesa para a cidade, e constrói o Forte de Santa Cruz (no local onde hoje se localiza a Igreja de Santa Cruz dos Militares – Rua Primeiro de Março), o Forte ou Bateria de Santiago na Ponta da Piaçaba (Ponta do Calabouço – considerado uma bateria, não um forte), São Gonçalo e São Sebastião. Aníbal Barreto afirma que Martim de Sá terminou a construção do forte de São Sebastião iniciada em 1567 por Mém de Sá, mas não determina o ano. Martim de Sá reforma a Fortaleza de Santa Cruz da Barra (antiga bateria de Nossa Senhora da Guia), em 1632, no seu segundo governo, e cerca a cidade com trincheiras de taipa de pilão e pedra e cal.

As fortificações¹⁵² que podemos citar no século XVII são: a Fortaleza de Santa Cruz, que recebe obras de alvenaria, Fortaleza de São João (conjunto formado de quatro baterias e armada com 22 canhões de ferro e 8 de bronze), Fortaleza de São Sebastião, além de alguns fortes e fortins como Laje (motivo de debates e solicitações de recursos por ser considerada peça de grande importância para a defesa da entrada da barra), Forte de Santa Cruz, Bateria de Santiago (restabelecida em 1624 devido a ameaça holandesa e reconstruída em 1696), a fortaleza de São Francisco Xavier que contava com uma bateria de 20 canhões de ferro e alguns redutos como o do Carmo e da Candelária.

Construídas em grande parte de taipa possuíam estas cortinas a qualidade de absorção dos projéteis, mas sofriam com a pouca durabilidade do material construtivo, que exigia constante manutenção. As medidas tomadas para a sua constante recuperação e novas fortificações levam também em consideração as ameaças estrangeiras.

No final do século XVII, o governador Sebastião de Castro Caldas (governo: 1695-1697) iniciou o forte Gragoatá, Gravata, Cravatá ou Caruatá na Praia das Flechas em Niterói (1696), e posteriormente Francisco de Castro Morais (1697-1699/1710-

¹⁵¹BICALHO, Maria Fernanda Baptista; SOUZA, Laura de Mello e. **1680-1720: o império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.93.

¹⁵² Fortificações – Denominação genérica de obras de defesa militar.

Forte – Fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas porém na mesma obra. Fortim – Forte pequeno.

Reduto – Pequeno forte isolado no exterior, ou no interior de uma fortaleza.

Bateria – Obra de fortificação menor que o reduto e, em princípio isolado (armado só com canhões). Barreto, Aníbal. *Op. cit.*, p.24.

1711), ampliou as defesas de Gragoatá (armado com 10 canhões) e de Villegaignon (reconstruído em 1695 após a esquadra de Mr. Gennes).

Em 1695 a Esquadra francesa pede permissão para entrar no porto, mas é detida pela Fortaleza de Santa Cruz. A esquadra comandada por Mr. Gennes provocou com sua chegada pânico à população, ocasionando movimento de fuga para o interior e encerra as incursões estrangeiras no século XVII.

O século XVIII na Europa inicia-se com a Guerra de Sucessão espanhola. A morte do rei de Espanha, Carlos II (1664-1700), desencadeia “uma guerra geral na Europa na qual o prêmio principal era a sucessão ao trono espanhol.”¹⁵³ Luis XIV de Bourbon, rei de França, propõe seu neto Filipe de Anjou com o apoio da corte espanhola de Castela. A Grã-Bretanha, Holanda, Portugal, províncias da Catalunha, Valência e parte da aristocracia de Castela apóiam o Habsburgo, Carlos da Áustria.

Na América, a economia da colônia portuguesa sofre uma reviravolta quando em 1695 temos a primeira descoberta expressiva de ouro entre a região de Ouro Preto e Diamantina. O principal acesso para a região aurífera partia do Rio de Janeiro, que ascende como porto no litoral brasileiro. A região também era conhecida pela produção de açúcar e com o seu comércio com outras regiões como o rio da Prata, África e Oriente.

[...] É a mais importante cidade depois da Bahia de Todos os Santos, quer pelas vizinhanças com as minas de ouro, quer pelas frotas portuguesas de comércio que, anualmente, lhe trazem as mais valiosas mercadorias européias. Ainda mais, as embarcações inglesas e holandesas, de torna viagem das Índias Orientais e do Japão nela fazem ponto obrigatório de parada, descarregando suas preciosas cargas do oriente.¹⁵⁴

Os mares no século XVIII convivem com os corsários franceses e, para a Baía de Guanabara, a atuação dos mesmos será uma ameaça constante. A cobiça pelo ouro e açúcar que partiam do porto do Rio de Janeiro e a aliança portuguesa com a Grã-Bretanha, após o Tratado de Methuen (1703), são motivações suficientes para os franceses que acabam por enviar duas expedições à Baía de Guanabara. O período é marcado pela ascensão ao trono português de D. João V (1706-1750). Nuno Gonçalo Freitas Monteiro salienta a prioridade dada à colônia americana no período do reinado

¹⁵³ BETHELL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. Vol. I, p.392

¹⁵⁴ LAGRANGE, Louis Chancel de. **A Tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin**. In: Separata da Revisão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 270, 1966. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1967. p.56

de D. João V: “O Brasil [...] registrava um momento de grande prosperidade econômica e de apreciável crescimento demográfico, nele se ancorava, em larga medida, o equilíbrio financeiro da monarquia”¹⁵⁵.

Durante o reinado de D. João V (1706-1750), a produção de ouro no Brasil e sua exportação para Portugal expandiu-se. Aumentou cinco vezes entre 1700 e 1720, cresceu continuamente de 1720 a 1735, aumentou intensamente no final da década de 1730 e mais modestamente de 1740 até 1755, quando começou a diminuir, embora a princípio de forma bastante lenta.¹⁵⁶

Em 1710, temos a expedição de Jean-François Duclerc. O corsário francês não foi vitorioso em seu objetivo, mas René Duguay-Trouin que chegara cidade no ano seguinte, 1711, alcançará a vitória tomando a cidade que pagará para sua libertação oneroso resgate. A leitura dos diários do 1º tenente Louis Chancel de Lagrange e do Almirante René Duguay-Trouin, da expedição francesa de 1711, acrescidos de documento português do início do século XVIII, permitem enumerar a cortina que defendia a Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em número de fortificações e poderio bélico (Tab.1) na altura.

Fortificação	Relação de 1704 ¹⁵⁷	1º Ten Louis Chancel de Lagrange (1711)	Duguay-Trouin (1711)
Bateria da Praia de Fora (Praia da Vargem)			08 peças
Bateria da Praia Vermelha	12 peças montadas		
Fortaleza de Santa Cruz	38 peças montadas 04 peças p/ montar	46 peças	48 peças
Fortaleza de São João	34 peças montadas 04 peças p/ montar	18 peças + 06 peças (bateria próxima)	48 peças
Bateria de Villegaignon	16 peças montadas 03 “se lhe podem montar”	20 peças	20 peças
Bateria de Boa Viagem	10 peças “Se podem montar”	06 peças	16 peças
Forte e Bateria da Ilha das Cobras	08 peças “Se lhe podem montar”	08 peças	10 peças + 04 peças (bateria)
Forte de São Sebastião (Castelo)		10 peças (de ferro)	14 peças + inúmeros pedreiros
Reduto de São Januário			
Reduto de Santa Luzia		12 peças + 06 (bateria à	

¹⁵⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco**. In: TENGARRINHA, José. (org.). **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2001, p.212.

¹⁵⁶ BETHELL, Leslie. *Op. cit.*, p.468.

¹⁵⁷ Relação que consta de coantas fortalezas tem este porto de Rio de Janeiro e de coanta pessos de artilharia tem cada huã destas montadas e de coantos há para manejar e toda esta maquina de artilharia. AHU – Catálogo Eduardo Castro e Almeida – Caixa 14, documentos 2700-2772

		flor d'água)	
Forte de Santiago (Ponta da Piaçaba)	06 peças montadas	10 peças	18 peças
Entrincheiramento do Morro de São Bento, Reduto da Prainha e boqueirão da Carioca	“Necessário 12 peças montadas”	08 peças	
Praia do Saco (Jurujuba)	06 peças montadas “E bem se lhe pode montar mais coatos”		
Praia do Carmo	“se lhe pode montar 06 peças”		
Total	<u>120 peças montadas</u> <u>43 peças são necessárias montar</u>	<u>150 peças</u>	<u>186 +32</u> (São Jacques-12+Saint Aloysie-08+bateria 12)

Tabela 2: Relação das fortificações e respectivo armamento na Baía de Guanabara Perfil da Arquitetura Militar no início do século XVIII (Dados colhidos na relação portuguesa de 1704 e nos documentos escritos de Louis de Lagrange - Duguay-Trouin, em 1711)

Após a retirada dos franceses a Coroa portuguesa cobrou de seus representantes os motivos que levaram à queda e tomada da cidade pelos franceses. O governador Castro Morais em carta ao governador do Brasil defende-se dizendo que havia sido abandonado. Suas desculpas não foram aceitas sendo condenado a “pena de degredo por toda a vida para o Estado da Índia, não por traidor, mas por falta de ânimo e de discernimento”.¹⁵⁸ Segundo a pesquisa do historiador Alberto Lamego, Castro Morais procura justificar-se em carta, ao governador do Brasil D. Lourenço de Almada e teve sua inocência reconhecida em 1730, sendo absolvido das culpas pela queda da cidade. As motivações do governador ainda são consideradas pouco esclarecidas pela historiografia que se debruça sobre o episódio.

De qualquer forma, a tomada da cidade pelos franceses, ou seja, a evidência da fragilidade do sistema defensivo leva a Coroa portuguesa a tomar medidas imediatas. Por Carta Patente de 17 de julho de 1712, o Brigadeiro João Maia é instituído de poderes para “examinar, reparar e construir fortificações no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e as C. R. de 29 e 30 de março de 1713 mandaram criar o cargo de Mestre de Reparo de Artilharia do Rio de Janeiro”¹⁵⁹ O Brigadeiro João Maia tem seu plano de defesa para a cidade aprovado sendo construídas a Fortaleza da Conceição e da Ilha das Cobras e a reforma de Santa Cruz da Barra, São João e Lage.

¹⁵⁸ FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004, p.253.

¹⁵⁹ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Op. cit.*, p. 34.

O Brigadeiro João Massé também é enviado do Reino, para avaliar o sistema defensivo da cidade, naquele momento de ascensão da circulação de ouro para a metrópole. Massé propõe a construção de uma muralha e a recuperação do sistema defensivo, ou seja, da cortina de fortificações. As fortificações citadas no mapa (Fig.14) são as localizadas na cidade: Fortaleza de São Sebastião, Baluarte da Sé, Fortaleza ou Forte de Santiago, Bateria da Prainha, Fortaleza da Conceição e Fortificações da Ilha das Cobras. A muralha a ser construída, resguardando a cidade por terra, é representada por uma linha vermelha ligando o Morro do Castelo ao da Conceição

Para além de toda a precariedade que se possa observar nesse sistema defensivo, ele existe, e as fortalezas têm uma presença efetiva na cidade. Segundo Walter Rossa, “foi sempre com a Arquitetura que se construiu a materialidade visual da cidade”¹⁶⁰, logo, a sua presença na paisagem deve ser considerada quando de sua análise. A paisagem da cidade do Rio de Janeiro abrigava exuberante natureza e várias fortalezas que a defendiam e a ocultavam. Fortalezas que formavam uma cortina defensiva sempre em crescimento e simbolizavam o domínio português na região. As referências às fortalezas, principalmente à Fortaleza de Santa Cruz da Barra, são uma constante em trabalhos cartográficos, correspondências oficiais e relatos de viagens realizados por viajantes estrangeiros, náufragos e corsários:

A entrada da barra tem a largura, aproximadamente, o alcance de um tiro de peça, com várias pedras no centro, que tornam, por isso, bastante difícil seu acesso, constituído por dois canais, defendidos por duas possantes **fortalezas**. A da direita, à entrada, denominada **Santa-Cruz**, assenta em um promontório, cercado d’água por todos os lados; possui dupla fortificação talhada na rocha, sendo, pelos portugueses, considerada inexpugnável.¹⁶¹

A baía do Rio de Janeiro é fechada por uma foz estreita, um quarto mais estreita que a da Brest: no meio desse estreito há um grande rochedo, que obriga aos vasos passar à distância de um tiro de fuzil dos **fortes** que defendem a entrada dos dois lados.¹⁶²

“A implantação de um edifício quase inevitavelmente deixa marcas físicas (resíduos) que perduram muito para além de seu próprio desaparecimento”¹⁶³ e, podemos dizer que, mesmo que não existam mais materialmente suas marcas

¹⁶⁰ ROSSA, Walter. *Op. cit.*, p.41.

¹⁶¹ LAGRANGE, Louis Chancel de. *Op. cit.*, p.56.

¹⁶² DUGUAY-TROUIN, René. **O corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro Bom Texto, 2002, p.141.

¹⁶³ ROSSA, Walter. *Op. cit.*, p.15.

sobrevivem na memória da sociedade. As paisagens construídas por uma sociedade são marcas e matriz de suas memórias. Paul Claval considera a toponímia “uma herança preciosa das culturas passadas. “[...] O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”.¹⁶⁴

A cortina de taipa, pedra e cal que emoldurava a Mui leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (Fig.32), aos poucos, foi destruída, dela pouco restou na paisagem. Atualmente, poucos são os que chegam pelo mar e as defesas da cidade não se apóiam em cortinas de taipa, pedra e cal (Anexo D - Fig. 62)¹⁶⁵. Na paisagem presente não existem mais os pequenos fortes, baterias, redutos e nem mesmo o ‘castelo da cidade’, a Fortaleza de São Sebastião. Primeira fortaleza da cidade, iniciada por Mem de Sá quando da transferência para sítio mais protegido, foi renomeada por seus habitantes de castelo. O termo castelo remete a proteção que uma fortificação guarda em sua essência, presença real que distribui justiça e paz, ou seja, bem estar para os súditos. O ‘castelo’ locado no ponto dominante da cidade marcava a paisagem como uma referência a ser lida.

A paisagem atual não guarda vestígios materiais do Castelo que a protegia, devido ao desmonte ocorrido no início do século XX, mas a região preserva ainda ligações com sua antiga designação. A paisagem foi transformada, mas não foi esquecida.

“[...] **o de São Sebastião ou o Castelo**, que cognominamos o Forte Vermelho ou dos Jesuítas, fica no alto de uma colina que domina a cidade, a várzea, o ancoradouro e a barra. É quadrado em sua configuração, possuindo um fosso e dez peças de poderosos canhões de ferro fundido, de sorte que passa por ser um dos elementos de maior eficácia na defesa local.”¹⁶⁶

¹⁶⁴ CLAVAL, Paul. *Op. cit.*, p.189.

¹⁶⁵ *O Plano de hua Parte da Bahia do Rio de Janeiro que comprehende a Cidade Sam Sebastião, todas as Fortalezas e baterias que defendem a sua entrada, e circuito da Cidade feito por Ordem do Conde de Rezende, Vice Rey do Estado do Brazil, em 1794*, demonstra o sistema defensivo construído, através dos séculos, para a cidade. O documento relaciona todas as fortalezas (Praya Vermelha, São João, Lagea, **Castello de São Sebastião**, Vilgalhon, ilha das Cobras, Calabouço/ Santiago, Conceição, Santa Cruz, Pico e Praya de Fora) e baterias como: Glória, D’Ajuda, Santa Luzia, Prainha, Boa Viagem, entre outras. No documento, do final do século XVIII, a característica fundamental das obras de fortificação é evidenciada, como observamos durante nossa reflexão – processo construtivo dinâmico através de acréscimos e atualizações ‘tecnológicas’. Destacamos a sua importância, pois, apresenta a cortina defensiva e demarca as respectivas linhas de fogo de suas fortificações demonstrando a complexidade de sua execução e manutenção. Ver Anexo D, figura 62.

¹⁶⁶ LAGRANGE, Louis Chancel de. *Op. cit.*, p.57.

Anexo A

Figuras do Capítulo 1

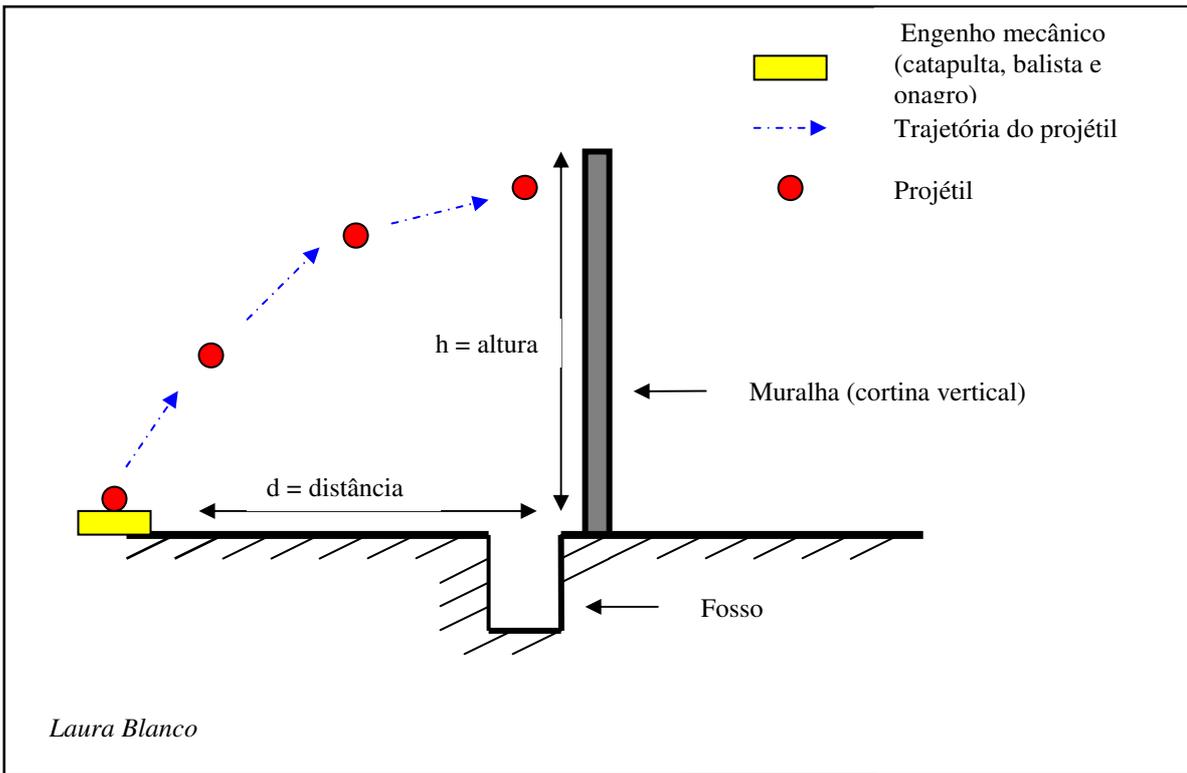


Figura 1: Croquis da arquitetura militar (s/ escala) – Período da neurobalística.

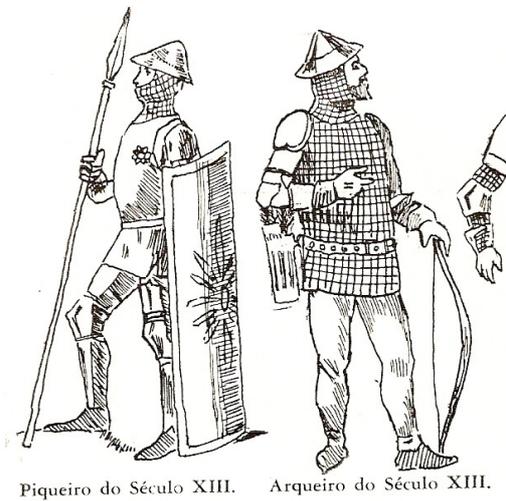


Figura 2: Piqueiro/ estoqueiro e arqueiro do século XIII

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953, vol. II, p. 324.

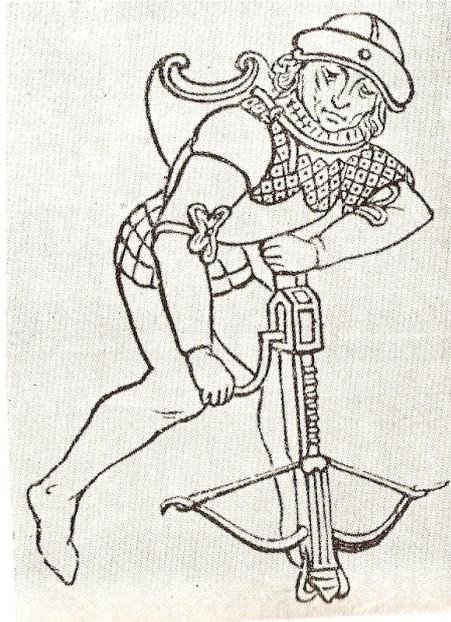


Figura 3: Besteiro do século XV, armado com besta de cremalheira.¹⁶⁷

BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, vol. II, p.160

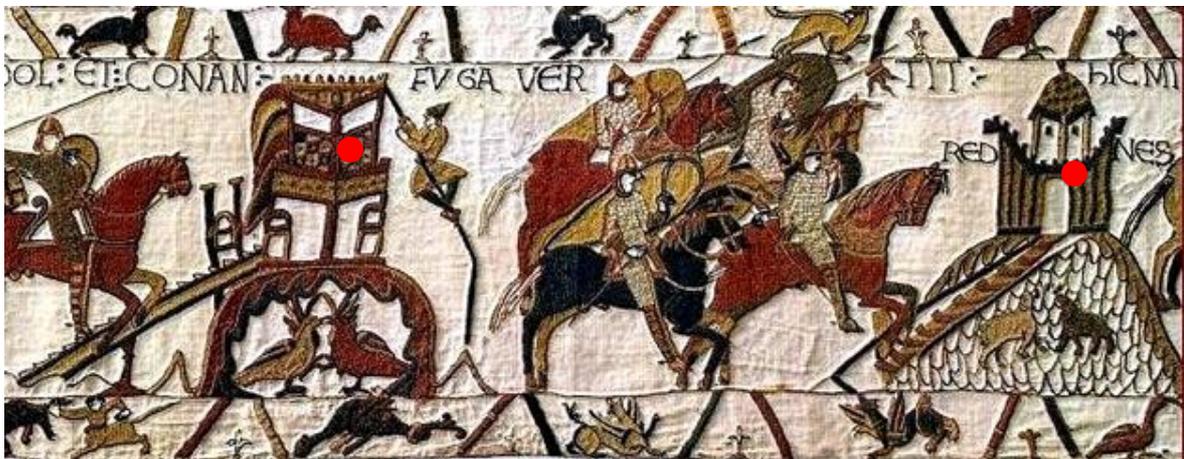


Figura 4: Tapeçaria de Bayeux - ● castelo de “motte” de Dol e de Rennes , capital da Bretanha.

Disponível : <http://www.ricardocosta.com/textos/bayeux1.htm>

Acesso: 01/07/2008

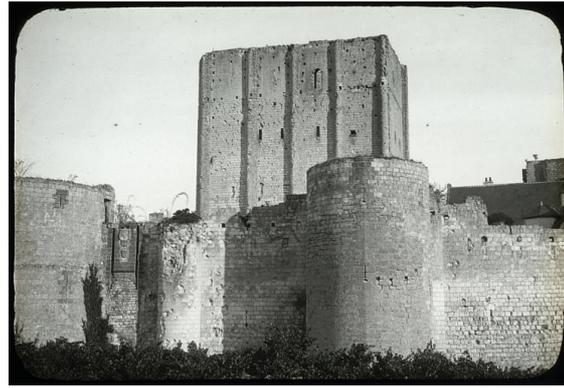
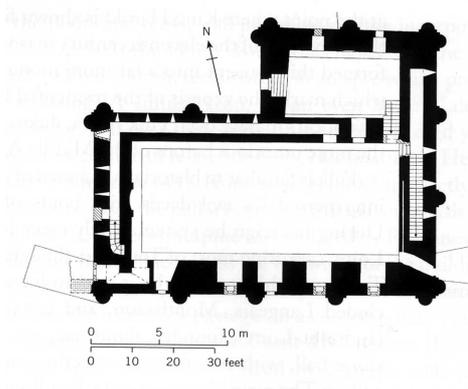


Figura 5: Castelo de Loches (França)

Disponível: http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/memoire_fr?ACTION=CHERCHER&FIELD_5=LBASE&VALUE_5=PA00097821
 Acesso: 20/09/2009

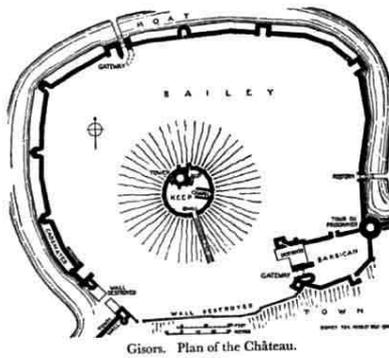


Figura 6: Castelo de Gisors (França)

Disponível: http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/memoire_fr?ACTION=CHERCHER&FIELD_5=LBASE&VALUE_5=IA00017799
 Acesso: 20/09/2009

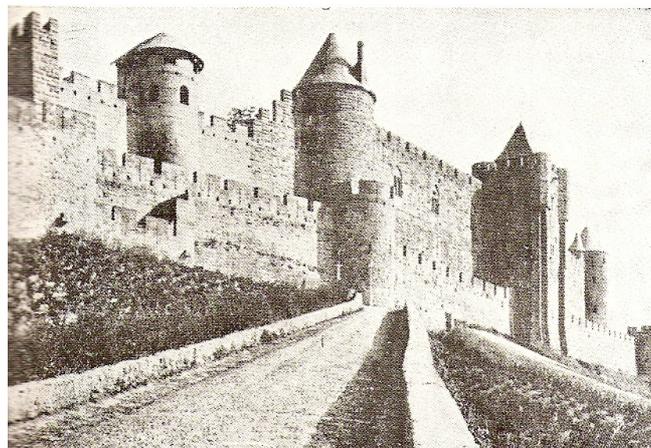


Figura 7: Arquitetura militar dos séculos XII e XIII Carcassonne (França)

BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, vol.II, p.269



Figura 8: Castelo de Coucy - França (Enciclopédia Medieval – Violet-le-Duc)

Disponível: http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/memoire_fr?ACTION=CHERCHER&FIELD_5=LBASE&VALUE_5=PA00115617
 Acesso: 20/09/2009

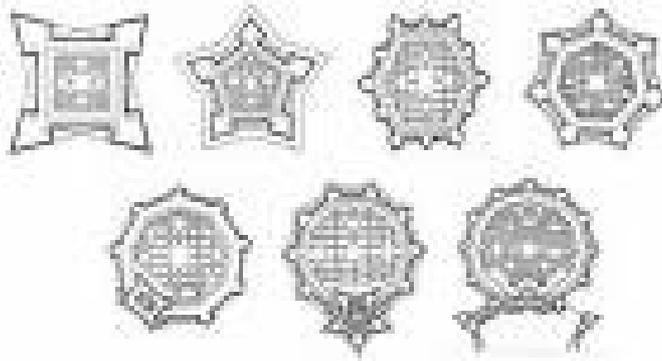


Figura 9: Cidades fortificadas de Pietro Cataneo (1554)

PATETTA, L. *Historia de la arquitectura : antologia critica*. Madrid: Hermann Blume, 1984, p. 163.
 Apud GONÇALVES, Denise. *Imagens da cidade: conflitos e discontinuidades na representação do espaço urbano*.

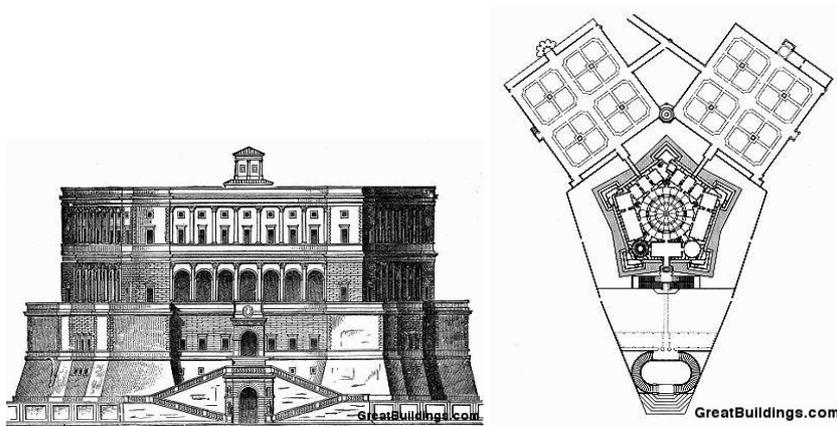


Figura 10: Castelo Farnese – Caprarola (1515) – Viterbo (Itália)

Disponível: http://www.greatbuildings.com/buildings/Villa_Farnese.html
 Acesso: 20/09/2009



Figura 11: Plan de la citadelle de Lille (1709) Biblioteca Nacional de Portugal - Biblioteca Nacional de Portugal - Primeiro sistema defensivo de Vauban

Disponível: <http://purl.pt/3576/2/P1.html>

Acesso: 29/04/2009

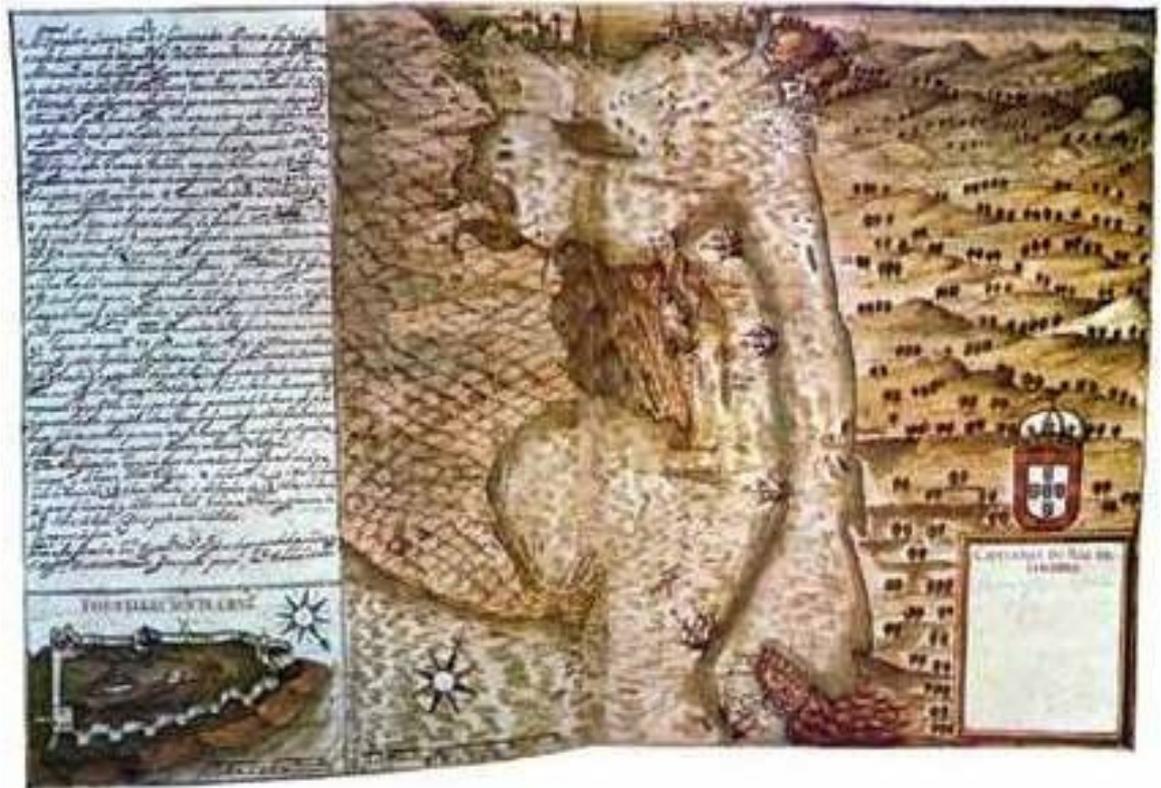


Figura 12: A planta da Capitania do Rio de Janeiro, que é a folha N°12 do Atlas manuscrito Estado do Brasil coligido das mais sertãs notícias q pode aiuntar Dõ Jerônimo Ataíde. Por João Teixeira, Albernaz, Cosmógrapho de sua Magde, Anno 1631 (Mapoteca do Itamarati- Rio de Janeiro - Brasil)

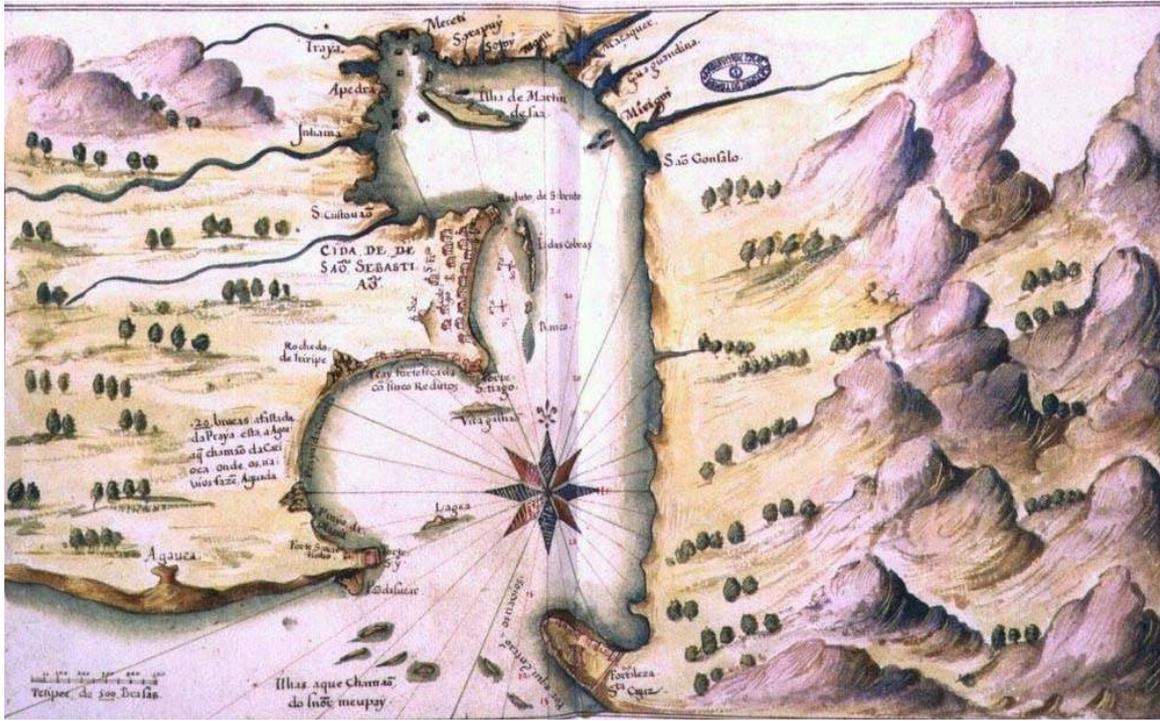


Figura 13: Da Gávea à Fortaleza de S. João, in Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, 1640. João Teixeira (Torre do Tombo – Lisboa – Portugal)

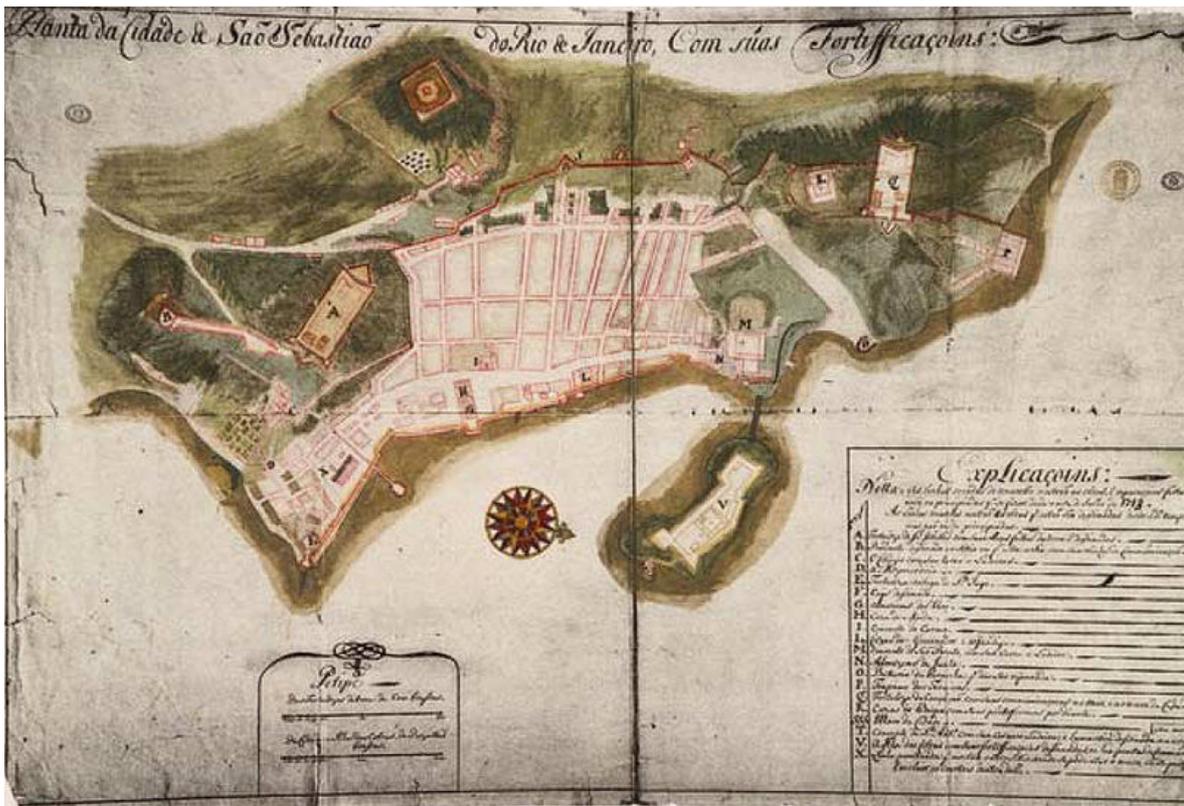


Figura 14: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações, 1713. João Massé (Arquivo Ultramarino – Lisboa – Portugal).

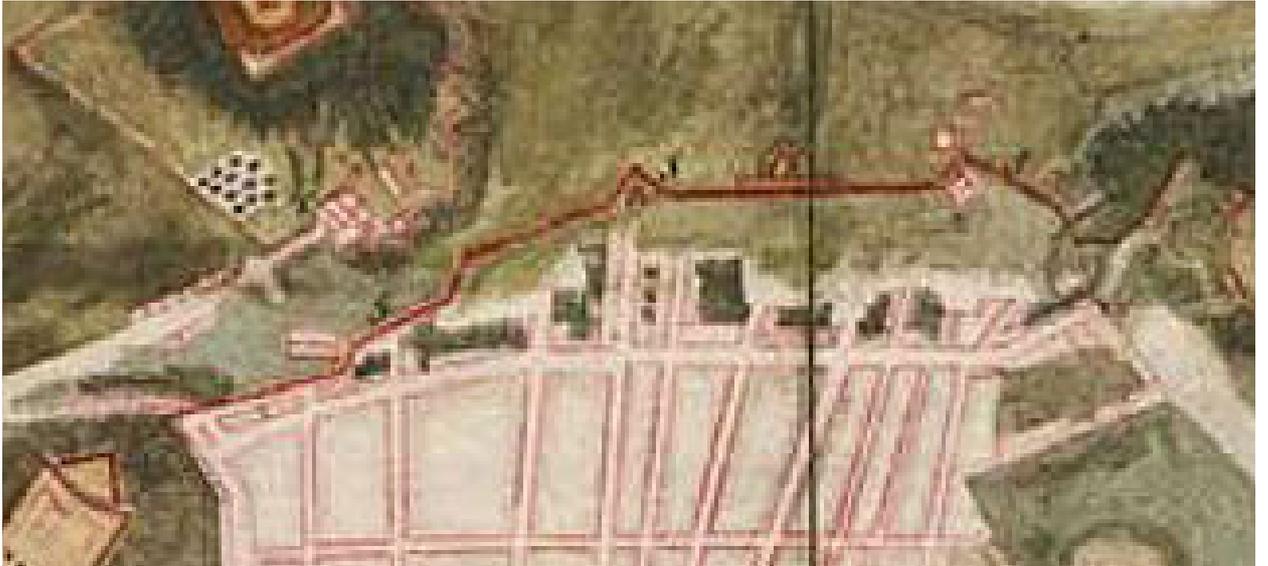


Figura 15: Muralha proposta por João Massé entre o Morro do Castelo e da Conceição (detalhe)



Figura 16: Castelo de Almourol – Tejo (Portugal)

Disponível: http://www.ippar.pt/monumentos/castelo_almourol.html

Acesso: 29/04/2009

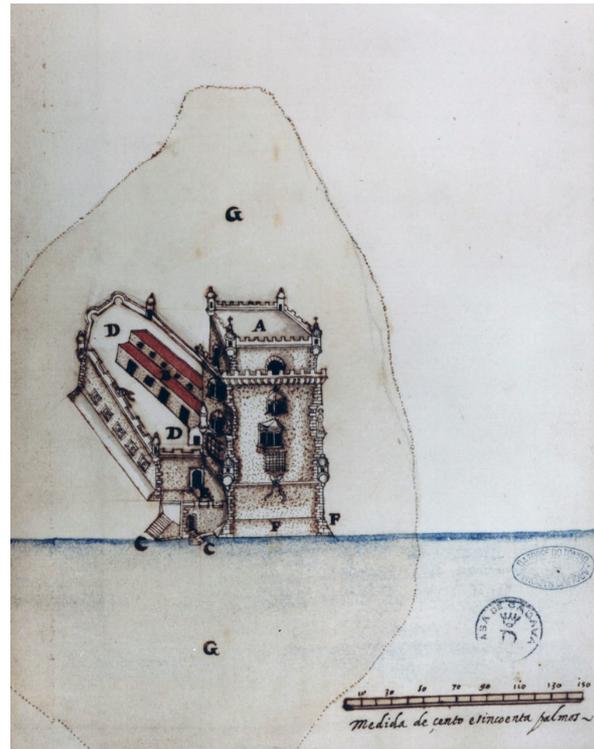
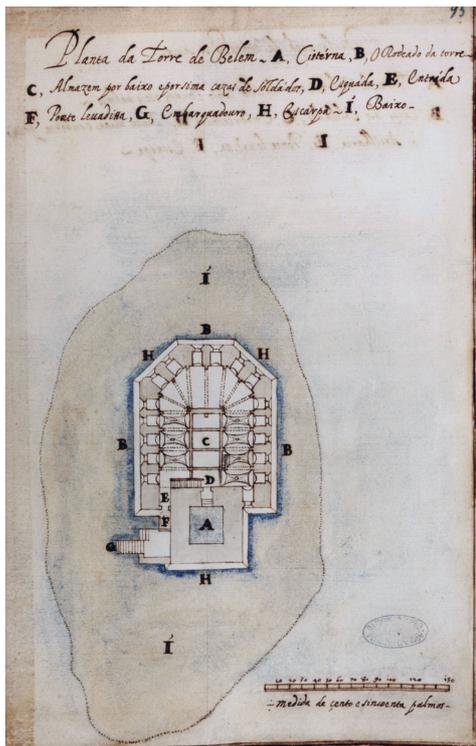
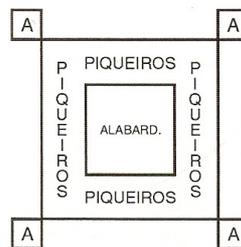


Figura 17: Torre de Belém (1607/1617) – Lisboa (Portugal)

Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache. TOnline.

Disponível: [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=imagens.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=0&dsqSearch=\(\(\(text\)='torre'\)AND\(\(text\)='de'\)AND\(\(text\)='belém'\)\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=imagens.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=0&dsqSearch=(((text)='torre')AND((text)='de')AND((text)='belém')))

Acesso: 28/04/2008



No início do século XVI
(4.000 a 6.000 homens)



No século XVI e início do
século XVII (2.500 homens)

A – Arcabuzeiros M – Mosqueteiros

Figura 18: Croquis de Terço Espanhol (séc. XVI e XVII), segundo Francisco Ruas Santos SANTOS, Francisco Ruas. *Op. cit.*, p.89.



Figura19: Castelo ou cidadela de São Pedro - Jaca (Província de Huesca – Espanha)
Disponível: http://portal.aragon.es/portal/page/portal/TURISMO/PUBLICACIONES/13_RUTAS/Aragon%20Routes%20-%202002.pdf
Aceso: 20/09/2009

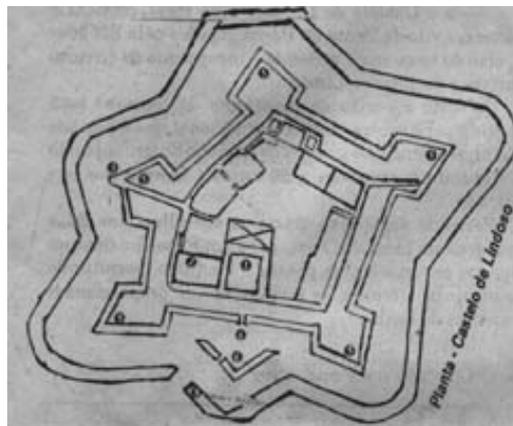


Figura20: Castelo Lindoso (Portugal)
Disponível: http://www.ippar.pt/pls/dippar/PHOTO_SEARCH_PUB.createSearchOneForm?id=4148
Acesso: 29/02/2009



Figura21: Forte de São Julião da Barra – Oeiras (Portugal)

Disponível: http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2003/pag_35.html

Acesso: 29/4/2009

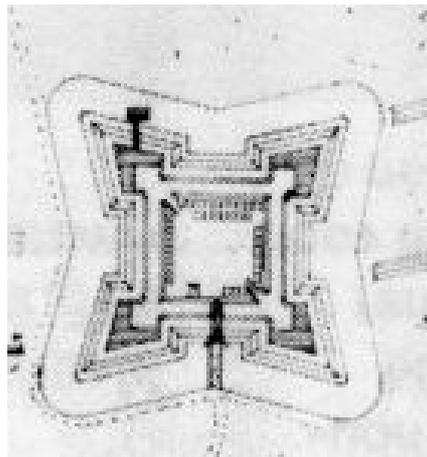


Figura22: Forte Orange ou Fortaleza de Santa Cruz (Ilha de Itamaracá –Pernambuco - Brasil).

Planta holandesa do Forte de Orange publicada por Casparus Barlaeu, Arquivo do Reino de Holanda.

Disponível: http://www.magmarqueologia.pro.br/F_Orange.htm

Acesso: 01/02/2009



Figura23: Fortaleza de Santa Cruz da Barra (Baía de Guanabara) – 2005
(Arquivo pessoal – autora)



Figura24: La France Antarctique autrement Le Rio de Janeiro Tirée des Vouages que Villegagnon e Jean de Léry ont fait au Brésil, les Années 1557-1558
Apud BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro –** Ensaio- 1565-1965. Rio de Janeiro: IHGB, 1965, p. 7



Figura 25: Índios Tupinambás Guerreiros

Jean de Léry. Histoire d'une Voyage fait em La terre Du Bresil. Autrement Dite Amerique... 4 ed. Genebra. Heritiers D'Eustache Vignon. Xilogravura 14X18 cm, 1600.
Disponível : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742006000200002&script=sci_arttext
Acesso: 20/09/2009

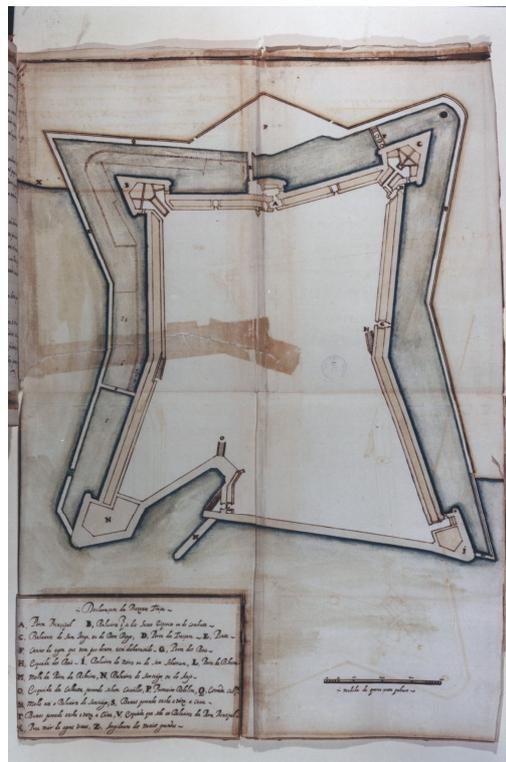


Figura 26: Fortaleza de Mazagão

Descrição e plantas da costa e castelos do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar, das cidades de Argel e Larache . TT online.

Disponível:http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Images&dsqSearch=FileName==\'TES07\TT-CCDV-29_104_c0083.jpg\'&dsqCmd=Show.tcl
Acesso: 29/04/2009



**Figura 27: Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia. Moçambique (1635), desenhada por Pedro Barreto de Resende
Biblioteca Pública de Évora – Portugal**

Disponível: http://www.evora.net/BPE/Documento_do_mes/outubro/documento_do_mes_outubro.htm
Acesso: 27/01/2009

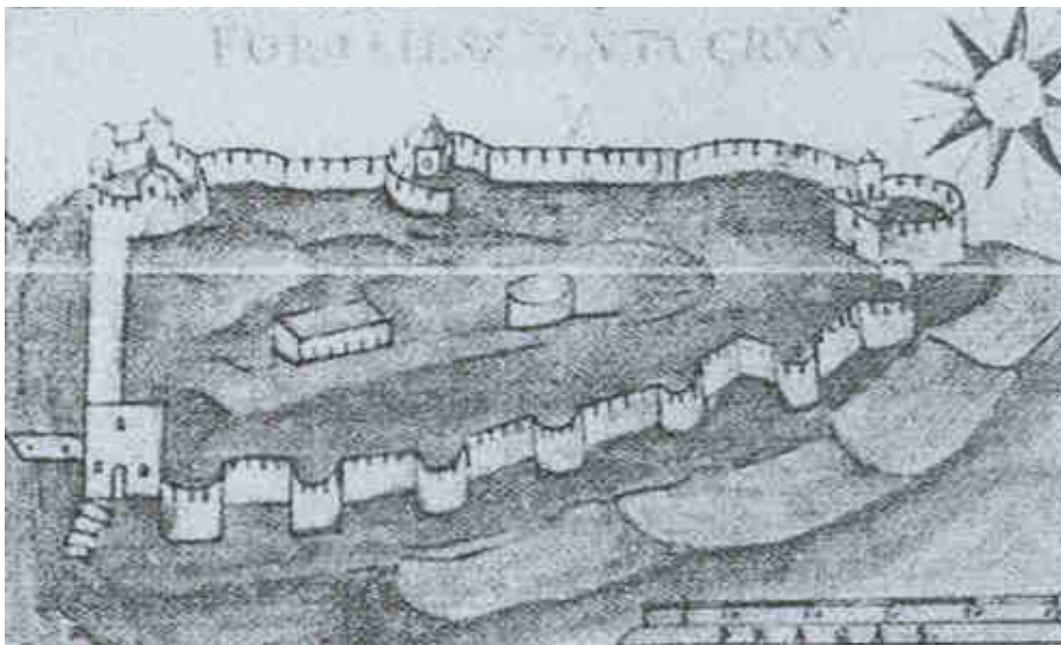


Figura 28: Primeira perspectiva da Fortaleza de Santa Cruz, detalhe da planta da Capitania do Rio de Janeiro, que é a folha N°12 do Atlas manuscrito Estado do Brasil coligido das mais sertãs notícias q pode aiuntar Dõ Ierônimo Ataíde. Por João Teixeira, Albernaz, Cosmógrapho de sua Magde., Anno 1631

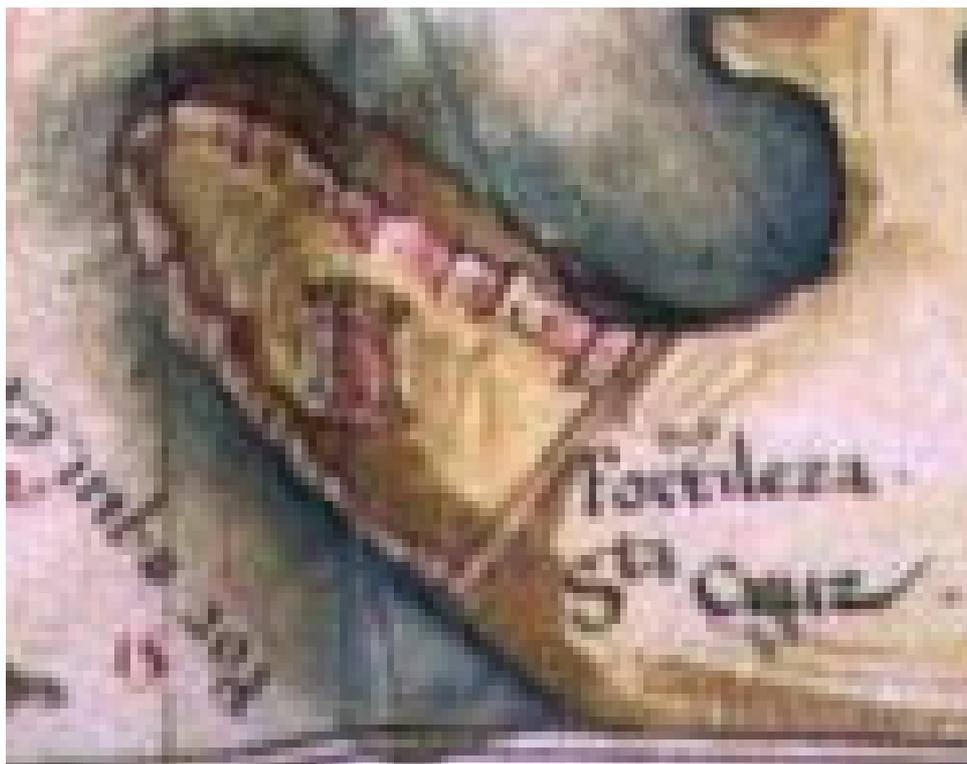


Figura 29: Detalhe da Fortaleza de Santa Cruz da Barra em Mapa da Baía de Guanabara (1640)
João Teixeira – Torre do Tombo



Figura 30: Fortaleza de São João - Vista da Fortaleza de Santa Cruz (2007)
(Arquivo pessoal – autora)

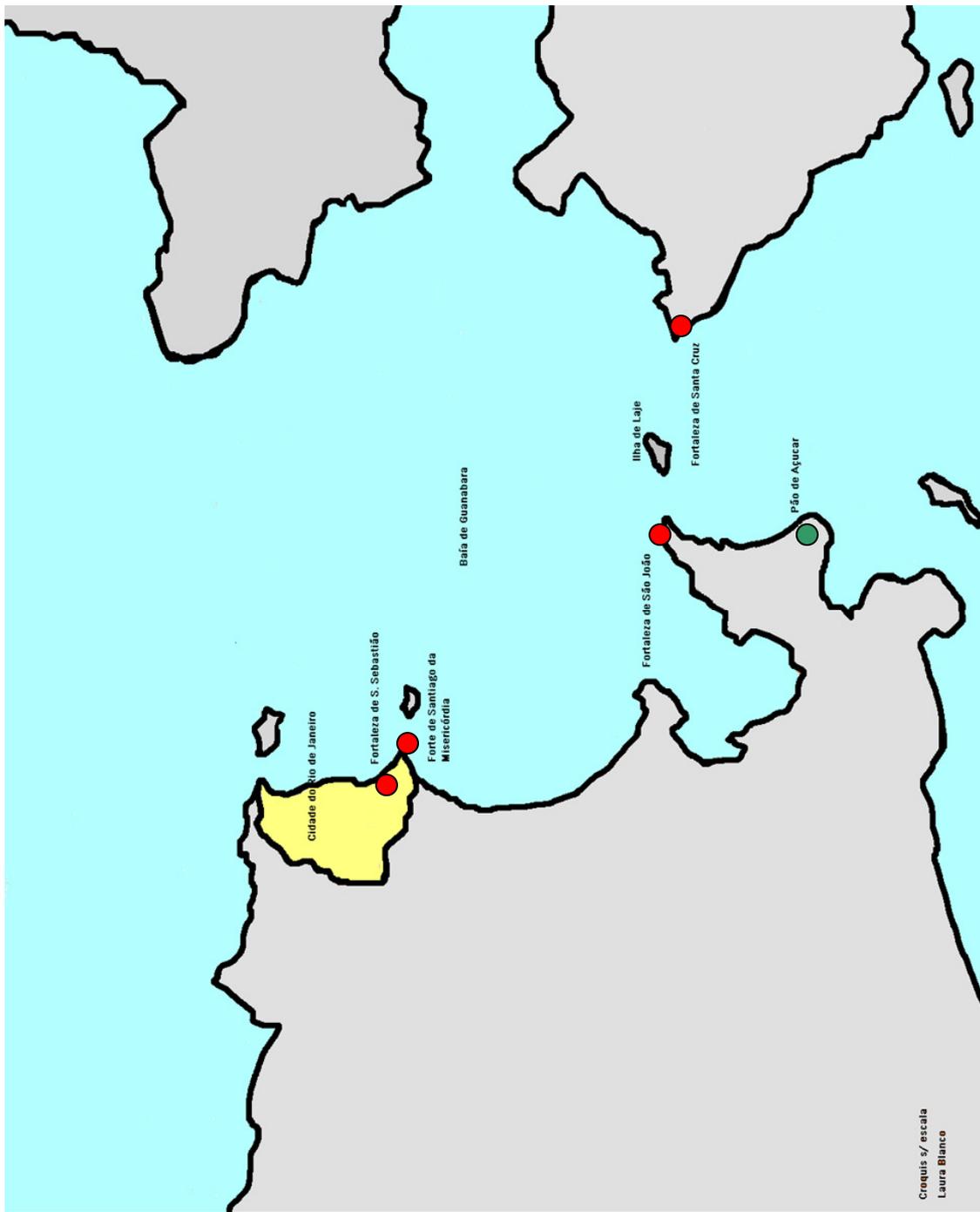


Figura 31: Croquis da Baía de Guanabara e suas fortificações principais, no século XVI.

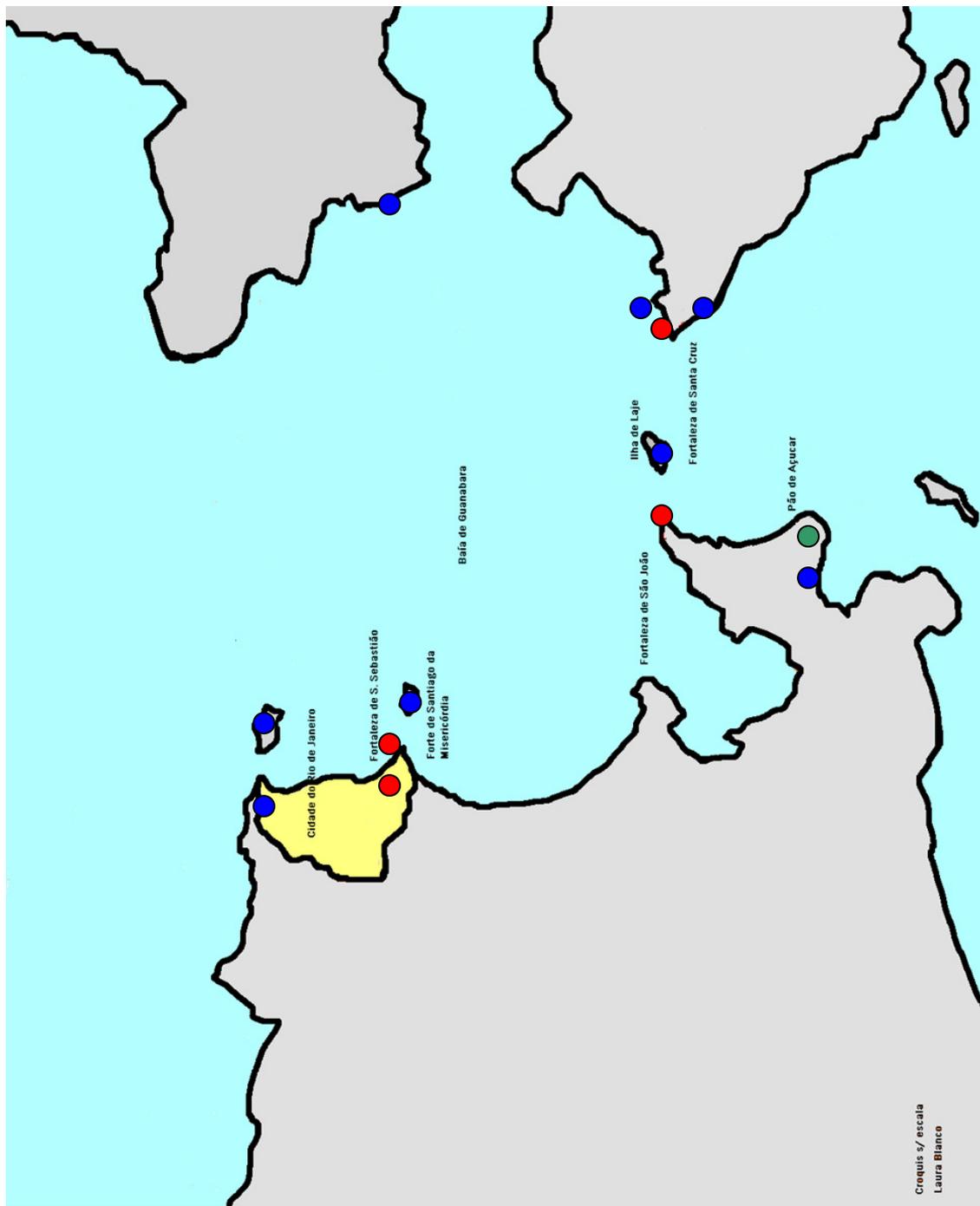


Figura 32: Croquis da Baía de Guanabara e suas fortificações principais, no século XVIII.

- Fortificações que formavam a cortina defensiva da Cidade do Rio de Janeiro no Séc. XVI.
- Fortificações que foram acrescentadas a cortina defensiva da Cidade do Rio de Janeiro no Séc.XVIII.

Capítulo 2

Por ordem de Sua Majestade, firmado por Sua Real Mão

*[...] nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento
eu ei defeso que nem huom homem nom possa fazer casa forte
no meu senhoryo sem meu mandado [...]*¹⁶⁸

D.Diniz

As possibilidades de uso das fortalezas da Baía de Guanabara vislumbradas pelo rei ou monarca, o representante da Coroa portuguesa, conduzirão à continuidade da reflexão sobre o tema. O que um rei distante, separado por um oceano de seus domínios¹⁶⁹, esperaria do poder de suas fortalezas? Certamente, o caráter defensivo da fortificação e seu poder dissuasório são elementos fundamentais, mas outras questões podem ser propostas, como, por exemplo, a fortaleza como vetor de enraizamento do poder real e a fortaleza como representação de um “monarca ausente”¹⁷⁰, ou mesmo distante, na paisagem da então próspera cidade de São Sebastião na América portuguesa.

A proposta de uma vinculação entre o monarca e a fortaleza e esta com a cidade e a paisagem trazem a necessidade de uma discussão para a formação de Portugal, a construção do poder do rei e de sua presença material na paisagem. Importante também é estabelecer a questão de um urbanismo português com características próprias e sua vinculação com as fortificações, ou seja, com os castelos e posteriormente com as fortalezas. A constatação de um modelo urbano português abre a possibilidade de se refletir sobre a Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e as leituras diversas a que esteve sujeita a sua cortina de taipa, pedra e cal.

A sociedade do Antigo Regime trazia do medievo a “existência de uma ordem universal (cosmo) abrangendo os homens e as coisas [...]”. A sociedade – dizia-se então – era como um corpo, em que a disposição dos órgãos e as suas funções estavam

¹⁶⁸ Diploma de D. Diniz, 1338. *Apud* BARROCA, Mario Jorge. **D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa**. In: Revista da Faculdade de Letras. História, sérieII, Tomo XV, 1998, p. 808.

¹⁶⁹ Antonio Manuel Hespanha discute a diferença do conceito de domínio, para o homem moderno, e propriedade. Partindo do princípio de uma ordem universal dos homens e das coisas, orientava-se para que, tudo tinha uma utilidade. “O domínio era, portanto, o poder ou a faculdade reconhecido a alguém de se apoderar das coisas, pondo-as à sua disposição e uso lícito, segundo as leis estabelecidas conforme a razão. HESPANHA, Antonio Manuel. **O Direito Luso-Brasileiro no Antigo Regime**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p.77.

¹⁷⁰ ALVAREZ, Fernando Bouza. **Portugal no Tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)**. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

definidas pela natureza”¹⁷¹. A teoria denominada orgânica, defini-se como “corporal, descrevendo a sociedade como um corpo humano, o rei está à testa desse corpo social”.¹⁷² O rei, *caput* do reino, tinha como função suprema ‘fazer a justiça’, esta sendo associada a paz, ou seja, o bem estar dos súditos. Antonio Manuel Hespanha grifa que “todas as fontes doutrinárias medievais e da primeira época moderna nos falarão da justiça como a primeira função do rei”¹⁷³. Hespanha salienta que uma das “classificações mais em evidência da sociedade do Antigo Regime era aquela que repartia os homens em três estados, correspondentes a três funções sociais: clero, nobreza e povo”.¹⁷⁴ Portanto, caberia ao rei a distribuição da justiça, dando a cada súdito o que lhe era devido por direito, ou seja, segundo a sua função e lugar na sociedade.

Exemplo de definição de justiça na Península Ibérica, mais precisamente em Portugal, no século XVI, é a Lei que determina a compilação das Ordenações Filipinas:

Considerando Nós qão necessária He em todo tempo a justiça, assim na paz como na guerra, para a boa governança e conservação da República e do Stado Real, a qual os Reys convem como virtude principal, e sobre todas as outras mais excellente [...] *a Justiça consiste em igualdade, e com a justa balança dar o seu a cada hum*, assim o bom Rey deve ser sempre hum e igual a todos em retribuir e a premiar cada hum segundo seus merecimentos.

E assi como a Justiça He virtude, não para si, mas para outrem, por aproveitar somente aquelles a que s faz, dando-se-lhes o seu, e fazendo-os bem viver, aos bons como prêmios, e aos maos como temor das penas, d’onde resulta paz e assocego na Republica [...] assi deve fazer o bom Rey, pois per Deos foi dado principalmente, não para si nem para seu particular proveito, mas para bem governar seus Povos e aproveitar a seus súbditos como a próprios filhos; e como quer que a Republica consista e se sustente em duas cousas; principalmente em as armas e em as Leis, e huma haja mister a outra; porque assi como as Leis com a força das armas se mantêm, assi a arte militar com a ajuda das Leis He segura.¹⁷⁵

¹⁷¹ HESPANHA, Antonio Manuel. **As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna**. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, p.118

¹⁷² LE GOFF, Jacques. **Rei**. In: LE GOFF, Jacques; SCHMIDTT, Jean-Claude. (coordenação). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.397.

¹⁷³ HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. cit.*, p.342.

¹⁷⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. cit.*, p.51.

¹⁷⁵ Lei de 5 de Junho de 1595 – determina a compilação das Ordenações Filipinas por El-Rey D. Philippe I. Posteriormente confirmada pela lei de 11 de janeiro de 1603 e novamente confirmada e revalidada pela lei de 29 de janeiro de 1643. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rey d. Philippe I**. Ed. fac-similar da 14ª edição, segundo a primeira, de 1603, e a nona de Coimbra, de 1821. Por Candido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.LXXVIII.

O presente capítulo coloca em discussão a relação do rei português com as fortificações, sendo estas, na época moderna, parte integrante da cidade, ou seja, constituindo elemento da paisagem construída e mesmo cenário do cotidiano dos que habitavam a Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

2.1 A construção do rei e de Portugal

Portugal tem como origem o Condado Portucalense, sendo este formado pelas antigas províncias romanas de Galécia e Lusitânia. O Condado Portucalense chega às mãos do conde Henrique de Borgonha como dote de D. Teresa, filha ilegítima do rei D. Afonso VI de Leão e Castela, em 1096. D. Afonso Henriques, seu filho e sucessor, será o fundador da dinastia de Borgonha quando se proclama Afonso I, anos depois a sua vitória contra os mouros (1139).

A dinastia de Borgonha, após passar por períodos de conflitos internos e externos na Península ibérica, no reinado de D. Dinis, começa a definir uma afirmação do monarca sobre a nobreza. Segundo José Mattoso, D. Dinis “com mãos de ferro, procura consolidar a sua autoridade sobre os nobres, tentando recuperar todas as terras e direitos que nos anos anteriores tinham sido sonegadas pela nobreza senhorial”¹⁷⁶

A discussão da consolidação da autoridade real vincula-se a dois pontos que se mesclam na Península Ibérica, tanto em Portugal quanto em Castela: a anexação de novos territórios na Península e o resgate do domínio das fortificações realizado pelo monarca. A atitude real de domínio sobre as fortificações remete a construções que estão entrelaçadas com a noção do castelo como representação de poder e justiça. Mario Jorge Barroca quando trabalha a arquitetura portuguesa, nos seus primórdios, observa que no processo de reconquista (século X), a construção de castelos foi realizada primeiramente por iniciativa da nobreza, como o Castelo de Guimarães mandado construir pela condessa Mumadona Dias e, posteriormente, pelos monarcas. Barroca salienta que esta tipologia construtiva pode ser considerada “uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa”¹⁷⁷.

¹⁷⁶ MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular**. In: Revista da Faculdade de Letras, p.1003.

Disponível: ler.letras.up/uploads/ficheiros/4047.pdf

Acesso: 09/03/2009

¹⁷⁷ BARROCA, Mario Jorge. **Do Castelo de Reconquista ao Castelo Românico (séc.IX a XII)**. Lisboa: Comissão portuguesa de História Militar, 1994, p.5.

Carlos de Ayala Martínez ao analisar a materialidade das fortalezas e suas vinculações com o fortalecimento das monarquias ibéricas sublinha que, em sua época clássica, ou seja, a partir do século XII, “contribui, decisivamente para transmitir imagens de poder: a força de seus muros traduz segurança protetora, a maior ou menor complexidade de seus adarves, persuasão coercitiva, e a verticalidade de suas torres de menagem expresa hierarquia [...]”¹⁷⁸

A análise do processo de afirmação da dinastia de Borgonha orienta para a estreita vinculação entre o movimento de recuperação e fortalecimento do poder régio com o processo de reconquista territorial associado ao crescente domínio régio sobre as fortificações. As fortificações militares, na formação de Portugal, ou seja, na definição territorial do reino, apresentam vínculos estreitos com o monarca. No processo da reconquista territorial, quando o rei passa a exercer com plenitude a função de chefe militar, a sua ligação com as fortificações pode ser considerada de extrema importância estratégica, no contexto da arte militar. Posteriormente, quando das demarcações territoriais das fronteiras do reino observamos um movimento que busca uma política urbanizadora para o reino, objetivando a ocupação e organização territorial através da concessão de forais¹⁷⁹, para núcleos urbanos já existentes, ou mesmo para a revitalização de áreas não ocupadas. Movimento este que traz no seu bojo as sementes da afirmação do poder régio sobre as fortificações:

O foral de Guimarães [...]. Pode afirmar-se que é o primeiro acto político conhecido do Conde D. Henrique, enquadrando-se na sua política de povoação e organização do território através de outorga de forais destinados a apoiar o desenvolvimento de centros urbanos [...].¹⁸⁰

A construção territorial do reino, portanto, caminha em paralelo com a representação de um rei-guerreiro. Rei este que, como Dom Afonso III¹⁸¹ (reinado: 1248-1279), utiliza-se da conquista de Faro (centro econômico dos muçulmanos) para se afirmar internamente frente a nobreza e ordens militares que o apoiaram e,

¹⁷⁸ “contribuye, decisivamente a transmitir imágenes de poder: la reciedumbre de seus muros traduce seguridad protectora, la mayor o menor complejidade de sus adarves, persuasion cosctiva, y la verticalidad de suas torres del homenaje expresa jerarquia [...]”¹⁷⁸

MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. *Op. cit.*, p. 561.

¹⁷⁹ Foral – instrumento “onde se define as normas fundamentais que regulam as relações da comunidade com o poder, com o mundo circundante e entre os seus próprios membros. REIS, Antonio Matos. **Op. cit.**

¹⁸⁰ REIS, Antonio Matos, *Op. cit.*

¹⁸¹ Sobre as campanhas militares de Afonso III e a distribuição de alcaldarias e castelos a nobreza na reconquista territorial. Ver COUTINHO, Valdemar. **O fim da reconquista a construção/reconstrução de fortificações na região fronteiriça do Algarve.** In: Revista de Letras.

Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4040.pdf>

Acesso:19/05/2009

externamente, frente, principalmente, a Castela. As terras conquistadas aos mouros e suas respectivas fortificações serão negociadas entre o rei, nobreza e ordens militares, propiciando o fortalecimento deste chefe militar através de uma aliança que implica mercês e privilégios, direitos e deveres.

A questão que versa sobre o alargamento do território do reino e sua vinculação com o fortalecimento do monarca, ou seja, a construção dos domínios da Coroa portuguesa, traz para a discussão algumas possibilidades: o conceito de territorialismo para as monarquias ibéricas defendido por Rubens Barboza Filho; a hipótese apresentada por Pedro Cardim da consolidação do poder real na Época Moderna engajado em um processo de expansão territorial (construção de uma monarquia plural englobando os territórios no ultramar)¹⁸²; e a utilização do princípio jurídico do ‘mare clausum’ defendido pelas monarquias ibéricas.¹⁸³

O conceito de ‘territorialismo’ de Giovanni Arrighi, compreendido como reforço do poder real da periferia em direção ao centro de poder, é discutido por Rubens Barboza Filho, e apresenta-se como uma das possibilidades para a compreensão da vinculação do rei com as fortalezas:

Arrighi captura este traço ibérico com o conceito de territorialismo, ou seja, o impulso para a conquista de mais territórios e populações. Aplicado ao caso da Ibéria, o conceito arrighiano pode receber, assim, uma de suas primeiras e mais visíveis determinações: a expansão para fora do centro da Europa. Trata-se, portanto, de um territorialismo dotado de direção excêntrica em relação ao mundo europeu, com variadas implicações políticas, culturais e econômicas.¹⁸⁴

O territorialismo, assim compreendido, desemboca em uma política de negociação entre rei/nobreza que se estenderá pelo Antigo Regime português. A demarcação territorial será feita através das fortificações conquistadas e construídas, balizas demarcatórias das conquistas e domínios do reino e posteriormente do ‘Império ultramarino’.

Rubem Barboza Filho põe em discussão a questão da limitação do poder real em Portugal perante poderes particulares, no medievo, e a procura pela criação de novos espaços de poder pelo rei, primeiro dentro da própria península, no processo de

¹⁸² CARDIM, Pedro. **A expansão da Coroa portuguesa e o Estatuto Político dos Territórios**. Notas de palestra proferida por Pedro Cardim, UFF – 26/06/2009.

¹⁸³ Ver KNAUSS, Paulo. **Brasil, terra de corsário. Duclerc e Duguay-Trouin. O Conde D’Estaing**. In: MARIZ, Vasco (org.). **Brasil-França: Relações históricas no período colonial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006, p 117

¹⁸⁴ BARBOZA FILHO, Rubens. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 219.

reconquista aos mouros. A impossibilidade de novas aquisições territoriais dentro da Europa, barrada por Castela, teria gerado um movimento centrífugo em relação à Europa. O monarca português orientando um movimento primeiro dentro da Península Ibérica contra os mouros, uma guerra justa e santa, e posteriormente em direção a África e Oriente, conquista territórios e populações que lhe permitem negociar com a nobreza, fortalecendo, assim o seu poder.

Posteriormente, o processo de ‘anexação de territórios’ expande-se pela África, Ásia e América formatando a Coroa Portuguesa como uma unidade política formada de territórios descontínuos e de características plurais. O cientista político apresenta o conceito de territorialismo de Giovanni Arrighi para analisar as especificidades da região ibérica, conseqüentemente a construção do ‘Império Português’: “[...] Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca da expansão territorial.”¹⁸⁵

O territorialismo, de características centrífugas em relação à Europa, permitiu um reforço do poder do rei com a criação de novos espaços de negociação, que foram demarcados através das fortalezas reais. O domínio de novos territórios, ou conquistas, possibilitou a doação de cargos, postos e mercês que orientaram para uma potencialização da ‘capacidade distributiva’ do monarca e, conseqüentemente para a nobreza o engrandecimento de suas casas:

[...] o rei constituía-se na garantia da tradição, no centro organizador de um processo de distribuição do bem-estar material da sociedade e da ascensão social para vários de seus segmentos. [...] Em outros termos, o rei desempenhava uma função vital no processo de reprodução material, estrutura e espiritual da sociedade, estabilizando o seu movimento ao exercer a função de centro distribuidor da justiça numa comunidade em movimento e em expansão.¹⁸⁶

A preservação dos territórios conquistados permeará a relação ‘cidade’ e rei e orienta para a questão da fortaleza, vetor de ordenação de um espaço e como poder e justiça que se desdobra em domínio, dando possibilidade à discussão do enraizamento do poder real e da presença deste quando da ausência ‘viva’ do monarca. A importância da presença real estava associada à questão da dignidade ou local de hierarquia que um território ocupava dentro do conjunto que formava os domínios portugueses. A

¹⁸⁵ ARRIGHI, Giovanni. *Apud* BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 83.

¹⁸⁶ BARBOZA FILHO, Rubem. *Op. cit.*, p. 241.

discussão da ausência real e os mecanismos utilizados para supri-la frente aos súditos são temas apresentados por Fernando Bouza Alvarez.¹⁸⁷ A ausência real, durante a União Ibérica (1580-1640), é sentida principalmente na cidade de Lisboa, “uma cidade real que, devido à ausência do monarca, tinha sido reduzida à triste condição de *quase viúva*, só recuperando a alegria se o rei estivesse ao seu lado, pois desse modo restabelecia-se a plenitude da relação de *sponsus e sponsa*.”¹⁸⁸

Pedro Cardim, quando discute a expansão da Coroa Portuguesa no ultramar, elabora a sua hipótese como um processo que remete a construções oriundas de uma experiência de reconquista cristã na Idade Média portuguesa. O historiador propõe aproximações para o entendimento do contínuo processo da expansão territorial e do alargamento pela Coroa portuguesa do seu poder político, apontando para a necessidade de se observar como se deu este crescimento e a identificação da estrutura que permitiu a existência de uma monarquia plural, mas unitária.

A experiência medieval de reconquista na Península Ibérica não foi distante do processo de expansão ultramarina, de que é exemplo a contemporaneidade da reconquista de Granada e da conquista da América. Pedro Cardim concluiu que os processos, europeu e ultramarino, se influenciaram mutuamente. O processo de reconquista peninsular forneceu ferramentas que foram utilizadas para um âmbito mais global e colocou o rei como elemento fulcral de união dos territórios.

A importância da modalidade de incorporação do território também possui destaque na hipótese de Pedro Cardim. Os territórios no ultramar foram incorporados por pacto, conquista ou através da combinação entre as duas modalidades citadas. Na América a modalidade utilizada foi a conquista, que na opinião dos juristas da época moderna, determinava uma incorporação que anulava as instituições do vencido. A conquista militar filtrada pela idéia de uma guerra justa abria a possibilidade do vencedor impor seu ordenamento jurídico e suas instituições.

A conquista portuguesa na América determina uma hierarquização deste território e a formação de um grupo de conquistadores com raízes na nobreza, que fora alimentado por uma cultura política em que mercês, privilégios e assimetrias eram uma constante. Portanto, a fórmula estabelecida para a consolidação do poder régio, seja na Europa ou no ultramar, corresponde a expansão territorial e a submissão dos territórios

¹⁸⁷ ALVAREZ, Fernando Bouza. **Portugal no Tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)**. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

¹⁸⁸ ALVAREZ, Fernando Bouza. *Op. cit.*, p. 162.

através do conceito de conquista e ainda a utilização destes territórios e suas fortalezas como instrumentos de negociação entre o rei e seus súditos, fortalecendo os laços de vassalagem. Exemplos desta negociação são encontrados em documentos escritos trocados entre súditos portugueses e o Coroa portuguesa. Em requerimento do início do século XVII, o cavaleiro fidalgo João Gonçalves de Azevedo, natural do reino e morador da cidade de São Sebastião Rio de Janeiro, requer que se lhe faça mercê do posto de Alferes do Forte de Santa Cruz e guarda dos navios que entram no porto em reconhecimento de serviços ao rei:

Diz João Gonçalves de Azevedo [...] doze anos de soldado com suas armas e cavalo acodindo a todas as occasiois de inimigos holandezes e francezes que na ditta capitania ouve em todo o dito tempo por mar e tera e com o gentio foi com o Capitão Mor Martim De Sá ao Cabo Frio dezoito legoas do Rio de yaneiro tomar hum corsário francês [...] tiverão com elle hua grande batalha he o tomarão com toda a fazenda para a fazenda de Vossa Magestade com muito Risco de suas vidas com seis escravos tudo a sua custa [...]¹⁸⁹

A ‘capacidade distributiva’ do rei é observada também em documento de agosto de 1635 em que o monarca ‘negocia’ com Clemente Nogueira da Silva, seu súdito nascido no reino, a capitania do Forte de São João, em troca de serviços a serem prestados: “Há por bem delle fazer mercê da Cappitania do Forte [sic] da ditta Cidade de São Sebastião do Rio e Janeiro, e que vença com com o cargo do ditto forte, o ordenado sinalo aelle com a obrigação que fará de sua custa as obras da cisterna e reparos que faltão [...]”¹⁹⁰

Fernanda Olival trabalhando a cultura política do Antigo Regime quanto à liberalidade régia, ou seja, o gesto de dar, constata que “pela sua natureza de príncipes, cujo o poder era visto como oriundo de Deus, ou como decorrente de pacto com os súditos, os monarcas deviam dar para se justificarem como reis e manterem a Coroa”.¹⁹¹

A partir da conquista de Ceuta, em 1415, assistimos ao início da expansão territorial portuguesa orientando-se em direção centrífuga em relação à Europa. A coroa portuguesa, com a continuidade de seu ‘processo’ de expansão territorial, entrará em conflito com interesses de Castela e, posteriormente da França, Inglaterra e Países Baixos. Na procura da defesa da exclusividade dos mares e seu direito pelas terras conquistadas buscará um embasamento jurídico. Portanto, a terceira possibilidade que

¹⁸⁹ Requerimento de João Gonçalves de Azevedo – 1623- AHU – Catálogo Eduardo de Castro e Almeida – Rolo1, caixa 1, documento 9

¹⁹⁰ Provisão Régia – Lisboa, 26 de agosto de 1635 – AHU – Catálogo Castro e Almeida – Rolo 01, caixa 1, documento 102.

¹⁹¹ OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Dissertação de doutoramento. Universidade de Évora, 2000, p. 18.

destacamos é a utilização do princípio jurídico do ‘mare clausum’ pela Coroa portuguesa e o embate internacional por ele instituído.

O ‘mare clausum’ será defendido pela Coroa portuguesa e por Castela e objetivava a retirada do cenário internacional da Inglaterra, França e posteriormente, das Províncias Unidas, que irão contestar a legitimação das alegações ibéricas através de outro princípio jurídico, o ‘mare liberum’. A discussão sobre a exclusividade dos mares se apresentará através de dois aspectos: a contestação jurídica dentro do direito internacional e através da arte militar, das invasões territoriais e da prática do corso.

A divisão da exclusividade dos mares entre Portugal e Castela tem suas raízes no Tratado de Alcaçovas (1479), ratificado pelos reis católicos em Toledo (1480), e homologado pelo Papa, em 1491. O texto do tratado demarca um paralelo passando pelas Canárias que determina o direito de navegação do Atlântico para os dois reinos cristãos. O princípio jurídico defendido pelos reinos ibéricos se firmará como doutrina, defendida pelos mesmos, com a assinatura da Capitulação da Partição do Mar Oceano ou Tratado de Tordesilhas (1494). A contestação francesa estará presente desde a famosa declaração de monarca francês, Francisco I (reinado: 1515-1547), do desconhecimento do Testamento de Adão, que instituía Portugal e Castela com direitos para dividir o mundo.

O embate entre os dois princípios jurídicos (maré clausum X mare liberum) obteve consistência no âmbito do direito internacional, no século XVII. O episódio que desencadeia a discussão será o aprisionamento da nau portuguesa Santa Catarina, no ano de 1603, por navios pertencentes à Companhia das Índias. O incidente aconteceu no período da União Ibérica, mesmo existindo entre holandeses e portugueses relações de cordialidade. Sendo assim, acionistas da companhia solicitaram o parecer do jurista Hugo Grócio (1583-1645), sobre a internacionalidade das águas oceânicas.

Segundo Íris Kantor, “Grócio questionou as condições do *dominium* (não como direito de jurisdição, mas como posse de bens) e do alegado monopólio de navegação ibérico nos mares nunca navegados”¹⁹². Grócio contestava a autoridade papal para questões do direito internacional, considerando estas questões entre ‘estados’. A argumentação de Grócio em defesa do ‘mare liberum’ foi publicada, no ano de 1609, primeiro em panfleto e posteriormente como capítulo do livro *Jure Praedae*, e

¹⁹²KANTOR, ÍRIS. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.70-80, Jan/Jun 2007.

destacava a liberdade de navegação e comércio entre os povos, mesmo no contexto do conflito bélico, ou guerra justa:

A presente disputa não tem por objeto um golfo, um estreito, nem mesmo uma extensão de mar tal que seja distinguível desde a praia: os portugueses reclamam toda a extensão dos mares que separam dois mundos, [...] e, se os espanhóis, que têm idênticos interesses nesta causa forem admitidos na partilha, pouco faltará para que o oceano inteiro fique assim sujeito a dois povos, e os demais confinados às extremidades setentrionais. Será então uma grande decepção para a natureza, que, ao espalhar este elemento em torno de nós, julgou que bastaria para o uso de todos.¹⁹³

Frei Serafim de Freitas (1570-1633) foi o responsável pela defesa jurídica pelo lado português. Na sua obra *De justo imperio Lusitanorum asiático* (1625) trabalhou a desconstrução linha a linha da argumentação de Hugo Grócio.

Finalmente, prevaleceu a argumentação de Grócio e o princípio jurídico por ele defendido. A doutrina que estabelecia o princípio do ‘mare liberum’ acaba por se instituir, no século XVII, levando a revisão de certos pontos do Tratado de Tordesilhas, mas a questão do domínio das terras de conquista não foi abandonada por Portugal.

Ao retornarmos nossa análise sobre a construção e fortalecimento do poder real, observamos o esforço do rei-guerreiro para colocar-se em primazia em relação à nobreza. Esta atitude implica numa política que em primeiro momento prestigia aqueles que lutaram ao seu lado e posteriormente, seus aliados sofrem um esvaziamento de autoridade e domínio sobre as fortificações, através de princípios jurídicos que vão sendo resgatados e constituídos pelo monarca. As fortificações tanto reais ou senhoriais estavam sempre sob jurisdição da monarquia, a partir da elaboração das ‘Setes Partidas’¹⁹⁴. Partida Segunda, Título 1- Imperadores, reis e grandes senhores - Lei 3:

Poderoso deve ser o imperador ser feito, de maneira que seja tão cumprido e assim ordenado, que possa mais que os outros de seus senhorios para premir e constringer os que não lhe quiserem obedecer. E para ter um tal poder como este, é mister que se assenhere das cavalaria e que as reparta, e que as destinem a tais caudilhos que os amem e que as tenham por ele e de sua mão, de maneira que o reconheçam como o senhor, e aos outros que os acaudilham por guias.

¹⁹³ GROTIUS, Hugo. **Maré Liberum**. *Apud* GESTEIRA, Heloísa Meireles. **Da liberdade dos mares: guerra e comércio na expansão neerlandesa para o Atlântico**. *In*: Revista de História 154 (1º - 2006), p.p. 221-249.

¹⁹⁴ Código das Sete Partidas ou Partidas de Afonso X (reinado: 1252-1284), rei de Leão e Castela, avó de D. Dinis, rei de Portugal – Compêndio de normas jurídicas da segunda metade do século XIII., foi precedido pelo ‘Fuero Real’, fundamentado no direito romano e Justiniano.

Outrossim, deve ter o poder sobre os castelos e as fortalezas e dos portos do império, e, mormente daqueles que estão na fronteiras com os bárbaros e outros reinos sob os quais o imperador não tenha senhorio, porque na sua mão e no seu poder seja sempre a entrada e saída do império. Outrossim, deve ter homens reconhecidos e sábios e entedidos e leais e verdadeiros que lhe ajudem e lhe sirvam de fato naquelas coisas que são misteres para seu conselho e para fazer justia e direito as povoações, pois ele sozinho não poderis ver nem cuidar de todas as coisas.¹⁹⁵

A nobreza acaba recebendo, através de um processo de negociação, a delegação régia para ‘administrar’ as fortificações como lugar-tenente do rei:

[...] desde a alvorada dos tempos feudais, o orgulho de um senhorio, que se fundava sobre a guerra, revelava-se aos olhos de todos por uma torre. A torre, o reduto fortificado, constituía o ponto de apoio de toda a ação militar, o lugar do ajuntamento dos homens de guerra. O último refúgio da defesa. Junto da fortaleza se realizavam também os tribunais solenes de justiça. [...] Continua sê-lo no século XIV. Todo homem que acede ao poder manda construir uma torre, ao mesmo tempo, que encomenda um túmulo.¹⁹⁶

Simultaneamente à construção da figura do rei-guerreiro que, apresentando-se como um chefe militar, ‘resgata’ o direito de fortificar assim ligado segundo Jean-Marie Pesez¹⁹⁷ ao poder de comando, o ‘ban’, temos a figura do rei-legislador. Afonso II, Afonso III e D. Dinis representam na dinastia de Borgonha este momento de inflexão da figura real, pois estes monarcas passam a organizar os direitos reais ou regalias, através da utilização de princípios jurídicos. D. Dinis, por exemplo, foi o ‘responsável’ pela tradução da Lei das Sete Partidas, vetor de incentivo do estudo do direito Romano, em Portugal, e também o fundador da Universidade de Coimbra.

¹⁹⁵ Partida Segunda, Título 1 – Emperadores, reyes y grandes señores – Ley 3: Ley 3: Poderoso debe ser el emperador ser hecho, de manera que su poder sea tan cumplido y asfordenado, que pueda más que los otros de sus señorío para apremiar y constreñir a los que no lo quisieren obedecer. Y para tener tal poder como este, es menester que se enseñoree de las caballerías y que las reparta, y que las encomiende a tales caudillos que lo amen y que las tengan por él y de su mano, de manera que conozcan a él por señor, y a los otros que los acaudillan porguiadores.

Otrosí debe ser poderoso de los castillos y de las fortalezas y de los puertos del imperio, y mayormente de aquellos que están en frontera de los bárbaros y de los otros reinos sobre los que el emperador no tiene señorío, porque en su mano y en su poder sea siempre la entrada y la salida del imperio. Otrosí debe tener hombres señalados y sabios y entendidos y leales y verdaderos que le ayuden y le sirvan de hecho en aquellas cosas que son menester para su consejo y para hacer justicia y derecho a la gente, pues él solo no podría ver ni librar todas las cosas.

Diponível:http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=1933

Acesso: 11/10/2009

¹⁹⁶ DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte a sociedade 980-1420**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, p.257.

¹⁹⁷ PESEZ, Jean-Marie. **Castelo**. In: LE GOOF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC ; São Paulo, SP : Imprensa Oficial do Estado, 2002. Vol I.

No reinado de D. Diniz (1279-1335) assistimos ao resgate do direito da arte de fortificar, na figura do *Ius Crenelandi*. O *Ius Crenelandi* é o “princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares”¹⁹⁸ :

Los reys portugueses enarbolarían, em este sentido, el *ius crenelandi* [...] ese monopólio les permitia disponer de ellas según las necesidades del reino, y tanto Afonso III, com D, Dinis I contribuyeron decisivamente a su triunfo entre finales del siglos XIII y comienzos del XIV.¹⁹⁹

O rei, utilizando-se de um princípio jurídico, delimita a forma das residências nobres com a proibição da utilização de elementos da arquitetura militar como ameias²⁰⁰. A descaracterização das casas-torres da nobreza, que perdem elementos arquitetônicos oriundos da arquitetura militar, reforça a imagem das fortalezas como obras arquitetônicas que representam o poder enraizado do rei e a sua imagem, ou seja, a sua presença material. A arquitetura militar passa a ser prerrogativa real fundamentada em um princípio jurídico e propicia a organização de um território em processo de formação. O rei faz uma intervenção na paisagem construída, através de um princípio jurídico, tornando-se presente no cenário do cotidiano de grupos sociais como vetor de justiça, paz e união entre os súditos. Na verdade, faz nascer um sentimento de pertença pelos súditos em relação ao reino. No século XVI, com a transformação ocorrida na arquitetura militar, as ameias deixam de ser elementos característicos das fortificações, e o *Ius Crenelandi* deixa de ser utilizado pelo monarca. No entanto, no século XVII, a carga simbólica de elementos arquitetônico das fortalezas ainda continua a ser explorada pelos monarcas. Luis Serrão Pimentel, no *Método Lusitânico de desenhar fortificações das praças regulares e irregulares*, capítulo XXXV, ‘Dos Portaes, & entradas da fortaleza, ou praça fortificada’, observou a importância visual que as fortificações precisavam possuir direcionando a sua leitura como elementos de poder e propriedade da Coroa (sua vinculação com o monarca), além do caráter dissuasório:

No que toca à fabrica dos Portaes de ser no aspecto exterior algum tanto rude para que represente austeridade, & horror significando assim ser a praça invencível, & formidável a seus inimigos [...] Daqui veyo que nos Portaes de algumas Cidades se punhão Estatuas armadas, & esculpião as bandeiras, & despojos dos inimigos vencidos, ou

¹⁹⁸ BARROCA, Mário Jorge. **D. Diniz e a Arquitetura Militar Portuguesa**. In: Revista da Faculdade Letras. História, II série, Tomo XV. Porto: 1998, p.807.

¹⁹⁹ MARTÍNEZ, Carlos Ayala. *Op. cit.*, p.561.

²⁰⁰ Ameia – abertura por vezes feita com intervalos regulares na parte superior das obras fortificadas, permitindo acções de vigia e de fogo a coberto das vistas do inimigo. CARITA, Rui. **O Regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João**. Funchal: Secretaria de Educação e Cultura, 1984, p. 135.

outro sinaes significativos de emprezas grandes representando a Cidade inexpugnável, antiga, & triumphal.²⁰¹

Paulatinamente assistimos a construção dos fundamentos de uma futura legislação portuguesa, que tem como ponto determinante as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas²⁰² ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Nas ordenações observamos a sedimentação dos direitos reais e a apropriação das fortificações e armas coletivas pelo monarca reinante. O estudo das Ordenações Filipinas, quando trabalha com fortificações e armas coletivas, insere-se no capítulo dos direitos reais.

No Segundo Livro das Ordenações Filipinas, Título XXVI, são definidos os Direitos Reais, que citamos:

[...] dar lugar a se fazerem armas de jogo, ou de sanha entre os requestados [...]. E bem assi servir-o o povo em tempo de guerra pessoalmente, e levar mantimentos ao Arraial, assi em carros, como em bestas, barcas, navios ou qualquer outra maneira, que necessário for [...] E as stradas e ruas publicas, antigamente usadas, e os rios navegáveis, e os de que se fazem navegáveis [...] sempre a propriedade dellas fica no Patrimônio Real. Item os portos de mar, onde os navios costumam ancorar [...] Item as ilhas adjacentes mais chegadas ao Reino.²⁰³

Mario Jorge Barroca salienta que na época moderna as fortalezas e armas coletivas (artilharia) são propriedade da Coroa portuguesa ou de ordens militares sendo a epigrafia²⁰⁴ e a heráldica fontes preciosas de pesquisa. A heráldica, na definição de Vera Tostes, “é a arte e a ciência que determina, produz e estuda os brasões, interpreta as origens e o significado simbólico e social de família, grupo, nação ou instituição”²⁰⁵. A partir do século XIII, a heráldica passou a subordinar os brasões a regras conservadas

²⁰¹ PIMENTEL, Luis Serrão. *Op. cit.* (as folhas não são numeradas).

²⁰² As Ordenações Afonsinas publicadas, no ano de 1446 ou 1447, foram elaboradas sob os reinados de João I, D. Duarte e finalizadas no reinado de Afonso V. As Ordenações Afonsinas eram um conjunto formado por cinco livros: organização judiciária, competências, relações da Igreja com o Estado, processo civil e comercial. As Ordenações Manuelinas publicadas (edições de 1512/1514 e 1521), nasceram da necessidade da organização da legislação devido a existência de vultoso número de leis e atos modificadores das Ordenações Afonsinas. As Ordenações Filipinas foram estabelecidas no ano de 1603, (União Ibérica). As Ordenações fundamentavam-se no Direito Romano, no Direito Canônico, nas concordatas celebradas entre representantes da Igreja Católica e reis de Portugal, no Código ou Lei das Sete Partidas, nos costumes antigos e em foros locais.

²⁰³ . **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rey d. Filippe I.** Ed. fac-similar da 14ª edição, segundo a primeira, de 1603, e a nona de Coimbra, de 1821. Por Candido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, Segundo Livro, Título XXVI, p. 440.

²⁰⁴ Epigrafia – Parte da Paleografia que estuda e explica as epígrafes, isto é, as inscrições em lápides e monumentos do passado. REAL, Regina M. *Op. cit.*, p.204.

²⁰⁵ TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **Princípios da Heráldica.** Petrópolis: Fundação MUDES, 1983, p.13.

até os dias atuais. A palavra heráldica se origina da palavra *arauto* ou *hardult* que significa, segundo Gustavo Barroso:

[...] o anunciador, o pregoeiro ou transmissor das ordens ou leis dos soberanos e suzeranos. [...] Antes de qualquer pregão, os arautos mandavam os charameleiros tocar suas trombetas, a fim de chamar a atenção do povo. Do antigo verbo germânico *brazen* –tocar de trombetas- se originou a palavra *brazão*.²⁰⁶

A marcação de fortificações e armas coletivas com o brasão real poderia ter sua origem no próprio significado da heráldica, como representações do poder real a proteger seus súditos, distribuindo justiça e instituindo bem estar.

Na América portuguesa, assim como em outros domínios portugueses, encontramos fortificações e peças de artilharia marcadas como ‘propriedade’ da Coroa. Em Salvador, primeira cabeça do Brasil, no Forte de Santo Antonio da Barra, o exame de duas peças de artilharia portuguesa do século XVII revela que as peças apresentam datação de 1649, com brasão de Portugal (Fig.33). O brasão apresenta escudo francês ou moderno (quanto à forma), e na bordadura²⁰⁷ apresenta sete castelos. Os castelos na bordadura apareceram no ‘brasão português’, com D. Dinis, e simbolizam, nas regras da heráldica, nobreza antiga e poder e dignidade feudal. O escudo é encimado por uma coroa real que demonstra domínio e honra.

No acervo do Museu Histórico Nacional (Pátio dos Canhões), Rio de Janeiro, a exposição permanente compreende uma columbrina portuguesa (Fig.34), fundida em Genova (Itália), marcada como ‘propriedade’ da Coroa portuguesa e um canhão de bronze (Fig.35), utilizado por Duguay-Trouin quando da invasão da cidade, em 1711, com a efígie de Luis XIV.

As placas com emblemas, escudos e referências aos monarcas marcavam a artilharia e encimavam os portões das fortalezas. Elementos que lembravam a vinculação da sua presença material com o rei e que remetiam à posse explícita de um ‘senhorio’ ou domínio e no caso americano o fortalecimento da idéia de conquista e pertença ao reino.

As placas existentes nas fortificações que persistiram na cidade foram alteradas, ao longo dos anos, como observamos na Fortaleza de São João da Barra e

²⁰⁶ BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*, p. 5.

²⁰⁷ Bordadura – A bordadura é classificada como peça honrosa derivada. A peça honrosa é uma forma geométrica que se originou nas partições (partes dos escudos). A bordadura ocupa a sexta parte do bordo do escudo.

Santa Cruz, mas a placa da Fortaleza de Nossa Senhora de Villegaignon, do século XVIII, ainda guarda a referência ao rei (Fig.36):

Fortaleza de Nossa Senhora as Conceicam do Vilagalhon principiada em 1775 reinando o Senhor Dom Jose I sendo o Vice Rey e Capitam General de Mar e Terra dos Estados do Brazil o Illustrissimo e Exslentissimo Senhor Dom Luis de Almeida Portugal Segundo Marquez de Lavradio do Conselho de Sua Magestade Real Tenente General de seus Exércitos Conselheiro de Guerra”.

A relação rei/fortaleza foi uma construção que caminhou junto com a reconquista territorial do que posteriormente denominamos de Portugal. O rei-guerreiro, chefe militar, não poderia deixar de utilizar das fortificações no plano militar. Mas, ao mesmo tempo que os territórios são conquistados, surge a necessidade de sua efetiva ocupação e organização, neste momento, observamos a necessidade da afirmação do poder ‘régio’, seja com os forais outorgados a grupos já estabelecidos em uma região, ou quando da fundação de uma cidade e/ou a construção de fortificações. A fusão do rei-guerreiro com o rei-legislador desemboca no rei que através das fortificações toma ‘posse’ e estabelece domínio sobre um território, organiza o mesmo e conseqüentemente encena a sua presença e o seu poder na paisagem construída.

Amélia Aguiar Andrade analisando a paisagem urbana portuguesa destaca a importância das muralhas e castelos para a identidade urbana das comunidades. As fortificações simbolizando o apreço dos monarcas por seus súditos:

Associado à muralha, o castelo herdava dela a altura e o aspecto fortificado que lhe conferia uma imagem de autoridade, aparato bélico, bem como a certeza, por todos intuída, de proteção certa e segura nos momentos de perigo. [...] reservava-se para o castelo o ponto mais elevado do sítio da instalação urbana- podendo até ter funcionado como factor de origem da vila ou cidade. **Mas, o castelo, onde se acolhia o alcaide nomeado pelo rei para seu guardião e defensor, constituía ainda um sinal da presença tutelar do monarca sobre as gentes que ocupavam o espaço amuralhado.** E de que adquiria um valor simbólico espacial em regiões de forte implantação senhorial [...].²⁰⁸

O corte temporal adotado nos remete para o período posterior à Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1648), período em que Portugal buscará restabelecer suas instituições de forma independente e garantir seu reconhecimento internacional. A

²⁰⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar. **A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação.** In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (coord.). **Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822.** Lisboa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.31.

restauração empreendida pelo futuro D. João IV (reinado: 1640-1656) assiste a uma recuperação das fortificações em Portugal, e acontece no século de ascensão do prestígio da França de Luis XIV (reinado: 1643-1715), da hegemonia marítima da Inglaterra e do declínio do poder espanhol.

A dinastia bragançina instituída por D. João IV, Duque de Bragança, quando da Restauração Portuguesa percorrerá um longo caminho até a sua consolidação, no final do século XVII. Após conturbado período da regência de D. Luisa de Gusmão e reinado de Afonso VI (reinado: 1656-1683), que abrange período de regência de seu irmão D. Pedro (regência: 1668- 1668), acontece a referida consolidação da dinastia com D. Pedro II (reinado: 1683-1706) e seu ápice com D. João V (reinado: 1706-1750). Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, o reinado de D. Pedro II contrasta radicalmente com o de D. João V, seu filho e sucessor, considerado pelo historiador como o período do apogeu do Portugal Barroco.

No contexto da política externa, a passagem do século XVII para o XVIII caracteriza-se pela mudança de opção portuguesa pelo fim de uma política de aproximação com a França. Em um primeiro momento Portugal havia se aproximado de Luis XIV, firmando um acordo, em 1701, para em seguida rompe-lo, em 1702. Em 1703 compromete-se com a grande aliança ao lado da Inglaterra, em consequência da assinatura do Tratado de Methuen ou de Panos e Vinhos. Por fim, o rei português contrai casamento D. Maria Ana da Áustria, confirmando seu apoio ao pretendente da Casa da Áustria ao trono espanhol.

O longo reinado de D. João V apresenta um ponto de inflexão no modo de governar português. D. João V, o Magnífico, ou nas palavras do historiador Rui Bebiano, o rei-sol português, aos poucos para de reunir as Cortes e esvazia a atuação do ‘Concelho de Estado’:

[...] quando o rei passou a despachar com os seus sucessivos secretários de Estado e outros personagens, em larga medida à margem do concelhos, ou melhor, do Concelho de Estado, que parece ter constituído o órgão central da administração em todo o período anterior.²⁰⁹

O rei D. João V apresentou-se como um rei-sol sendo responsável pela justiça e bem estar de seus súditos, da mesma forma que o sol, possibilitando a sobrevivência de seus domínios. A metáfora do sol utilizada pelo rei português, antiga

²⁰⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **A Consolidação da Dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco**. In: TENGARRINHA, José. (org.). *Op.cit.*, p.206

na sua concepção, surgia como espelho de Luis XIV de França. Esta imagem construída nos rituais da corte sob a influência cultural francesa extrapola a península chegando à colônia americana da mesma forma que em outras partes do Império. Na verdade, todos os súditos deveriam se sentir protegidos pelas luzes e calor do monarca-sol. As muralhas, cortinas ou paredes construídas por ordem do rei, demarcando o Império, estavam presentes na paisagem como testemunho de seu poder e justiça e perpetuavam a sua presença ao longo dos anos, criando um sentimento de pertença nos súditos. “É o sol, tal como o monarca [...] brilhando igualmente na sua grandiosidade, dá vida, orienta e faz crescer a tudo quanto aos seus pés se estende.”²¹⁰

O sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro foi constituído pouco a pouco. À natureza exuberante, que chamou a atenção dos primeiros viajantes, somou-se a intervenção do homem português, quando este, ao fundar uma cidade real, construiu as fortalezas, preocupado com a preservação de um domínio e a sobrevivência de um grupo social. A Mui leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, emoldurada por sua cortina defensiva, incrustada em matas e montanhas, era parte integrante de um império guardado pelo seu rei-sol.

Nuno Gonçalo Monteiro salienta a prioridade dada à ‘colônia’ americana no período do reinado de D. João V (1706-1750). “O Brasil [...] registrava um momento de grande prosperidade econômica e de apreciável crescimento demográfico, nele se ancorava, em larga medida, o equilíbrio financeiro da monarquia”²¹¹. No século XVIII, as fortalezas extrapolaram o interior da Baía de Guanabara formando um sistema defensivo em linhas sucessivas. A cidade era defendida em três linhas: a primeira pelas fortalezas da cidade que trocavam fogos com as do outro lado da baía, como por exemplo a fortaleza de Boa Viagem; a segunda pela triangulação da barra – São João, Santa Cruz e Lage; e a terceira pelas Fortalezas da Praia Vermelha e Praia de Fora ou da Vargem. O mapa mandado executar pelo Conde de Rezende, Vice-Rei do Estado do Brasil, no ano de 1794, permite a compreensão da cortina defensiva da Baía de Guanabara como um sistema integrado, caracterizado por uma praça aberta de linhas sucessivas. As fortificações são localizadas e desenhadas segundo a sua forma arquitetônica e suas linhas de tiro são definidas, demonstrando a cobertura dada pela artilharia. O referido mapa encontra-se reproduzido no Anexo 04.

²¹⁰ BEBIANO, Rui. **D. João V, Rei-Sol**. In: Revista de História das Idéias. V.8. Coimbra, 1986, p.113.

²¹¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco**. In: TENGARRINHA, José. *Op. cit.*, p.212.

A região reconquistada aos franceses, no século XVI, ganhava importância provendo os recursos que engrandeciam a casa bragantina. A nova jóia da Coroa deveria ser guardada, protegida e proibida aos olhos cobiçosos do estrangeiro. No cenário da Guerra de Sucessão Espanhola, duas invasões francesas à cidade ocorreram (1710 e 1711), e elas serão determinantes para a política de defesa da cidade e conseqüentemente das fortalezas.

A responsabilidade pela defesa da ‘colônia’ americana desde a primeira carta de doação foi atribuída aos colonos. Os habitantes da Cidade do Rio de Janeiro e a Câmara (através de dízimos) eram responsáveis pela defesa da região da Baía de Guanabara seguindo um modelo já utilizado no reino:

[...] a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção e os reparos das fortalezas – nas quais empenhavam seus cabedais e escravos – o apresto de naus guarda-costas contra piratas e corsários [...]²¹²

A manutenção do sistema defensivo era difícil, sendo objeto de muitos documentos dirigidos ao monarca. A partir das invasões francesas do início do século XVIII, altera-se pouco a pouco a responsabilidade pela defesa passando esta para a Fazenda Real e o sistema defensivo é revigorado como novos planos, como o de João Maia, o de João Massé e de José da Silva Pais. Mesmo assim, documentos estudados apresentam a continuidade da prática de negociação entre súditos e Coroa acerca das fortalezas. O governador Francisco de Távora (governo 1713-1716), em 1714, em carta dirigida a V. Majestade sublinha a possibilidade de cooperação de um vassalo riquíssimo de nome Francisco do Amaral Gurgel nas despesas com a fortificação da Ilha das Cobras. Gilberto Ferrez transcreve trecho da carta que o próprio Francisco do Amaral Gurgel escreve à Coroa enumerando as condições para sua contribuição na fortificação da Ilha das Cobras:

1º - que V. M. lhe há de dar uma comenda de 250 mil reis e há de ser da Ordem de Cristo.

2º - que se lhe á de dar o foro de fidalgo[...]

5º - que V. M. Real há de fazer Governador da referida ilha das Cobras dando-lhe o soldo que tem os Mestres de Campo a quem ele há de governar se forem de guarnição para ela.²¹³

²¹² BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.305.

²¹³ Carta de Francisco de Amaral Gurgel a D. João V – *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.60.

A construção portuguesa de uma monarquia múltipla, mas unitária, tem como ponto de união a figura real. O rei português guerreiro/legislador fortalece o seu poder através de conquistas territoriais, distribuindo justiça e submetendo seus vassalos através de privilégios e mercês. As fortalezas foram, portanto, instrumentos de demarcação de seu domínio territorial, de organização e ocupação do espaço e cenário de encenação de sua presença material.

2.2 A vinculação das cidades portuguesas com suas fortalezas

A delimitação de um ‘urbanismo português’ com características próprias e mesmo a existência de um ‘urbanismo português, principalmente na implantação de núcleos urbanos na América, é questão de discussão que se faz presente em vários estudos.

O trabalho de história comparada de Sérgio Buarque de Holanda “O ladrilhador e o sementeiro”²¹⁴ poderia ser o ponto de partida para uma discussão entre o modelo de implantação urbana nas Américas espanhola e portuguesa, mas o debate atual propõe outra perspectiva de estudo em relação à questão urbana portuguesa.

Manuel C. Teixeira comenta, em seus trabalhos, a especificidade da cidade portuguesa que “insere-se plenamente na cultura urbana ocidental. As cidades medievais planeadas, os princípios teóricos e as intervenções urbanas renascentistas e barrocas desenvolvidas em diferentes regiões da Europa fazem parte desta cultura erudita europeia, partilhando os mesmos valores.”²¹⁵ Roberta Marx Delson critica a postura de historiadores que “tendem a infamar as vilas e cidades construídas pelos portugueses no Brasil”²¹⁶ e Walter Rossa observa que “não é correto proceder-se a uma comparação formal de particularidades, semelhanças e diferenças das cidades de colonização espanhola e de colonização portuguesa quando o conhecimento dos contextos genéricos e específicos a cada uma é desequilibrada”.²¹⁷

²¹⁴ HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²¹⁵ TEIXEIRA, Manuel C. **Os modelos urbanos portugueses na cidade brasileira**. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida - Lisboa 2000

²¹⁶ DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, p.1.

²¹⁷ ROSSA, Walter. **O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas**. In: CARITA; ARAUJO, Renata Araújo (org). **Colectânea de Estudos Universo urbanístico português 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.509.

Em meio à discussão sobre a implantação de núcleos urbanos, em Portugal, e sua sedimentação no contexto de permanências e transformações, queremos ressaltar o papel das fortalezas demonstrando a construção de um modelo urbano apoiado em fortificações que permitiam a sobrevivência do grupo social. Carlos Ayala Martínez ao analisar as diversas funções de uma fortaleza afirma que “constituem antes de tudo, centros de poder capazes de articular o espaço circundante, organizá-lo administrativamente e contribuir ao aproveitá-lo desde o ponto econômico e jurisdicional”²¹⁸. Logo, a nossa reflexão perpassa a hipótese da sobrevivência que extrapola o caráter de arte militar das fortalezas. A sobrevivência entendida não só como resistir a um inimigo que invade um território, mas como organizadora da sociedade e como pertencimento a um grupo maior que o local, isto é, considerar-se vassalo do rei de Portugal, ou seja, parte integrante do reino.

A primeira observação que ressaltaríamos é o contexto da ocupação territorial na Península Ibérica e a apropriação de núcleos pré-existentes para a criação de várias tipologias urbanas. A análise de vestígios de castros e citânias (Fig.37 e 38)²¹⁹ aponta para estudos que relacionam uma tradição no aproveitamento de elevações de difícil acesso, anteriormente ocupadas com fortificações ditas primitivas, para a construção de castros fortificados romanos:

De um modo geral, os povos pré-romanos de nosso território habitavam os altos, em recintos fortificados (castros). Da área reduzida da maior parte dos castros deduzimos que a população de cada um compreendia poucas dezenas de famílias certamente do tipo patricial. As casas, com efeito, juntam-se aos grupos, com um pátio comum, por vezes murado.²²⁰

A necessidade de sobrevivência levou os grupos humanos a buscarem uma forma de proteção ou abrigo. Talvez a primeira possibilidade buscada para certa permanência espacial tenha sido a utilização de acidentes geográficos como rios, elevações e escarpas. Posteriormente, a intervenção no meio de forma concreta foi através de fortificações (muros, muralhas e fossos) conjugadas com os elementos da geografia local. A organização deste espaço urbano cercado por muros, muralhas e posteriormente por fortificações, como castelos e fortalezas, é, portanto, o produto de uma cultura específica e de intenções conhecidas ou não.

²¹⁸ MARTÍNEZ, Carlos Ayala. *Op. cit.*, p.561.

²¹⁹ A designação de castro ou citânia não tem uma limitação conceitual fechada. Alguns autores apresentam apenas o tamanho como distinção entre esses recintos amuralhados que apresentavam no formato de suas cabanas de pedra de planta circular um caráter defensivo.

²²⁰ ALARCÃO Jorge de. **Portugal Romano**. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p.22.

Vitrúvio em ‘De Architectura’, no Livro 1 capítulos 4 e 5, discursa sobre a implantação das cidades, tratando da ‘escolha dos lugares para as cidades’. Vitrúvio destaca para a escolha de implantação de uma cidade primeiro um lugar alto, com boas condições climáticas e de salubridade, uma locação de edifícios com insolação adequada e localização favorável de rios e porto de mar para o abastecimento. Os princípios vitruvianos são observados em vestígios de ocupações do período pré-romano, século III e II a.C (ocupação de lugares altos, de difícil acesso e próximos ao litoral ou rios), no nordeste de Portugal, os castros e citânias. O que levaria ao questionamento de que o ‘engenheiro militar’ romano, em sua obra, comenta uma tradição construtiva ou mesmo uma experiência cultural observada ao longo do tempo em diversos contextos espaciais.

Posteriormente essas fortificações apropriaram-se de “conceitos construtivos” romanos, e as análises de historiadores militares enxergam na localização de castros uma origem dos castelos medievais, ou do período da neurobalística (românicos, os castelos dos séculos XI e XII de sistema de defesa passivo e góticos de caráter mais ativo como os orifícios para lançamento de flechas). A hipótese destes historiadores abre a possibilidade da associação entre fortificações e tipologias urbanas.

O contexto da reconquista territorial e a “formação dos domínios da Coroa Portuguesa” são determinantes na arte de fortificar e na orientação de uma ‘política urbana’ em Portugal. Renata Malcher destaca que “o Estado (o rei) é historicamente em Portugal um "urbanizador" e gestor da urbanização”²²¹, o que com o passar dos anos irá desenhar o território na Península. O rei, como representante da Coroa, determina a fundação da cidade e reforma e constrói fortalezas, delegando poder e justiça, como observa George Duby, ao trabalhar os castelos medievais, sucessores das torres e antecessores, na arte militar, das fortalezas.

A relação rei/fortaleza deve ser compreendida também através da carga simbólica que carrega. Na Idade Média um castelo ou fortificação antes de tudo era local de moradia de um senhor, “a cabeça de um domínio”²²². Em Portugal, os castelos aparecem pelas mãos da nobreza senhorial, o próprio Conde Henrique de Borgonha ao escolher sua residência ‘oficial’ prioriza Guimarães. A tensão entre o rei e a nobreza passa pela questão das fortificações e casa-torres, chegando-se à época moderna com a primazia dos monarcas sobre as fortificações.

²²¹ ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. *Op. cit.*

²²² PESEZ, Jean-Marie. *Op. cit.*, p.153.

A torre era o signo de um domínio. Eventualmente, seu guardião comandava em nome de um superior, de um senhor do regnum ou do condado. Nesse caso, era designado pelo ofício que exercia: castelão, castellanus. No entanto, a maior parte do tempo, não dependia de ninguém. Era o dono, algo muito bem expresso no título que se arrogava, dominus ou sire em língua vulgar. O poder real estava em suas mãos. Mas, fosse o castelo independente ou não, lá o chefe empunhava a espada da justiça, entregue por Deus aos guerreiros para a manutenção da paz na terra.²²³

Logo, a possibilidade que se apresenta pertinente é da fortaleza como substituta de um ‘monarca ausente’. O tema do monarca ausente está presente no trabalho de Fernando Bouza Alvarez, que é contextualizado cronologicamente no período dos Filipes de Espanha.

Não há qualquer dúvida de que o poder também se expressa sob formas não coercitivas e de que as imagens se encontram entre estes expedientes não violentos. É aqui que se deve aludir à teoria de *representação*, à ficção simbólica tal como ela se encontra resumida na exposição do tristemente desaparecido Louis Marin, no seu notável estudo sobre os retratos de Luis XIV. [...] Em primeiro lugar, as imagens das quais o poder é representado – retratos, escudos de armas, emblemas, medalhas, **obras reais**, e etc. – tendem a substituí-lo, ou seja, são testemunhas de sua existência onde não chega a presença régia: em segundo, essas imagens representam o poder, reduplicando-o dando-lhe prestígio, seja por serem tomadas como expressão de um título justo, seja porque se convertem em instrumentos de transformação do poder, de relação inacessível, em reconhecimento efectivo.²²⁴

Pensar fortaleza como substituta da figura real ou mesmo como construção arquitetônica que representa materialmente o rei remete para a questão da relação rei e súdito no que se refere à proteção e ao conseqüente sentimento de pertença. Estes questionamentos abrigam no seu interior mecanismos de negociações entre súditos e rei e a utilização e construção de imagens variadas para suprimir a ausência real, sejam essas uma necessidade concreta, a fortaleza exercendo sua função pré-estabelecida na arte militar, sejam outras leituras que são realizadas da arquitetura em um leque variado de opções.

A estratégia de ocupação de um espaço pela Coroa Portuguesa, a partir da reconquista territorial aos mulçumanos, leva em consideração a construção de fortificações com estreitas vinculações com o rei-guerreiro e legislador. O contexto cultural do renascimento traz a discussão de uma cidade ideal que aproxima a

²²³ DUBY, Georges. **Castelos: Poder e Soberania**.

http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/materia_40.html

²²⁴ ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Op. cit.*, p. 66.

arquitetura do urbanismo e que considera a questão da defesa em seus fundamentos. A busca do tratado de Vitruvius, o desenvolvimento da geometria, perspectiva, balística e a aplicação da pólvora na arte militar associados. A arquitetura passa a representar um ideal na procura de formas regulares e à leitura utilitária das fortificações outras são somadas.

O século XV marca o início da expansão comercial marítima portuguesa e, na arte da guerra, a efetiva utilização da pólvora no reinado de D. João II (1481-1495). O propelente irá estabelecer um novo modelo construtivo, no qual as fortalezas perdem seu caráter vertical e passam à predominância do horizontal associado à introdução dos baluartes, o modelo italiano.

Portugal utilizou-se de bombardas e de bocas de fogo, principalmente na aplicação de naus artilhadas, usadas tanto na defesa de seu território, quanto na construção de seu ‘Império além mar’²²⁵. A nau artilhada poderia ser considerada uma fortaleza móvel e a união nau e artilharia de fogo deu-se de maneira rápida e com sucesso.

No século XV Portugal tomava a iniciativa de armar navios com peças de artilharia. No século XVII o poder marítimo é definido pelo da artilharia das esquadras. Os navios são caracterizados pelo peso dos projéteis que lançam e classificam-se conforme o número de peças que os armam, a sua rapidez de movimento, o seu calado e a função especial que lhes cabe desempenhar na batalha naval ou a sua capacidade de ataque a pontos da costa a conquistar.²²⁶

A figura do mestre de obras de formação ampla, aos poucos, é substituída pelos engenheiros militares com a introdução do modelo italiano. O trânsito cultural de profissionais da arte de construir e fortificar, em Portugal, principalmente de jesuítas, é observado quando analisamos os autores de fortificações no Império que se expande em direção à África e Ásia, no processo de ocupação de territórios, e o estabelecimento de fortalezas-feitorias:

Estes ideais foram introduzidos em Portugal através de técnicos que se deslocavam à Itália como Miguel Arruda, João de Castilho,

²²⁵ “Em 1505 o *Estado da Índia* surgiu como entidade política através da nomeação de D. Francisco de Almeida, que recebeu detalhadas instruções para construir fortificações no litoral [...]. A definição de Thomaz [Luis Filipe F. R. Thomaz] para esse período inicial do Estado da Índia é muito feliz e merece o registro: “D. Francisco de Almeida é ainda um vice-rei flutuante, governador de um Estado sem território, com o convés da sua nau capital”. [...] o poderio bélico das naus portuguesas **verdadeiras fortalezas flutuantes que possibilitaram o sucesso da ação lusitana**. TAVARES, Célia C. da Silva. **Jesuítas e Inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)**. Lisboa: Roma Editora, 2004, p.75.

²²⁶ MAGALHÃES, J.B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p.31.

Francisco de Holanda, entre outros. Os monarcas portugueses, a partir do século XVI, também chamaram arquitectos estrangeiros, principalmente italianos, como Boytac, Diogo de Ravena que visitou todas as praças de África em 1533, Cairati que conduziu as obras e desenhou as fortalezas da África Oriental e Índia. Este intercâmbio entre técnicos e a circulação de experiências irão ter a sua expressão fora do próprio território continental onde o campo de acção era mais livre e mais prementes novas intervenções.²²⁷

A instituição de escolas de formação em Portugal, no século XVII, acontece após o período da União Ibérica. A escola de arquitetura estabelecida por Filipe I de Espanha durante a União Ibérica atuará em Portugal segundo as orientações de arquitetos italianos e a Escola Holandesa, após a Guerra de Restauração de Portugal (1640-1648), terá seus princípios retomados pelos portugueses.

A tradição da nobreza ibérica na arte de construir também pode ser enumerada como aspecto da cultura portuguesa e mesmo na cultura ibérica. Os estudos relativos à arte de construir eram observados na formação da nobreza e Fernando Bouza Alvarez descreve Filipe I como um rei-traçador na virada do século XVI para o XVII:

“Não há dúvida de que a tradição portuguesa de unir o saber arquitetônico à cultura da corte é anterior ao século XVII. Na verdade, ela já se encontra bem assente na centúria anterior, tendo sido superado nessa altura o nível do simples mecenato entrando-se, nos tempos de D. João III no estágio mais virtuoso do gosto e da opinião.”²²⁸

Margarida Valla trabalha a importância para a nobreza portuguesa do conhecimento da arte militar. “A arte da fortificação passou a fazer parte da educação do nobre, dos generais, e estendeu-se aos militares que de alguma forma se envolviam nas obras de fortificação.”²²⁹

No estudo da cidade (modelo urbano português), e sua transposição para ‘colônia’ americana de Portugal, Manuel C. Teixeira defende um urbanismo português, no qual se observa a apropriação de um ponto dominante para a implantação de um primeiro núcleo da povoação onde as fortificações possuem um papel de preponderância, como núcleo organizador do território em conjunto com os poderes religiosos e seculares presentes.

²²⁷ VALLA, Margarida. **O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas.** Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996.

²²⁸ ÁLVAREZ. Fernando Bouza. *Op. cit.*, p.27.

²²⁹ VALLA, Margarida. **A formação teórica dos engenheiros militares.** Comunicação apresentada no Colóquio “A construção o Brasil urbano, Convento de Arrábida- Lisboa- 2000

Margarida Valla comenta que no Renascimento a arte de fortificar transforma-se em arte erudita atrelada à valorização da cidade e sua defesa, evidenciando o binômio cidade/fortaleza. Valla cita o arquiteto do século XVI Francesco Di Giorgi Martini “a fortaleza ou cidadela é o elemento mais importante da cidade deve-se localizar em lugar eminente para que seja vista de toda a cidade, implantada na cabeça, ele representa o poder do soberano”.²³⁰ Valla ao comentar Francesco Di Giorgio fortalece a relação rei/cidade/fortaleza na sociedade do Antigo Regime e a importância da recepção pelos súditos das fortificações na paisagem construída. A fortaleza/rei implantada na cabeça, *caput* do reino, o poder enraizado, o rei presente e justo.

A análise dos desenhos anônimos da invasão francesa de 1710²³¹ (Figuras 39,40 e 41), da planta executada por João Massé de 1713 (Fig.14), e da vista da cidade de Froger do final do século XVII (Fig.42) contribui para o entendimento do modelo urbano e sua vinculação com as fortalezas na cidade do Rio de Janeiro. No século XVI, quando da transferência da cidade os poderes laicos e religiosos locavam-se no ponto dominante da cidade: o Morro do Castelo. A cidade, na passagem do século XVII para o XVIII, desenvolve-se pela várzea, paralelamente a Rua Direita, que margeia a linha do mar. A Fortaleza de São Sebastião (principal fortificação da defesa da cidade), localizada no ponto dominante, o Morro do Castelo, era apoiada pelo Forte de Santiago da Misericórdia (Ponta da Piaçaba), parte baixa da cidade. As elevações naturais restantes são ocupadas por construções religiosas (Santo Antonio, São José, Desterro, Conceição e São Bento), que muitas vezes recebem baterias de artilharia, como no caso do Moro do Desterro, Castelo (Bateria ou Reduto da Sé), e São Bento (Bateria dos beneditinos). O traçado das ruas segue primeiro o direcionamento da Rua Direita esboçando quarteirões que, em sua maioria, buscavam uma formatação em angulo reto, característica observada com mais clareza no mapa de João Massé, de 1714 (Fig.14). As principais construções administrativas como o Palácio do Governador, Alfândega, Casa da Moeda, armazéns reais (planta de Massé), encontram-se na rua Direita, um deslocamento da parte administrativa da cidade para a várzea.

Os trabalhos de Manuel Teixeira e o de Margarida Valla apontam para a relação cidade/fortaleza possibilitando uma hipótese coerente para as cidades do Rio de

²³⁰ VALLA, Margarida. *Op. cit.*

²³¹ Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710 - Biblioteca da Ajuda - Portugal. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. **As expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro (1710-1711)**. Coleção pelo Império Nº 67.

Janeiro e Salvador. Os dois estudos apontam para um modelo diverso do espanhol, mas com características próprias que se repetem em várias cidades portuguesas quanto à implantação do núcleo urbano e seu posterior desenvolvimento. José Simões de Belmont Pessôa ressalta a característica dualidade *cidade alta* e *cidade baixa* nas cidades reais, caso do Rio de Janeiro e Salvador, cidades fundadas no século XVI:

Podemos identificar a implantação de três grandes redes urbanas na América Portuguesa de meados do século XVI até o final do século XVIII: a ocupação inicial do litoral, por vilas de iniciativa de donatários ou sesmeiros e cidades reais, fundadas principalmente nos séculos XVI e XVII, e caracterizadas pela dualidade cidade alta/baixa e pela irregularidade ou regularidade relativa a seus traçados. [...] ²³²

A análise da implantação da cidade do Rio de Janeiro, após a transferência da cidade por Mem de Sá, em 1567, permite as seguintes constatações: o núcleo urbano foi implantado em elevação natural, característica apontada anteriormente como das cidades portuguesas. A elevação natural, o ponto dominante, proporcionava uma ampla visão da entrada da barra nos moldes da cidade de Salvador; o crescimento posterior do núcleo urbano leva a descida para a linha do mar onde ocorre uma divisão espacial entre cidade alta e baixa e o estabelecimento de uma ‘rua direita’. O trabalho de Eduardo Canabrava Barreiros ²³³ deixa perceber o processo de desenvolvimento urbano da cidade. No Rio de Janeiro ocorre um abandono progressivo da parte alta como local de moradia da população.

A cidade seguiu na sua fundação, além do aproveitamento do ponto dominante, a tradição portuguesa de utilizar-se de baías abrigadas e localizar suas fortalezas da barra em promontórios, como a baía de Machico (Madeira), e Ilha Terceira.

O sistema defensivo foi uma preocupação permanente das autoridades e da sociedade local, englobando dois lados da Baía de Guanabara e extrapolando-a, no século XVIII, como fizemos referência anteriormente, com a construção de fortificação na Praia Vermelha. A afirmação tem sua fundamentação em diversos documentos oficiais do período, como cartas de governadores ao Conselho.

Após as invasões, a cidade passa a ser alvo dos cuidados da Coroa e novos planos de defesa da cidade são solicitados a engenheiros militares. O Brigadeiro João

²³² PESSÔA, José. **A cidade barroca ou tardo medieval? A arquitetura na definição dos traçados urbanos da América Portuguesa.**

Disponível: <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/089f.pdf>

Acesso: 04/05/2008

²³³ BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro: ensaio (1565-1965).** Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

Massé é enviado do reino para estudar um novo plano defensivo para a cidade. Segundo Gilberto Ferrez, o engenheiro “tinha poderes para reorganizar a defesa da cidade de todo que nunca mais pudesse ser novamente tomada.”²³⁴O governador Luis Vahia Monteiro (governo 175-1732) solicitou durante sua administração a vinda do reino do brigadeiro-engenheiro militar José da Silva Pais. Em 1735, José da Silva Pais desembarcou na cidade, apresentado alguns meses depois um relatório sobre as necessidades defensivas Baía de Guanabara. Entre planos de defesa, levantamentos, reformas e acréscimos, a cidade apresentava quase duas dezenas de fortalezas e fortes (Tab.2), nas primeiras décadas do século XVIII:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África Snr. De Guine etc. Faço a saber a vós [...] aprovar em tudo o vosso parecer e ordenar q. as obras deenhadas por vos se fação enquanto vos achares governando essa Ci.de e regularéis por onde se deve principiar[...] cuja ordem nenhum governador podera alterar e outro sim vos ordeno q. emq.to não vão os dous Engenr.os q. pedis continueis as obras servindo vos dos que há nesse Govr.o El Rei nosso S.r [...] ²³⁵

A relação do rei/fortaleza/cidade/paisagem foi uma constante no Antigo Regime. O direito de fortificar o *Ius Crenelandi* foi utilizado tanto em Portugal como na Inglaterra²³⁶, e a França de Luis XIV assistiu a construção de inúmeras fortalezas e lutas pela sua posse e domínio. “A fortaleza construída na Saarland na década de 1680 foi chamada de ‘Saarlouis’, para eternizar a sua memória (a cidade leva seu nome até hoje, embora atualmente faça parte da Alemanha)²³⁷.

O rei português, que nos primórdios da construção territorial de Portugal foi guerreiro e legislador, pouco a pouco se transforma em vetor de urbanização e senhor das fortificações. A arquitetura militar utilizada como instrumento político de defesa e dissuasão passa a carregar um forte simbolismo de poder, justiça e domínio.

A Mui Leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, como outras cidades portuguesas, possuiu uma estreita relação com suas fortalezas. A arquitetura militar da Baía de Guanabara no período trabalhado apresentava-se dentro de um quadro de dificuldades, seja de ordem técnica, construtiva ou econômica, e mesmo assim, as fortalezas desempenharam com eficiência a função utilitária, de defesa e dissuasão,

²³⁴ FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p. 57.

²³⁵ Carta de D. João V para o Brigadeiro José da S.o Paes – Lisboa, 15 de fevereiro de 1736. AHU – Catálogo Eduardo Castro e Almeida nº 9729/30. *Apud* FERREZ, Gilberto. . *Op. cit.*, p. 221-226.

²³⁶ Ver KING, D. J. Cathcart. **The castle in England and Wales: an interpretative History**. Londres: Routledge, 1991.

²³⁷ BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p.97.

quando por 156 anos guardaram uma das jóias da Coroa portuguesa. No contexto da ‘idéia de império português’ possibilitaram um domínio territorial, e a encenação e fortalecimento de poder do rei. Para o rei português, nas conquistas americanas, representaram sua presença real, e a justiça e a paz para seus vassallos. Para os vassallos de Luis XIV, nos séculos XVII e XVIII, elas foram consideradas uma cortina que os impedia de desfrutar de um território que já fora francês.

Anexo B

Figuras do Capítulo 2



**Figura 33: Peça de artilharia portuguesa do século XVII- Reinado de D. João IV.
Forte de Santo Antonio da Barra – Salvador – Bahia (2009)**
(Arquivo pessoal – autora)



**Figura 34: Columbrina de bronze pertencente ao exército português, século XVIII.
MHN –RJ (2009)**
(Arquivo pessoal – autora)



**Figura 35: Canhão de bronze pertencente a esquadra de Duguay-Trouin, século XVIII.
MHN-RJ (2009)**
(Arquivo pessoal – autora)

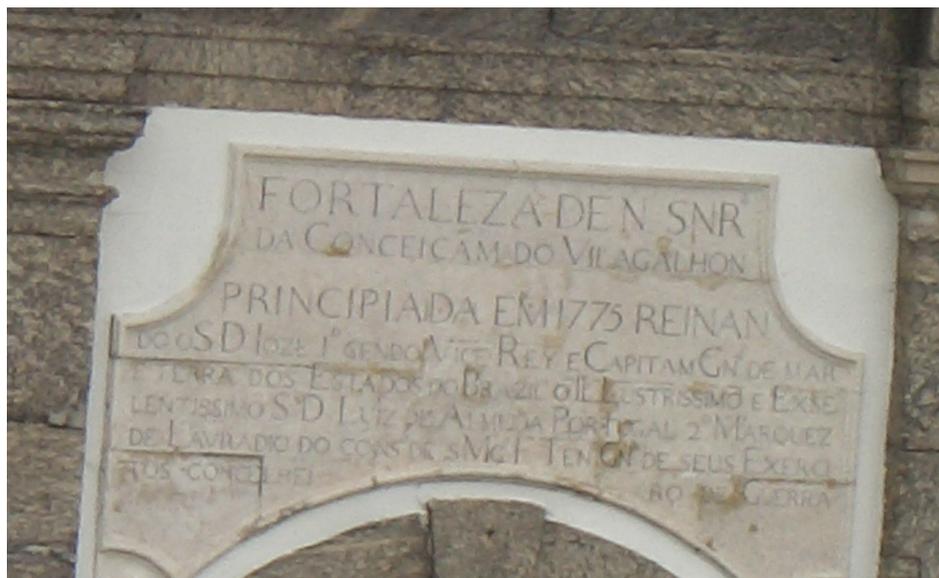


Figura 36: Placa da Fortaleza de Villegaignon (2007)
(Arquivo pessoal – autora)

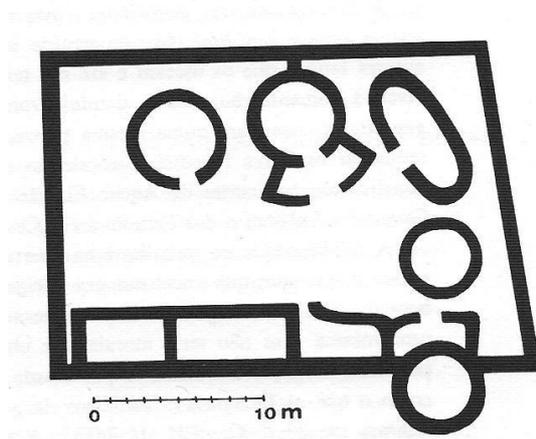


Figura 37: Citânia de Santa Luzia - Viana do Castelo- Portugal
ALARCÃO Jorge de. Portugal Romano. Lisboa: Editorial Verbo, 1974. p.23



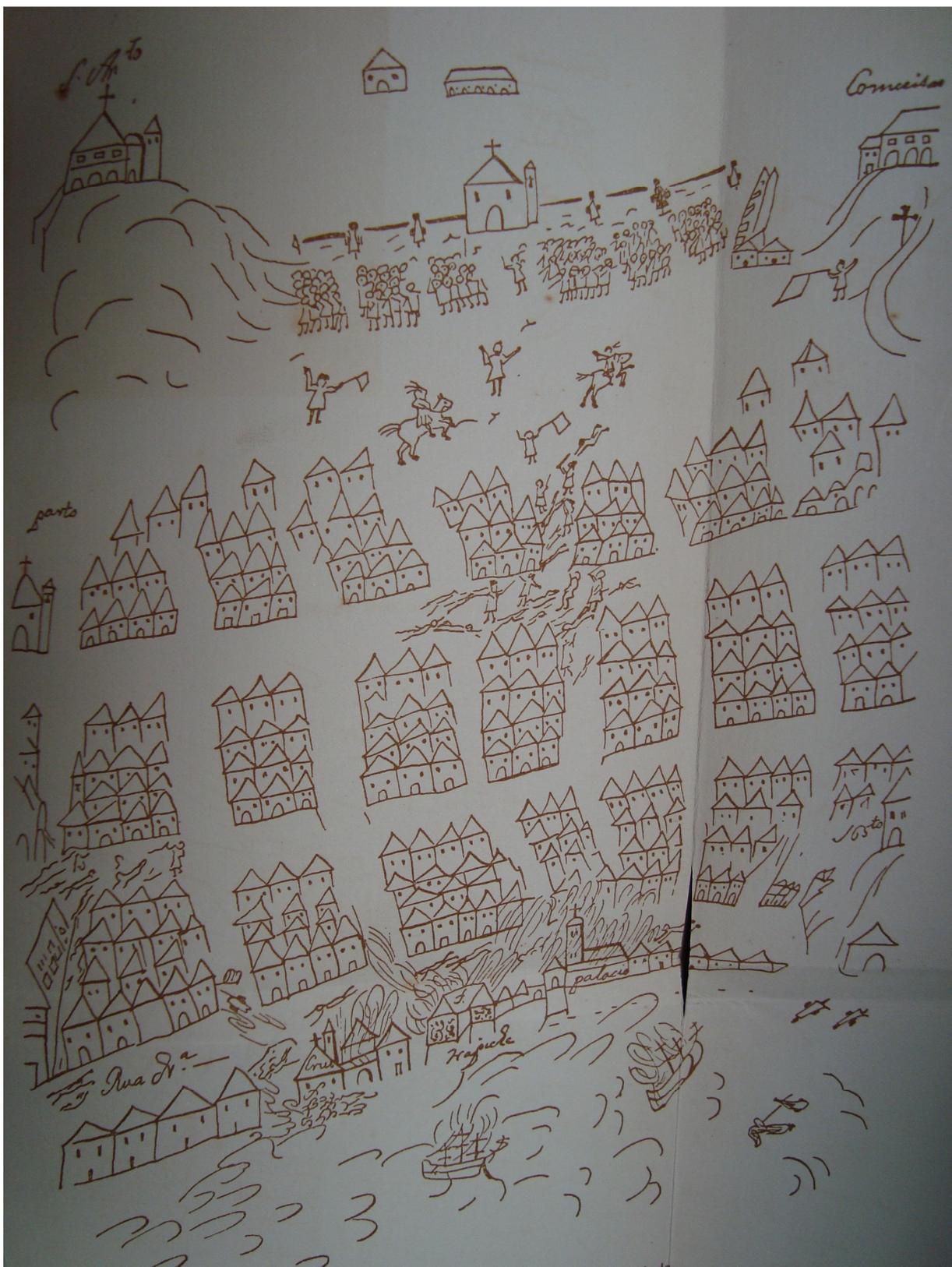
Figura 38: Citânia de Santa Luzia - Viana do Castelo- Portugal
Disponível: <http://castrosgalaicos.blogspot.com/2008/03/citnia-de-santa-luzia-viana-do-castelo.html>
Acesso: 29/06/2008



Figura 39: Desenho anônimo da Invasão francesa de 1710 – Biblioteca da Ajuda – Portugal –
Desenho 01
Apud BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*



Figura 40: Desenho anônimo da Invasão francesa de 1710 – Biblioteca da Ajuda – Portugal –
Desenho 02
Apud BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*



**Figura 41: Desenho anônimo da Invasão francesa de 1710 – Biblioteca da Ajuda – Portugal –
Desenho 03**
Apud BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

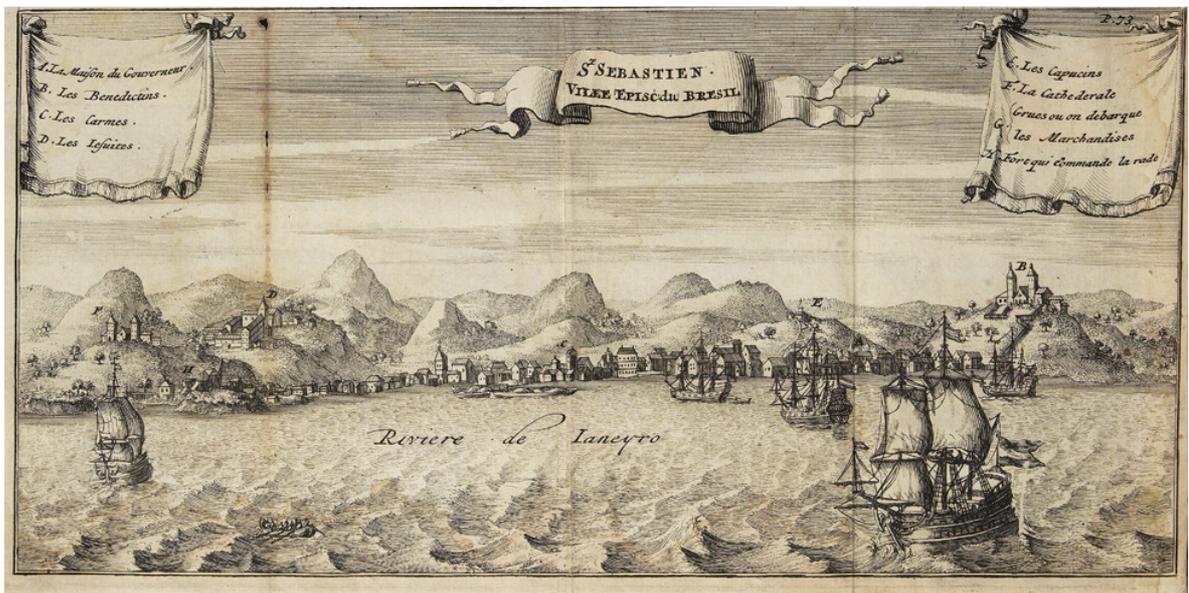


Figura 42: Gravura de François Froger da Cidade do Rio de Janeiro. Editada em Amsterdam no ano de 1699.

Capítulo 3

Vidros ou diamantes: visões das fortalezas

“Quem estima vidros, cuidando que são diamantes, diamantes estima, e não vidros; quem ama defeitos, cuidando que são perfeições, perfeições ama e não defeitos.”
Padre Antonio Vieira

A presença francesa na América portuguesa pode ser considerada como uma constante. A existência de documentos que comentam a presença de franceses no litoral e os projetos de colonização francesa como a França Antártica (1555/1565), ou seja, o projeto de Villegaignon na Baía de Guanabara e a França Equinocial (1612/1615), no Maranhão, são evidências da contestação francesa ao princípio jurídico do ‘mare clausum’, defendido pela Coroa portuguesa, no século XV. A negação do princípio jurídico do ‘mare clausum’ orienta a presença francesa na região da baía de Guanabara e na passagem do século XVII para o XVIII desemboca nas duas invasões corsárias à cidade real.

Cabe ressaltar que no contexto econômico a colônia portuguesa sofre uma reviravolta quando, em 1695, temos a primeira descoberta expressiva de ouro entre a região de Ouro Preto e Diamantina. O principal acesso para a região aurífera partia do Rio de Janeiro, que ascende como porto no litoral brasileiro. A região também era conhecida pela produção de açúcar e com o seu comércio com outras regiões como o rio da Prata, África e Oriente. No contexto político, o início do século XVIII marca o fim de uma política dita de neutralidade portuguesa em relação a França, e a sua definitiva associação aos ingleses no cenário da eclosão da Guerra de Sucessão Espanhola, o que provoca a formação de dois blocos antagônicos que disputam a coroa espanhola²³⁸.

O estudo dos acontecimentos que envolvem François Froger, Jean-François Duclerc e René Duguay-Trouin têm como objetivo analisar a construção do olhar desses homens para as fortalezas da Baía de Guanabara, em dois momentos distintos: de paz e de conflito. Finalmente, interessa-nos o imbricamento entre as várias leituras referentes às fortalezas e a cidade do Rio de Janeiro.

²³⁸ O estudo das relações luso-francesas no reinado de D. Pedro II e D. João Ver - BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

3.1 O olhar técnico de François Froger (1695)

O relato escrito e iconográfico de François Froger, engenheiro militar francês, foi publicado em 1698, na cidade de Paris. O que se pretende é comentar a leitura das fortalezas, e de sua presença na Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, produzida por esse relato. François Froger permaneceu na cidade de 30 de novembro a 27 de dezembro de 1695, durante o governo de Sebastião de Castro Caldas (governo: 1695-1696) e, como outros viajantes estrangeiros, descreveu a população, costumes, natureza e a cidade com suas construções civis e militares, ou seja, as suas fortalezas e, portanto, os procedimentos defensivos da cidade.

A relevância que se pretende dar ao relato de François Froger vem do fato de este compreender uma parte escrita e outra iconográfica, composta de carta da baía e gravura da cidade, que ilustram o espaço geográfico e urbano da cidade, ou seja, o conjunto dos documentos constrói uma imagem da paisagem da Baía de Guanabara, sob o olhar de um francês, no final do século XVII, quando este deixa o seu testemunho sobre a região. O relato do engenheiro francês insere-se no período do reinado de Luis XIV, quando a marinha francesa encontrava-se em afirmação de seu poderio naval e a arquitetura militar do Marechal Vauban colocava-se como modelo construtivo em ascensão (Escola Francesa de Arquitetura Militar). Em Portugal, reinava D. Pedro II, que para alguns historiadores consolidou a dinastia bragantina após a Restauração (1640).

A gravura de Froger é a primeira vista panorâmica realizada da cidade. François Froger servia como engenheiro militar, na esquadra de M. De Gennes, que foi a última esquadra estrangeira a penetrar na Baía de Guanabara, no século XVII.

O nosso estudo fundamenta-se na transcrição do relato de François Froger publicado por Jean Marcel Carvalho França²³⁹, que utilizou a quarta edição francesa, cujo texto, segundo o autor, é o mesmo da primeira edição. A carta e a gravura estão conservadas na seção de obras raras da USP²⁴⁰ (Fig.45 e Fig.49), em edição de Amsterdam, do ano de 1699.

²³⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro: Antologia de Textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: J. Oympio, 1999.

²⁴⁰ USP <http://www.obrasraras.usp.br/>

Segundo Gilberto Ferrez²⁴¹, a gravura com a vista da cidade difere da edição de Paris (1698, 1699 e 1700), pois o gravador modificou a imagem acrescentando cinco embarcações e não gravando a letra ‘G’ -guindaste dos jesuítas como constatamos comparando as duas gravuras (Fig. 44 e Fig. 49). A gravura editada em Paris, 1698 (Fig.44), “obviamente foi gravado do desenho in-loco, como aliás, segundo referência na folha de rosto:[...] dessineés sur lês lieux, pelo engenheiro Froger, que reafirma no prefácio: *que jáy desinneés sur lês lieux*”.²⁴² Donato Mello Junior²⁴³ comenta que Álvaro Teixeira observa que a gravura e carta de Froger (Fig.45) muito se assemelham a de Francisco Coreal²⁴⁴, e que ambas são de autor anônimo, segundo afirmação de François Froger em seu relato escrito. A comparação das duas gravuras, de Froger, publicada em Amsterdam, em 1699 (Fig.49), e de Coreal (Fig.51), publicada em Amsterdam, em 1722, orientam para a hipótese de Alfredo Carvalho, comentada por Jean Marcel de Carvalho França de que “o livro pode ser uma compilação de viagens, publicadas por um dos muitos livreiros especializados de Amsterdam”²⁴⁵. Apesar da semelhança entre as duas gravuras, a de Francisco Coreal apresenta menos informações, o que observamos também na carta da Baía de Guanabara (Fig.46).

A arquitetura militar que formava a cortina de fortificações da Baía de Guanabara, como já procuramos mostrar, foi uma escolha portuguesa dentro de um leque de modelos de fortificações existentes. No século XVII, Portugal já estabelecera suas aulas de fortificações, e trabalhos escritos de seus mestres foram publicados, como em 1680, o de Luiz Serrão Pimentel. A arte militar européia das fortificações, no final do século, conhecia os novos modelos desenvolvidos pelo engenheiro militar Sébastian le Preste de Vauban, marechal de Luis XIV. Os modelos utilizados na América portuguesa diferiam dos modelos aplicados pelos portugueses na África e na parte oriental do Império; como exemplo podemos citar a praça de Mazagão, na África (Fig.26), caracterizada como praça-forte fechada. A opção portuguesa devia-se aos objetivos a serem alcançados em cada parte do ‘Império’, distância da metrópole e existência de material humano, construtivo e bélico para a execução das fortificações em determinado tempo e lugar. Na região da Baía de Guanabara a cortina caracterizava-

²⁴¹ FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Rio de Janeiro “1530-1890”**: Catálogo Analítico. Vol 1 e 2. Casa Jorge Editores, 2000, p.44.

²⁴² FERREZ, Gilberto. . *Op. cit.*, p. 45.

²⁴³ MELLO JUNIOR, Donato. **Rio de Janeiro: planos, plantas e aparências**. Rio de Janeiro: Edição da Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio, 1988, p. 72.

²⁴⁴ Francisco Coreal, espanhol de Cartagena, esteve no Rio de Janeiro no ano de 1690. COREAL, Jean François. **Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales**, Amsterdam, 1722.

²⁴⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p.50.

se por variedade de tipologia de fortificações (fortalezas, fortes, fortins, baterias, redutos e trincheiras), organizados em linhas defensivas, inicialmente de madeira e taipa e, posteriormente, de cal e pedra, mas com deficiência principalmente de material bélico e tropas adequadas, e constante necessidade de manutenção.

Durante o século XVII ameaças estrangeiras foram uma constante no cotidiano colonial, mas a cidade resistiu às sucessivas tentativas da entrada de estrangeiros, mesmo vivenciando dificuldades defensivas. No início do século os franceses e holandeses invadiram a região nordeste da colônia e a presença de piratas de diferentes ‘nacionalidades’ era constante no litoral sul.

Em Consulta do Conselho Ultramarino o ouvidor geral da Capitania do Rio de Janeiro Miguel de Siqueira Castelbranco, relata como, na primeira semana da quaresma de 1690, ‘tomarão os moradores de Cabo Frio dez Piratas de nação ingleza, que saltarão em terra de huma nao que tentava o corço naquella costa do Brasil aonde tinhão feito feitas varias prezas [...]’.²⁴⁶

Franceses constantemente apareciam na região da Ilha Grande, como em 1693, e mesmo em Santos e Cabo Frio. O governador Antonio de Paes Sande (governo: 1693-1694), em carta de 28 de Junho de 1693 ao Conselho Real, avalia as condições defensivas da cidade:

O estado de defença, assi da Cidade como da Barra que puderia será melhor da Europa, no estado em q. de presente se acha, não pode impedir a entrada a qualquer inimigo, e apoderar-se ao mesmo tempo da Cidade esta se pode por em defença com pouca dispeza, a da barra necessita de m.to mayor custo, assi p.a reparar as roinas, como em reduzir se a melhor forma. Os soldados pela falta de capitães, os officiaes sem disciplina algúa militar, athe as armas como não tinhão exercicios inúteis de ferruge [...] Não há aqui p.a onde lançar os olhos que se não veção horrores, ameassa da ultima ruína desta Praça, se Deos por sua Divina mezirecordia não suspender o golpe de sua Divina justiça, E V.Mg.de como Rey e Pay não acodir a estes pobres Vassalos.²⁴⁷

Vivaldo Coracy observa que, no ano de 1695, uma fragata francesa penetrou a baía sem que as fortalezas reagissem, devido ao estado de decadência em que se encontravam. Maria Fernanda Bicalho destaca as sucessivas tentativas de entrada de estrangeiros na Baía de Guanabara e o receio da população aos mesmos, sendo esses

²⁴⁶ Consulta do Conselho Ultramarino – 17 de outubro de 1690 – AHU – Catálogo Eduardo Castro e Almeida – Rolo 09, caixa 9, documento 1777-1778.

²⁴⁷ FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.191. Documento Nº37, de 28-VI-1693, AHU – Caixa 6 de Inventariados do Rio de Janeiro.

considerados potenciais espões pela Coroa Portuguesa e indicando a necessidade de combatê-los e rechaçá-los. Maria Fernanda Bicalho cita a Carta Régia de 17 de março de 1689: “alguns estrangeiros passam às Capitâneas desse Estado do Brasil sem mais causa que a sua curiosidade, para verem e observarem as alturas dos portos, sítios e fortificações das Praças; de que podem resultar alguns inconvenientes ao meu Serviço.”²⁴⁸

O cruzamento das informações sobre o rol de fortificações fornecido por Azevedo Pondé, Gilberto Ferrez e Eduardo Canabrava aponta para a existência na região da Baía de Guanabara, quando da chegada da esquadra francesa de 1695, das seguintes fortalezas: Santa Cruz da Barra, São João, Lage (em construção) e São Sebastião. O governador Sebastião Castro Caldas, em 1696, após a saída da esquadra de Gennes, inicia a construção do Forte de Caragoatá (hoje Gragoatá) e da Fortaleza de São Francisco Xavier de Villegaignon, e a reconstrução ou recuperação da Bateria de Santiago²⁴⁹. Os autores também citam outras fortificações como o Reduto de São Bento, da Sé e trincheiras.

Documentos referentes à necessidade de fortificação e corpo especializado para suprir as necessidades da cidade ressaltam a importância da defesa da barra da baía. A Consulta do Conselho Ultramarino, datada de 22 de novembro de 1692, destaca as informações do governador Antonio de Paes Sande:

[...] a defença da Cidade consistia nos dous Fortes da Barra Santa Cruz e São João, pello canal de Santa Cruz poderão entrar toda a sorte de embarcações pello de São João so as pequenas, e passados estes canaes ate a Cidade / que dista pouco menos de legoa/ havia fundo para qualquer armada poder surgir junto della e lançar gente em terra sem haver fortificação nem defença que lhe pudesse impedir nem deter a entrada da Praça que com esta goarnição e com esa defença se acham e praça Capital da Capitania do Rio de Janeyro de cuja conservação dependia a de todas as mais capitâneas qe Vossa Magestade tem no Brazil da parte sul. Em todo o tempo convinha estar esta Praça com a goarnição de defença necessária.²⁵⁰

Em consulta do Conselho Ultramarino, de 29 de outubro de 1694, as informações enviadas pelo capitão engenheiro do Rio de Janeiro, Gregório Gomes, constataam o estado precário da defesa da cidade:

²⁴⁸ BICALHO, Maria Fernanda. . *Op. cit.*, p.35.

²⁴⁹ A partir da análise do relato e carta da Baía de Guanabara de François Froger concluímos pela existência do Forte de Santiago, no ano de 1695. Esta é a única fortificação assinalada pelo engenheiro francês. Acreditamos que após a retirada da esquadra de M. Gennes, a fortificação tenha sofrido reformas.

²⁵⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de novembro de 1692. Catálogo Castro Almeida. Rolo 09, caixa 10, documento 1811.

O capitão engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro Gregório Gomes em Carta de 10 de junho deste anno da conta a Vossa Magestade [...] as praças daquella conquista as achava com considerável ruína incapazes de impedir com suas forças a entrada do inimigo [...] **estando por esta causa aquella cidade exposta a qualquer assalto do inimigo podendo fazer sem contradição algumas por hum sítio chamado praya vermelha [...]**²⁵¹

Com a intenção de localizar as fortificações, reproduzimos um mapa (Fig.43), fundamentado em trabalho de Eduardo Canabavra Barreiros, que procura localizar as principais fortificações da cidade quando da esquadra de Gennes e suas edificações. No ano de 1695 a fortaleza da cidade era a de São Sebastião no Morro do Castelo e o Forte de Santiago, na ponta da Piaçaba, posteriormente Ponta do Calabouço, fazia a defesa na linha do mar. Na barra tínhamos a primazia de Santa Cruz, cruzando fogos com São João e Lage ²⁵²(em construção ou apenas como bateria).

François Froger, aos dezenove anos, integrou-se à esquadra comandada por Jean-Baptiste de Gennes, oficial da marinha francesa, composta por seis navios. M. de Gennes tinha como objetivo construir uma colônia-presídio (presídio como sinônimo de guarnição), no Estreito de Magalhães, com o aval de Luis XIV. A esquadra, necessitando de víveres, água e cuidados médicos para a tripulação chegou à Baía de Guanabara orientando-se a partir de informações oferecidas por portugueses de Santa Ana, da entrada da baía, segundo o autor do relato. Luciana de Lima Martins observa a importância das informações visuais, mapas, cartas, gravuras e perfis costeiros executados por viajantes para o reconhecimento de regiões:

Tais descrições mostravam-se particularmente úteis durante a navegação em costas onde a visibilidade era reduzida, devido às variações do tempo, ou ao longo de litorais desconhecidos. A publicação dos primeiros roteiros de navegação, contendo ilustrações de perfis costeiros, remonta ao século XVI [...] A ‘representação’ de um lugar distante tem como objetivo torná-lo presente àqueles que nele não estiveram.²⁵³

²⁵¹ Consulta do Conselho Ultramarino – 29 de outubro de 1694 – Catálogo Castro e Almeida – Rolo 10, caixa 10, documento 1948.

²⁵² A fortificação construída na Ilha de Lage era considerada de vital importância para a defesa da Baía de Guanabara e muitas vezes denominada a chave da baía. O primeiro plano defensivo da região, idealizado por Nicolau Durand de Villegaignon, incluía uma bateria no local. Cabe observar que as condições de implantação no local oferecem até os nossos dias, uma série de dificuldades, a ‘lage’, como é conhecida, é constantemente varrida pelas águas, sofre com os efeitos da umidade e não possui fonte de água potável. Após a invasão francesa de 1711, observam-se diversas tentativas de se estabelecer na ilha uma fortificação, o que aponta para a existência de uma fortificação pequena, como uma bateria no local. No relato de Duguay-Trouin (1711), não encontramos referência de fortificação na ilha e no mapa de Louis de Chancel de Lagrange, em que são demarcadas de forma precisa as fortificações da cidade a Ilha de Lage não recebe qualquer destaque (Fig. 161).

²⁵³ MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. p 75.

Segundo Froger, o reconhecimento da região do Rio de Janeiro e do Pão de Açúcar não foi tarefa fácil e a esquadra não foi bem recebida ao chegar à barra da baía, tendo reagido as autoridades com cuidados e a população com medo. “Nossa presença apavoro-os a tal ponto que, oito dias antes, quando da chegada da nossa corveta, todas as mulheres da cidade, bem como os bens de maior valor, foram removidos para o campo”.²⁵⁴

A cidade do Rio de Janeiro até o século XIX, quando da abertura dos portos, era praticamente proibida aos estrangeiros. A defesa da barra era montada por duas fortificações (Santa Cruz e São João). O canal da entrada, dividido em dois pela Ilha de Lage, possibilitava a navegação apenas no canal formado entre Lage e Santa Cruz, devido a pouca profundidade do lado de São João, como foi observado em Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de novembro de 1692. A entrada na baía acontecia segundo um ritual entre embarcações e a Fortaleza de Santa Cruz e a posterior permissão ou não do governador, após a identificação da origem e objetivos das embarcações. A paisagem composta pelo Pão de Açúcar e fortalezas, mais o ritual para identificação e permissão de entrada, muitas vezes vinculados à troca de tiros, constituíam um espetáculo que impressionava aos navegantes e evidenciava o domínio da região. O sentimento de curiosidade era aguçado pelas descrições de relatos e pelas proibições de acesso a essa que fora chamada da jóia da Coroa Portuguesa.

François Froger descreve o ritual que acontecia na barra da Baía de Guanabara quando da chegada de embarcações estrangeiras, as negociações com o governador e a utilização do caráter dissuasório além do defensivo das fortalezas pela administração local:

No dia 29, dobramos o Cabo Frio e às, oito horas da manhã do dia 30, como acreditávamos estar próximo do porto, disparamos um tiro de canhão para advertir que tínhamos necessidade de um piloto. [...] Resolvemos, então ancorar a três léguas da terra e enviar a nossa canoa ao longo da costa em busca de uma entrada. [...] Nossa canoa passou a noite ancorada na embocadura do rio, sob os canhões do forte que a tinham detido. [...] No dia 2, às seis horas da manhã, preparamo-nos para navegar em direção à cidade; às nove horas, um oficial veio a bordo e nos fez ancorar ao alcance dos canhões das fortalezas, instaladas dos dois lados do rio; em seguida, ele foi relatar a situação ao governador, não sem antes prometer que faria o possível para nos enviar um piloto.²⁵⁵

²⁵⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: j. Olympio, 1999, p.50.

²⁵⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p.50.

Jonas Finck, tipógrafo amador, que assistiu à invasão francesa de 1711 realizada por Duguay-Trouin, relata em carta o procedimento para a entrada na Baía de Guanabara:

Fomos, porém obrigados a permanecer do lado de fora do porto, próximo ao forte de Santa Cruz, pois os portugueses quiseram obter maiores informações acerca do nosso navio e avaliar se a sua presença não traria nenhum prejuízo ao comércio local.²⁵⁶

François Froger relata o medo que a esquadra francesa causava nos habitantes da cidade. Por outro lado, o francês justifica o comportamento de obediência da esquadra de M. Gennes ao ritual português como decorrente das necessidades de abastecimento e socorro aos doentes. Os procedimentos realizados pela Fortaleza de Santa Cruz, impediram o deslocamento das embarcações francesas, sem a devida autorização do governador.

[...] um oficial passou pelo nosso navio e deixou um piloto e um médico encarregado de visitar os doentes. Esse mesmo oficial disse-nos que poderíamos levantar ancora, pois iria ao forte comunicar as ordens do governador. Contudo, como fizemos vela antes dele lá chegar recebemos mais dez tiros de canhão [...]. Segundo ele, o rei de Portugal tinha dado ordens expressas para que nunca fosse permitida a entrada no porto de mais de três navios de guerra estrangeiros.²⁵⁷

A carta (Fig.45), que apresenta a região, destaca a Fortaleza de Santa Cruz (Grand Fort), a Fortaleza de São João (Forts)²⁵⁸, e o Forte ou Bateria de Santiago, ao pé do Morro do Castelo (Fort). Na análise da carta (Fig.47 e Fig.48), observamos a localização das fortificações da cidade consideradas importantes para o engenheiro francês, do principal acidente geográfico da entrada da baía, o Morro do Pão de Açúcar (importante para a identificação do perfil costeiro da região, visualmente, para os navegantes estrangeiros), e do canal que permitia entrada e acesso ao porto da cidade. A carta procura construir geograficamente o litoral da região da Baía de Guanabara, orientando inclusive a distância visual da região de Cabo Frio - Pain de Sucre qu'on va en venant du Cap Frie- (Fig.48). Essas observações constam de outros relatos como o de Dierick Ruiters, piloto e cartógrafo batavo, que publicou o livro *Tocha da Navegação*, em 1623. “A leste do Cabo de Janeiro encontra-se um rochedo mais elevado que os demais e

²⁵⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p. 66.

²⁵⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Ibidem*, p. 50.

²⁵⁸ A Fortaleza de São João difere da fortaleza de Santa Cruz quanto a idéia de fortaleza. A Fortaleza de São João é formada por vários fortes ou baterias, formando um complexo que se liga através de uma muralha. Santa Cruz apresenta suas baterias agrupadas em um mesmo espaço. Atualmente, Santa Cruz apresenta-se com suas baterias de forma escalonada.

que parece a ponta de um pão de açúcar. Avista-se esse rochedo durante todo o percurso entre o Cabo Frio e o Rio de Janeiro”.²⁵⁹

A vista panorâmica da cidade de Froger, desenhada in-loco e, posteriormente, gravada, apresenta as edificações compreendidas entre o Morro do Castelo e o dos Beneditinos. Froger não destaca as fortificações existentes na cidade, com exceção do Forte de Santiago (Fig. 50)), representado como outra edificação qualquer e mesmo de difícil visualização como fortificação. Observa-se a falta de menção à Fortaleza de São Sebastião, situada no Morro do Castelo (como consta na Fig.49).

A construção da Fortaleza de São Sebastião foi iniciada por Mem de Sá quando da transferência da cidade e passou por várias reconstruções. Duarte Corrêa Vasqueanes a restaurou em 1646, pois a considerava de importância para a defesa da cidade. Destacamos a importância da fortificação para os moradores quando associamos a denominação da região como Morro do Castelo, pela população local. A existência e importância da Fortaleza de São Sebastião, no século XVII, também é considerada nesse estudo devido às sucessivas citações e representações gráficas que comprovam o seu significado para a Coroa e administração local. Como exemplo citamos o desenho do jesuíta João Capacci²⁶⁰, no ano de 1645 e no ano de 1710, na descrição e esboço do plano da cidade (Fig.61) de Louis Chancel de Lagrange. A descrição de Lagrange repete a forma da fortaleza desenhada por João Capacci, no século anterior:

[...] o de São Sebastião ou o Castelo, que cognominamos o Forte Vermelho ou dos Jesuítas, fica no alto de uma colina que domina a cidade, a várzea, o ancoradouro e a barra. **É quadrado em sua configuração, possuindo um fosso e dez peças de poderosos canhões de ferro fundido, de sorte que passa por ser um dos elementos de maior eficácia na defesa local.**²⁶¹

O relato de Froger, composto de parte escrita e iconográfica, quanto às fortalezas e outras fortificações identificadas na carta apenas como ‘Grand Fort e forts’, não as descreve quanto à forma, comentando apenas a existência e a localização, minimizando as condições defensivas, mesmo quando estabelecidas e obedecidas, valorizando, sobretudo, o seu caráter dissuasório. “Essa atitude de braveza em muito se deveu ao fato de eles saberem que precisávamos entrar no porto e, conseqüentemente,

²⁵⁹ Dierick Ruiters. *Apud.* FRANÇA, Jean Macel Carvalho. . *Op. cit.*, p.37

²⁶⁰ O desenho da Fortaleza de São Sebastião de João Capacci encontra-se publicado em, PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **A defesa militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos.** Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967, p.27.

²⁶¹ LAGRANGE, Louis Chancel de. . *Op. cit.*, p.57.

não iríamos responder ao fogo.”²⁶² Parece-nos que o engenheiro francês preocupou-se mais com a descrição da baía e de suas condições de segurança em linhas gerais:

Antes de desaguar no mar, **o rio forma uma grande baía** onde os barcos permanecem como se dentro de uma bacia; a sua profundidade é boa e os ventos são quebrados pelas montanhas que o envolvem; o banco de rochas, situado na embocadura, por obrigar as embarcações a navegarem nas proximidades de um dos fortes que comandam a costa, contribui muito para a segurança do porto.²⁶³

A descrição, seja escrita ou iconográfica, das fortificações da cidade do Rio de Janeiro se reduz a um comentário sobre o que se deduz ser o Forte de Santiago da Misericórdia, localizado aos pés do Morro de Castelo, devido à localização na legenda e na gravura (letra H), e à descrição em texto. O único vestígio do forte atualmente é um pequeno pedaço da muralha onde atualmente situa-se o Museu Histórico Nacional. Froger não comenta ou mesmo ignora as outras fortificações existentes e seu estado de poder bélico ou manutenção. Ele comenta: “Nenhuma fortificação foi levantada no lado montanhoso, cabendo a um pequeno forte, localizado à beira-mar, embaixo do convento dos jesuítas, a defesa da cidade.”²⁶⁴ As outras edificações que evidencia são as religiosas, a casa do governador e o guindaste dos jesuítas próximo à Sé.

A análise do relato de François Froger, no século XVII, em relação às fortalezas da Baía de Guanabara e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro aponta para um relato breve e que nem de longe abrange a totalidade das fortificações existentes na região, quando consideramos outros relatos, anteriores e posteriores. Froger destaca a presença e atuação da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, mas não cita em detalhes a existência da Fortaleza de São João e de outras fortificações locais e visualmente presentes.

O seu discurso volta-se para a construção de uma justificativa para o comportamento francês de obediência devido à necessidade de socorro a doentes e de reabastecimento de víveres. Ao mesmo tempo, Froger relata a venda de escravos e a preservação de outros devido à necessidade de repor homens na tripulação, ou seja, a esquadra encontrava-se deficiente quanto à sua tripulação. A capacidade de ataque da esquadra estava fragilizada pelos motivos acima citados e uma das embarcações, ‘Soleil d’Áfrique’ estava fora de combate devido ao incêndio de seus mastros, pela própria

²⁶²FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p.50.

²⁶³*Ibidem*, p.53.

²⁶⁴*Idem*, p.52.

tripulação, quando este fora arrastado pela corrente. A partir da solução dos problemas da esquadra, seu discurso torna-se mais duro:

No dia 27, fizemos vela e, prontos para responder a um possível ataque ao Salut, passamos entre os fortes com os canhões destapados e os pavios acesos. **Não tínhamos mais necessidade deles e eles reconheceram tal fato.** Ao passarmos, notamos que os soldados estavam todos de guarda sobre os parapeitos e demonstravam estar felizes com a nossa partida; certamente não suportavam mais as vigilâncias contínuas que tiveram de fazer durante o período em que ficamos ancorados no porto.²⁶⁵

Quais serão os enquadramentos do olhar de Froger para as fortalezas da Baía? François Froger era integrante de uma esquadra francesa durante o reinado de Luis XIV, quando a arte militar francesa vivia um momento de ascensão, segundo nossa hipótese, seu olhar era orientado por uma formação técnica para a arquitetura militar. O objetivo da esquadra, da qual fazia parte, era a fundação de uma colônia-presídio ao sul da América, ou seja, o estabelecimento de um núcleo francês em terras então pertencentes à Espanha.

O Rio de Janeiro, ao longo dos séculos, afirmara-se como ponto de reabastecimento de embarcações e desenvolvera-se como porto comercial, interligando a região do Rio da Prata, Europa, África e Oriente. A região sempre fora cobiçada pelos franceses que faziam sua presença constante no litoral e dela possuíam informações e contatos. A necessidade da esquadra de M. de Gennes de aportar era evidente e Portugal não poderia negar socorro, devido a acordos existentes.

Froger, engenheiro embarcado, julgava a cortina defensiva da Baía com um olhar técnico. E, neste sentido, destacava não seu caráter defensivo, por ele considerado frágil, mas seu caráter dissuasório, único obstáculo presente, embora transponível para os franceses, devido às suas condições bélicas. Froger utiliza-se de sua estada para reafirmar certas informações conhecidas e, nas entrelinhas, evidencia a fragilidade ‘defensiva da região, suas qualidades geográficas e estratégicas, e suas ‘riquezas’. Formado na tradição militar francesa – e, portanto, inserido no que havia de mais elaborado em termos de construções militares de defesa – considera o sistema português como um sistema precário de defesa. Para Froger, a ‘submissão’ dos franceses ao ritual de entrada não se dava por questões militares, mas por necessidades mezinhas, de abastecimento. Froger, talvez nostálgico, comenta quando de sua partida, “uma pequena

²⁶⁵FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p. 55.

ilha que comanda o porto; por sinal, a mesma que os franceses tinham habitado quando esse rio foi descoberto.”²⁶⁶

3.2 O olhar corsário de Jean-François Duclerc (1710)

A mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no início do século XVIII é lida de forma diferente que no século anterior. A próspera ‘colônia americana’ de Portugal produzia a estabilidade da dinastia de Bragança com sua produção de diamantes e ouro. O porto da cidade era o local de onde as riquezas minerais da colônia partiam para metrópole. O litoral da região que se estendia até Parati era visitado por corsários franceses, entre outros, em razão de, segundo o Conselho Ultramarino,

[...] a capitania do Rio de Janeyro ser hoje a de maiores conseqüências que Vossa Magestade tem em seos domínios, e a mais rica pellas minnas de ouro em que si emserra, e por este respeito pode ser a mais apeteçida dos inimigos desta Coroa, a que se deve ter attenção para se cuidar muito em todos os meynos da sua conservação [...]²⁶⁷

A existência de corsários na região é observada em vários documentos, desde o século XVI. Maria Fernanda Bicalho comentou sobre o curso:

[...] a despeito de seu caráter particular, também, o rei, e cada vez com maior freqüência, cedia os navios de sua armada e designava oficiais de sua esquadra, que juntamente com comerciantes, financistas, indivíduos reunidos em sociedades por ações, armavam expedições corsárias.²⁶⁸

A expedição de Jean-François Duclerc, organizada pela Companhia de Chatlain-de-Neuville, era formada por uma nau²⁶⁹ (L’Oriflame), quatro fragatas (L’Atlante, La Diane, La Valeur e La Vênus) e 1300 homens, segundo Guilherme de Andréa Frota²⁷⁰. Augusto Tasso Fragoso em *Os franceses no Rio de Janeiro* afirma que a expedição era composta de cinco navios de guerra e de uma balandra²⁷¹, 1500 homens

²⁶⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p.55.

²⁶⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de junho de 1706 - Catálogo Castro e Almeida. Rolo 15, caixa 15, documento 2987.

²⁶⁸ BICALHO, Maria Fernanda. . *Op. cit.*, p. 43.

²⁶⁹ Naus e fragatas eram consideradas navios-de-linha (navios de guerra à vela). Distinguiam-se pelo armamento ordenado em baterias. BARROSO, Gustavo. . *Op. cit.*, p.192

²⁷⁰ FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, s/d.

²⁷¹ Balandra – Embarcação antiga destinada ao transporte de carga. Definição fornecida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Augusto de Moura.

de desembarque “tropa escolhida, e muitos guardas-marinha e cavaleiros voluntários”.²⁷²

Guillaume François de Parscau, integrante da esquadra de Rene Duguay-Trouin de 1711, comenta o objetivo da expedição de Duclerc: “armados por particulares no porto de Rocheford, navios que, como os nossos, traziam a bordo tropas do rei”²⁷³, evidenciando o seu caráter corsário.

Duclerc era natural da Ilha de Guadalupe e fora educado e orientado pelo corsário ‘Senhor Du Case’. Na França, recebeu o posto de capitão-de-brulote²⁷⁴ e, em 1710, ano de sua tentativa de assalto à Baía de Guanabara, foi promovido a capitão-de-fragata²⁷⁵, recebendo a Cruz de São Luís.

Tasso Fragosso em seu estudo sobre os franceses no Rio de Janeiro, observa que o relatório de Duclerc sobre a expedição “jamais foi publicado ou encontrado”²⁷⁶ (o corsário foi preso e assassinado no Rio de Janeiro). Utilizaremos, portanto, os documentos coevos para análise e discussão da invasão de 1710, e para perceber a possível leitura que o corsário realizou da cortina que emoldurava a cidade.

O documento anônimo intitulado *Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710*²⁷⁷, existente na Biblioteca da Ajuda (Portugal), é composto de uma parte escrita e três desenhos. O documento descreve a invasão francesa de 1710. No estudo presente utilizaremos a transcrição realizada por Eduardo Brazão, publicada em 1940. O relato inicia no dia 16 de Agosto com a notícia levada ao governador por um pescador da Barra de que “andando pescando auistara seis navios os quais vinhão buscando a Barra”²⁷⁸, e com as primeiras providências tomadas: “[...] mandou na mesma hora tocar rebate com as x.as de guerra, e na mesma noite guarneceram as fortalezas e praias da Barra com muita gente poluara e balla e

²⁷² FRAGOSO, Augusto Tasso. *Op. cit.*, p.74.

²⁷³ ²⁷³PARSCAU, Gillaumme François de. Journal Historique ou Relation de CE qui s’est passe de plus mémorable dans La campagne de Rio de Janeiro par l’escadre Du Roi commandés par M. Duguay-Trouin em 1711. In actes du Cinquantenaire de La création em Bretagne de l’enseignement du Portugais. Paris: Presses du Palais Royal, 1977. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 70-137.

²⁷⁴ Brulote – Embarcação carregada de materias inflamáveis e explosivas e destinadas a atear fogo a navio inimigo. DUGUAY-TROIN.René. . *Op. cit.*, p.31.

²⁷⁵ Fragata – Vaso de guerra semelhante à nau, menor e menos armado que esta, porém mais veloz e mais facilmente manobrável. *Ibidem*, p. 32.

²⁷⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. . *Op. cit.*, p. 74.

²⁷⁷ Biblioteca da Ajuda – Lisboa – Portugal – Pasta 52-X-2-doc.nºII.

²⁷⁸ Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. . *Op. cit*

llogo mando marchar a infantaria paga e ordenansa [...]”.²⁷⁹ O documento prossegue com a tentativa dos franceses penetrarem a barra da cidade utilizando-se de bandeira inglesa, sendo rechaçados pelas fortificações existentes na região, e rumando para o sul. Outro aviso é levado ao governador, da presença de três navios ao norte da barra:

Ao mesmo tempo se tocou Rebate geral e marcharão as Companhias que armada estauam a seus postos guarnecendo as praias da cidade e costa do mar e fortalezas [...] Nesta dia, a noite q. foi segunda feria ueio auizo q tinha o inimigo botado gente em terra na guaratiba, porto que fica perto da Villa da Ilha Grande 4 legoas por terra á sidade a qual não tinha muita resistêcia.²⁸⁰

O primeiro desenho anexo à Relação da chegada da armada invasora (Fig.52) mostra o avanço da tropa francesa, o deslocamento da guarnição destinada à praia Vermelha, e as tropas do governador no campo da Igreja do Rosário. A preocupação com a região da Praia Vermelha era antiga, amparada na impossibilidade de as fortalezas da barra e da cidade de defenderem a área, pois “pela opposição de hum monte chamado Pão de assucar era sem duvida fazer o inimigo elleição deste sitio para a conquista, oferecendo lhe o mesmo surgidouro conveniente para qualquer armada e lançando gente em terra”.²⁸¹

Em carta datada de 12 de outubro de 1710, o governador Francisco de Castro Moraes informa ao rei D. João V, do ataque corsário e dos danos, perdas e vitória da cidade.

Dou conta a Vossa Magestade em como amanhecendo [sic] os 15 de septembro saltarão em hua praya, junto a barra de Guaratiba, catorze legoas desta praça, mais de novecentos franceses, e caminhando pelos montes mais levantados desta capitania aos 12 do dito mês, dia de são Januário, chegarão a esta cidade pelas des, [sic] as onze horas do dia [...].²⁸²

O corsário, que tinha como objetivo tomar a cidade por considerá-la fraca militarmente e ser um valioso botim, é surpreendido, supomos, com a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, que impede sua entrada na Baía de Guanabara. A esquadra de Duclerc dirigiu-se para a região de Guaratiba onde desembarcou parte da tropa, que

²⁷⁹ Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. . *Op. cit.*

²⁸⁰ Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. . *Op. cit.*, p.15.

²⁸¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de janeiro de 1694. – Catálogo Castro e Almeida. Rolo 10, caixa10, documento 1948.

²⁸² Carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro de Moraes, ao rei D. João V – AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc. 97. Torre do Tombo.

rumou em direção à cidade do Rio de Janeiro por terra. Francisco de Castro Moraes, governador da cidade do Rio de Janeiro, tomou providências quanto à defesa da cidade guarnecendo as fortalezas de homens e recursos necessários, convocou os moradores e auxiliares da cidade, examinou os possíveis pontos frágeis e construiu trincheiras. Requisitou também a presença de seu irmão, o Mestre-de-Campo Gregório de Castro Moraes.

A tropa invasora, após o desembarque, encontrou alguma resistência por homens enviados pelo governador. A resistência sendo superada, a tropa francesa prosseguiu sua marcha em direção à cidade, passando pelo Engenho Velho, Catumbi, Mata-Cavalos, Morro do Desterro (Santa Teresa), onde ocorre o primeiro confronto dentro da cidade, próximo à Igreja da Ajuda (onde é combatida pela Fortaleza de São Sebastião), Igreja do Carmo e Largo do Carmo (atual Praça 15 de Novembro). Castro Moraes posicionara suas tropas no Campo de Nossa Senhora do Rosário (como indicado no desenho da Fig.52):

O governador mandou fazer trincheira, que começava no Morro de Nossa Senhora da Conceição e acabava no Morro de Santo Antônio, ficando no meio a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Guarneceu com seis peças de artilharia no flanco direito, e, no esquerdo, por onde o inimigo havia de vir, pôs duas (um pedreiro).²⁸³

O segundo desenho anexo (Fig.53) ao documento apresenta o deslocamento da tropa francesa. O confronto próximo ao Morro do Desterro (Fig.54), a passagem pela Igreja de N. Sra. da Ajuda, a atuação do Castelo da cidade ou Fortaleza de São Sebastião (Fig.55), e as tropas francesas chegando à Igreja de nossa Sra. do Parto onde, segundo Tasso Fragoso, “teve encontro com uma companhia do Capitão Francisco Xavier”²⁸⁴, seguindo em direção ao largo do Carmo. Nos comentários de Guillaume François de Parscau, o já mencionado integrante da esquadra de Duguay-Trouin, este conclui que Duclerc deveria ter atacado o Forte Vermelho (Fortaleza de São Sebastião): “É indiscutível que se ele tivesse atacado em primeiro lugar o forte Vermelho como os negros o tinham aconselhado, teria certamente tomado o lugar e dominado a cidade o suficiente para ditar-lhes as leis que quisesse [...]”.²⁸⁵ Parscau admite a importância da fortificação do Morro do Castelo e sua presença na cidade.

²⁸³ Carta ao Duque de Cadaval – Revista do Instituto Histórico, Tomo 69, 1ª parte. **Apud** FRAGOSO, Augusto Tasso. . *Op. cit.*, p.85.

²⁸⁴ FRAGOSO, Augusto Tasso. . *Op. cit.*, p.83.

²⁸⁵ Guillaume François de Parscau *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p.78.

A rendição de Duclerc torna-se inevitável quando acuado no trapiche da cidade: “[...] foi tão combatido das nossas armas, que em menos de duas horas de combate, obrigou a necessidade ao inimigo a recolher-se em hua caza do Trapiche da rua Direita [...]”.²⁸⁶ Guillaume François de Parscau apresenta como justifica para a derrota de Duclerc o comportamento da tropa que “ávida por iniciar a pilhagem dispersou-se e acabou por ser encurralada em um local do porto”²⁸⁷

O terceiro desenho anexo (Fig.56) apresenta informações relevantes em relação à cidade do Rio de Janeiro, apontando suas principais construções e o final do confronto, com a rendição dos franceses e o incêndio que queimou construções importantes na Rua Direita (Fig.57). O texto do manuscrito anônimo descreve o final do conflito:

Junta a maior parte de inimigo na Rua Direia emuestirão hum palácio outros o trapiche da cidade q tinha e pesas de artelharria e hua e outra ganhou o inimigo com muito trabalho e perda de gente [...], pois ao mesmo tempo pegou fogo em hu barril de poluara no almazem q fica parede meia com palacio e alfândega[...]”²⁸⁸

Francisco Castro Moraes relata a perda de homens, de seu irmão o mestre-de-campo Gregório de Castro de Moraes, do capitão de cavalos Antônio Dutra da Silva e do capitão de Infantaria Duarte Murcott, mas ressalta “fiquey com a glória de q todos os inimigos [sic] em terra ficarão nesta praça, hus mortos, outros prizioneiros”.²⁸⁹ O governador em outra carta ao rei notifica os estragos ocorridos na cidade: “[...] os franceses nesta cidade cõ danno que nesta fiserão queimando [...] a casa da Alfândega e a dos Contos e a em que vivião os governadores [...]”.²⁹⁰

A última parte do manuscrito anônimo da Biblioteca da Ajuda reporta-se a tentativa de forçar a barra por parte da esquadra de Duclerc, ataque que foi repellido pela fortaleza de Santa Cruz:

Em 20 ao Sábado aparecerão 2 nauios do enemigo e a carcasa, ao domingo de tarde se chegarão defronte da fortaleza de S. Crus, e pelas 2 horas depois da meia noite na madugada da segunda feira comesou a carcasa a bombear a fortaleza [...] e a

²⁸⁶ Carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro de Moraes, ao rei D. João V – AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc. 97.

²⁸⁷ Guillaume François de Parscau – *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p.78.

²⁸⁸ Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. . *Op. cit.*, p. 24.

²⁸⁹ Carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro de Moraes, ao rei D. João V – AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc. 97

²⁹⁰ Carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro de Moraes, ao rei D. João V – AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc. 113; cx.9, doc.27

fortaleza lhe atirou com alguãs pesas que lhe chegarão, ao amanhecer parou de bombear e se pos de largo [...]²⁹¹

O provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Luis de Almeida Correã de Albuquerque, em carta destinada a D. João V, descreve o pânico sofrido pela população e a necessidade de convocar os serviços de Santo Antonio e de agraciá-lo com o posto de capitão. O testemunho de Luis de Almeida Correã de Albuquerque reafirma a hipótese de que a sociedade colonial era marcada pelo medo ao estrangeiro e que o empenho na defesa da cidade fazia parte da prática colonial.

Nas vésperas do assalto q os francezes derão a esta cidade se achava todo este Povo em grande confusão [...] **hum Inimigo tão intrépido com q foi nesiesario recorrer tãobem aos Sanctos, naquella ocazião se mandou sentar Praça de capitão tendo a já de Soldado ao patriarca S. Antonio** na sopuzesão que [sic] Vossa Magestade por bem ter hum tal official no manejo de suas armas. [...]²⁹²

Duclerc é preso e no mesmo ano assassinado fornecendo um dos pretextos considerados por Rene Duguay-Troin como justificativa para o ataque à cidade, no ano seguinte.

[...] e em 18 de Março a boca da noite sobirão a caza do ditto Ajudante de Thenente huns embuçados, que as guardas dizem não virão entrar, e só ao sair o soldado que estava de sentinella se pegara com hum delles gritando, acudira o furriel mor e os soldados, [...] os criados do Duclerc, e os do Ajudante de Thenente, que estavam em caza gritarão que lhe matarão ao dito Duclerc [...]²⁹³

Destacaram-se na luta contra os franceses, a Companhia de Infantaria de Ordenança composta por estudantes do Pátio do Colégio dos Jesuítas comandada pelo Capitão Bento do Amaral, que atuou dentro e fora da cidade e do Frei Francisco de Menezes, também citado na carta de Francisco de Moraes, assim como os moradores seguidos de seus escravos armados de pedra e paus.

Tasso Fragoso analisa os possíveis motivos do fracasso do corsário Duclerc e observa que o mesmo não julgou “apercebido de meios suficientes. Seus cinco navios de guerra montavam artilharia, mas ele não os reputou capazes de lutar com bom êxito contra as fortalezas da barra e do interior da baía.”²⁹⁴ O autor conclui que a vitória deu-

²⁹¹ Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. . *Op. cit.*, p. 24.

²⁹² Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro Luis de Almeida Correa de Albuquerque ao rei D. João V. AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc.119.

²⁹³ Consulta do Conselho Ultramarino – Fevereiro de 1712 – AHU – Catálogo Eduardo Castro e Almeida Rolo 16caixa 16 doc. nº 3279.

²⁹⁴ FRAGOSO, Augusto Tasso. . *Op. cit.*, p.113.

se pelo patriotismo dos defensores, principalmente dos estudantes pois o governador venceu ao inimigo pela simples razão deste encurralar-se dentro da cidade.

A invasão de 1710 concretizou-se com a entrada dos franceses e combate no interior da cidade, mas as fortificações não foram vencidas. Guillaume François de Parscau ao analisar a atuação do corsário Duclerc observa que “faltou-lhe todavia, mais tino do que bravura”²⁹⁵.

A atuação de Santa Cruz tanto como arte militar assim como representação do domínio português é sentida quando Duclerc desiste de forçar a barra optando pela incursão por Guaratiba, quando não consegue conquistar o Forte Vermelho (Fortaleza de São Sebastião ou Castelo da cidade), e quando o restante de suas tropas abrigadas na esquadra coloca-se ‘a sombras da Fortaleza de Santa Cruz’. A Fortaleza de Santa Cruz entra em ação, só parando de atirar após ordem do governador.

A leitura que propomos para Jean-François Duclerc, militar formado nas práticas corsárias francesas, é que as fortalezas como arte militar, obstáculo ou cortina (função utilitária – defesa) poderiam ser transpostas, mas suas forças não foram consideradas suficientes para tal empreendimento, logo responderam principalmente a seu caráter dissuasório. As fortalezas da barra apresentaram-se como suficientes em termos de defesa e dissuasão e a da cidade, o castelo, também cumpriu a sua função utilitária. Guillaume Parscau observou que a derrota foi uma conseqüência da falta de tino ou habilidade de comando de Duclerc e de suas tropas perante a cortina que emoldurava a Mui Leal Cidade do Rio de Janeiro, mas observamos que ele também era francês e fez parte da excursão corsária de Duguay-Trouin. Quanto as providências tomadas pelo governador, este colocou em prática um plano de defesa que foi correspondido pelas fortalezas e população (engajamento militar e civil).

Finalmente, os franceses haviam retornado:

Se o direito da primeira posse fosse respeitado, é incontestável que a conquista desta cidade não seria mais do que uma justa represália, pois é inteiramente certo que fomos nós os primeiros possuidores da baía do Rio de Janeiro.²⁹⁶

²⁹⁵ Guillaume François de Parscau – *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. . *Op. cit.*, p.78.

²⁹⁶ Guillaume François de Parscau – *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p.72.

3.3 Os vidros da Baía de Guanabara: a tomada da cidade por René Duguay-Trouin (1711)

René Duguay-Trouin nasceu em Saint-Malot em 1673, iniciou suas atividades no mar bem jovem e logo obteve sucesso em suas empreitadas:

[...] porque em 1689, não tendo mais que quinze anos, começou a servir como voluntário num corsário de dezoito canhões e deu as primeiras provas de seu valor na apreensão de um vaso flamengo de idêntica envergadura [...]. Suas campanhas de 1691, 1693 e 1694 se assinalaram por um ataque ao estuário de Limerick onde tomou um brulote e três outras embarcações, e açambarcou dois vasos ingleses que escoltavam uma frota, e se apoderou de um de quatro vasos holandeses que atacou com uma de nossas fragatas, cujo comando lhe confiamos.²⁹⁷

Em 1706, foi promovido a capitão de navio e recebeu a Cruz de São Luis, três anos depois recebeu título de nobreza alcançando em 1728 o posto de tenente-general e o comando da Marinha em Brest. No seu diário Duguay-Trouin aponta que já estava planejando sua expedição ao Rio de Janeiro quando soube do fracasso de Duclerc:

Foi durante esta viagem que comecei a elaborar um plano relativo à província do Rio de Janeiro, uma das mais ricas e poderosas do Brasil. O Sr. Du Clerc, capitão de vaso, já tentara esta expedição com cinco vasos do Rei e cerca de 1000 soldados de tropas da marinha; essas forças, porém, estiveram mui longe de ser suficiente para a execução de tal projeto, e ele foi feito prisioneiro com seis ou sete homens, enquanto o restante foi morto no assalto à cidade e às fortalezas do Rio de Janeiro.²⁹⁸

Louis de Chancel de Lagrange, em seu relato que descreve a expedição e tomada da cidade, comenta os objetivos de seu comandante, Duguay-Trouin, colocando em evidência os propósitos corsários da expedição e a negação do domínio português na América. O desagravo pelo assassinato de Duclerc não foi a prioridade da excursão:

[...] o Sr. Duguay-Trouin expôs seu propósito de ir ao Brasil, no intuito de atacar a baía de Todos os Santos, capital daquele país, uma das mais ricas do mundo, **supondo lá se encontrasse fundeada, ainda, a frota que destinava a Lisboa, [...] Mas, caso já houvesse ela partido, se dirigiria ao Rio de Janeiro, outra cidade brasileira assaz opulenta,** onde, no ano transato, o Sr. Duclerc, fora desbaratado [...] Logo prelibaram alegremente os oficiais, seus anseios de desforra, futura glória e lucro pecuniário a desfrutarem [...].²⁹⁹

²⁹⁷ Cartas de nobreza do Sr. De La Barbinais e do Sr. Du Guay. Versalhes, Junho de 1709 . Assinada por Luis XIV. *Apud* DUGUAY-TROUIN, René. **O Corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2002. p 176

²⁹⁸ DUGUAY-TROUIN, René. *Op. cit.*, p.133.

²⁹⁹ LAGRANGE, Louis Chancel de. . *Op. cit.*, p.52.

René Duguay-Trouin recorreu para o financiamento da sua expedição a “três amigos” (De Coulange, De Beauvais e De la Sandre-le-Fer), e a três ricos negociantes de Saint-Malo. De Coulange, mordomo do rei, conseguiu através de influências aprovação real ao projeto (navios e tropas).

[...] dirigi-me a **três de meus melhores amigos**, que sempre me tinham ajudado com seu bolso e crédito nas várias expedições que eu empreendera. Tratava-se do Sr. De Coulange, atualmente mordomo ordinário do Rei e controlador-geral da casa de Sua Majestade, do Sr. De Beauvais e do Sr. De La Sandre-le-Fer, de Saint-Malo, os três estimadíssimos e donos de excelente crédito.[...] **Mas a importância e extensão da expedição exigiam fundos mui consideráveis, e fomos obrigados a confiá-la a três outros ricos negociantes de Saint-Malo**, o Sr. De Belle-Isle-Pepin, o Sr. De l’Espine-d’Anican e o Sr. De Chapdelaine [...].³⁰⁰

A esquadra francesa formada por dezoito ou dezessete embarcações fortemente artilhadas entrou na Baía de Guanabara a 12 de setembro de 1711, que estava encoberta por intenso nevoeiro (Fig.58). A divergência quanto ao número total de embarcações pode ser do acréscimo ou não do apresamento de um navio inglês durante a viagem. “A 2 de julho, entramos juntos com os demais navios – que haviam, aliás, efetuado de passagem a captura de uma embarcação armada inglesa – na baía de São Vicente, onde encontramos muito mar e ventos frescos.”³⁰¹

O governador da cidade havia sido avisado pela metrópole através do palhabote³⁰² inglês enviado pela rainha Anne da Inglaterra que chegara a cidade em 25 ou 28 de agosto de 1711. Em documento intitulado *Notisias sertas do q. susederão em este Rio de Janeiro*³⁰³, o autor refere-se ao aviso trazido pela embarcação inglesa. “Em princípio de Outubro [emendado Agosto] de 171, [...] emtou hum pacalote em o ultimo do dito mês aonde trouche cartas de El Rey para o governador em que dava parte de que vinhão para esta Prasa 12 naus francezas com 6 barcasas”.³⁰⁴ Lagrange comenta o aviso da invasão em seu relato, “ainda encontramos fundeado o barco inglês que lhes trouxera a última advertência”;³⁰⁵ o mesmo acontecendo no diário de Duguay-Trouin:

³⁰⁰ DUGUAY-TROUIN, Rene. *Op. cit.*, p.136.

³⁰¹ LAGRANGE, Louis denChancel de. *Op. cit.*, p.50.

³⁰² Palhabote – de pilot-boat, barco de praticagem, iate cruzando uma verga no mastro de proa. BARROSO, Gustavo. . *Op. cit.*, p.195.

³⁰³ Notisias sertas do q. susederão em este Rio de Janeiro – Pasta 52 – X – 2 – doc nº 63. Biblioteca da Ajuda. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. . *Op. cit.*, p.37.

³⁰⁴ Notisias sertas do q. susederão em este Rio de Janeiro – Pasta 52 – X – 2 – doc nº 63. Biblioteca da Ajuda. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*, p.37.

³⁰⁵ LAGRANGE, Louis de Chancel de. . *Op. cit.*, p55.

[...] fui informado de que Ana, Rainha de Inglaterra, fizera partir um pacote para avisar ao Rei de Portugal de minha armada. Na falta de um vaso pronto para levar a notícia ao Brasil, o Rei despachara o mesmo pacote para o Rio de Janeiro, e este, favorecido pelo acaso, chegara ao destino quinze dias antes de mim.³⁰⁶

O governador Castro Moraes iniciou um plano de defesa para a cidade, mas acaba por modificá-lo, pois esperava a chegada francesa para os primeiros dias do mês de setembro. O governador reforçou as defesas da cidade, mas a fácil entrada dos franceses pela barra e o forte ataque após o desembarque das tropas leva o pânico à população que acaba a contagiar as tropas de defesa da cidade:

Eu, como o trabalho era muito e a gente pouca, mandei vir algumas das fortalezas, e alguns artilheiros, a fim de conduzir algumas peças para a Fortaleza de São Sebastião, por ser a única defesa desta praça. Em 12 de setembro, apareceu neblina tão fechada que nada se descobria, razão por que não se viram os navios senão depois de já estarem muito perto das fortalezas. Quando elas os perceberam, fizeram sinal; algumas pessoas delas se embarcaram, porém, a maré foi contra nós. Logo que foram vistos das fortalezas, não pelejaram com elas meia hora. Em menos de duas horas tinham entrado na barra 18 navios franceses, coisa incrível para quem conhece a barra do Rio de Janeiro.³⁰⁷

O corsário Duguay-Trouin em seu diário de bordo afirma que no dia 14 de setembro todas as suas tropas formadas por 2200 soldados e 780 marujos, armados e bem treinados, incluindo oficiais, guardas-marinhas e voluntários (totalizando 3300 homens), estavam desembarcados. No dia 19 de setembro enviou uma carta ao governador ameaçando-o, este responde que está pronto a defender a cidade até a última gota de sangue.

A tabela comparativa de armamento, combatentes e embarcações artilhadas permite demonstrar o poderio da esquadra francesa (Tab. 3). O corsário francês possuía um número aproximadamente quatro vezes maior que o português em peças de artilharia, três vezes o número de embarcações (considerando os navios mercantes ingleses). O número de soldados mesmo sendo similar ao português contava com o apoio da tropa embarcada – ataque por naus artilhadas (as embarcações artilhadas são consideradas na arte militar fortalezas móveis, a esquadra francesa contava com 17 ou 18 embarcações e 15, pelo menos eram artilhadas). Ao considerarmos as naus artilhadas

³⁰⁶ DUGUAY-TOUIN René. *Op. cit.*, p.143.

³⁰⁷ Relação da infeliz desgraça que sucedeu na cidade do Rio de Janeiro com a guerra, que segunda vez lhe foram fazer os franceses em setembro de 1711. Carta escrita pelo governador Castro Moraes ao governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada.- Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. **Apud** FRAGOSO, Augusto Tasso. . *Op. cit.*, p.136-137.

como fortalezas móveis outra comparação se faz necessária, este era aproximadamente o número de fortificações existentes na Baía de Guanabara.

Jonas Finck³⁰⁸ em carta endereçada ao capelão do Rei Frederico VI, além de comentar o aviso recebido pela cidade da vinda da esquadra francesa, relata que havia na cidade “tropa armada por mais de mil soldados, além de 2 mil marinheiros, 4 mil cidadãos e 8 mil negros perfazendo um total de 15 mil homens.”³⁰⁹

	Força Naval	Nº de homens	Peças de artilharia	
Duguay-Troin (Diário de Bordo)	17 ou 18 (15 embarcações de guerra)	2200 a 2394 * 5 251 homens	732 peças	* Soma efetuada c/ o nº de soldados por embarcação (combatentes)
Louis Lagrange (Relato)	15+02 transportes armados / morteiros	3000** 5500 homens	688 peças (enumeradas por embarcação)	**combatentes
Cidade do Rio de Janeiro	04 do Rei+ 02 embarcações inglesas	2670 ***	164 peças	*** Gilberto Ferrez – Tropa oficial de 2720

Tabela 3: Comparação de tropa e armamento - 1711

No dia 21 de setembro “os regimentos e milícias que defendiam o espaço urbano e seus moradores começaram a desertar”.³¹⁰ Duguay-Trouin relata que o Sr. De La Salle, ajudante de campo de Duclerc, que era prisioneiro na cidade, apresentou-se comunicando:

[...] tanto a população quanto as milícias, assustadas desde o início com a intensidade de nossa artilharia e sem duvidar da eminência do assalto, tinham sido presas de tamanho pavor, que imediatamente tinham abandonado a cidade numa desordem que a noite e a tempestade havia tornado extrema; e que o terror comunicado às tropas regulares, fez com que estas se deixassem arrebatadas.³¹¹

Louis de Lagrange ao descrever o confronto na cidade fala do fogo constante das fortificações, ou seja, da tentativa de defesa da cidade e do revide das tropas francesas, “lançamos tal profusão de bombas incendiárias sobre a cidade, que se viram monges, sacerdotes, mulheres, crianças e outras bocas inúteis, constrangidas a evacuá-la”³¹². O relato de Lagrange passa pelas diversas tentativas de defesa da cidade

³⁰⁸ Jonas Finck, tipógrafo alemão, que presenciou a invasão francesa de 1711. Finck endereçou uma carta relatando o acontecido, na cidade do Rio de Janeiro, ao capelão do Rei Frederico VI. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel. . *Op. cit.*

³⁰⁹ Jonas Finck. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p.70.

³¹⁰ SOUZA, Laura de Mello. *Op. cit.*, p.55.

³¹¹ DUGUAY-TROUIN, René. *Op. cit.*, p.153.

³¹² LAGRANGE, Louis Chancel de. *Op. cit.*, p.65.

que durou vários dias. Castro Morais acaba por ordenar o abandono das trincheiras, total evacuação da cidade e rendição. No dia 4 de novembro, a cidade foi devolvida aos seus habitantes, pois, o resgate havia sido plenamente pago. Os franceses retiraram-se efetivamente da cidade, em 13 de novembro de 1711.

Após a retirada dos franceses a Coroa portuguesa cobrou de seus representantes os motivos que levaram à queda e tomada da cidade pelos franceses. O governador Castro Morais em carta ao governador do Brasil defende-se dizendo que havia sido abandonado. Suas desculpas não foram aceitas sendo condenado a “pena de degredo por toda a vida para o Estado da Índia, não por traidor, mas por falta de ânimo e de discernimento”.³¹³ Segundo a pesquisa de historiador Alberto Lamago, Castro Morais procura justificar-se em carta, ao governador do Brasil D. Lourenço de Almada e teve sua inocência reconhecida em 1730 sendo absolvido das culpas pela queda da cidade:

Também dey conta a Vossa Senhoria do meu infelix seucesso, perda desta cidade, e resgate que faríamos della, e que os franceses este uão em vésperas de se virem; e sairão pela Barra fora sexta feira, que se contarão 13 do corrente. [...] E sem embargo de que todos, posse desculparem, me carreguem a mim, e eu não negue ter muita culpa, seguro a Vossa Senhoria, não tenho tanta quanta me querem por; e que espero em Deuz há de mostrar a verdade. [...] sem que os meus rogos os obrigassem a obedecerme, que se o ficassem, nom haueão a perda, que houve, nem nos serão necessário resgatar a cidade por dinheiro o que se fes, por que todos nos desampararão.³¹⁴

A análise dos relatos de Duguay- Trouin, de Guillaume François de Parscau e de Louis de Chancel de Lagrange evidenciam o caráter corsário do empreendimento francês. A esquadra organizada com meses de antecedência era provida de tropa qualificada, artilharia adequada, e possuía prévio conhecimento das fortificações e características físicas da Baía de Guanabara.

As fortalezas da Baía de Guanabara constituíram uma muralha apreciada e estudada, como tal, pelo olhar estrangeiro. O esboço realizado pelo oficial Louis de Chancel de Lagrange (Fig. 61) é reconhecido como minucioso quando apresenta além da demarcação das fortificações, a preocupação em caracterizar a forma que apresentam - São João, ilha das Cobras, São Sebastião e Santiago – Villegaignon é apenas localizada (explodiu durante o ataque francês). A Fortaleza de Santa Cruz é esboçada

³¹³ FRAGOSO, Augusto Tasso. *Op. cit.*, p.253.

³¹⁴ Cópia da Carta do Governador do Rio de Janeiro Francisco de Castro a D. Lourenço de Almada, em 15 de novembro de 1711. Arquivo Nacional.

com riqueza de detalhes. A cortina defensiva da cidade é construída através de suas fortificações mais importantes e a cidade é apresentada com suas principais edificações, entre elas o Aqueduto da Carioca, próximo à Lagoa do Boqueirão. O esboço rasga a cortina que emoldurava a cidade, ofertando a paisagem por tantos anos escondida aos olhos franceses. (Fig. 61).

Duguay-Trouin, nas palavras de Lucien Provençal, “desde 1689, participava de todas as batalhas navais e, desde 1706, interessava-se pela escolta lucrativa dos duzentos navios que anualmente o Brasil enviava para Lisboa. Esteve perto do êxito em 1706, falhou em 1707 e 1708”³¹⁵, e tomou a jóia da Coroa portuguesa no ano de 1711.

Nos limites deste trabalho procuramos analisador três momentos em que a cortina de taipa, pedra e cal da Baía de Guanabara foi apreciada. No final do século XVII, o olhar de Francis Froger, um engenheiro militar francês, que aprecia as fortificações da Baía de Guanabara com o olhar crítico de um técnico, mas em condições de submissão às mesmas, devido às necessidades da esquadra de M. de Gennes e em momento de paz.

O cenário conflituoso da Guerra de Sucessão Espanhola abarca as duas invasões à cidade, em 1710 e 1711. Jean François Duclerc fez a opção de não penetrar na baía, ou seja, o de não enfrentamento com a cortina de fortificações. O corsário decide pelo desembarque em Guaratiba e ataque por terra. A derrota das tropas francesas em terra é seguida da tentativa da esquadra de romper a barra sem o seu comandante. A tentativa é frustrada pela atuação da Fortaleza de Santa Cruz. A expedição de René Duguay-Trouin, em 1711, era armada com superioridade e sua tropa qualificada e treinada. No entanto, como militar experiente, utilizou-se de dois princípios fundamentais da arte da guerra: surpresa e massa. Mesmo sendo esperado, aproveitou-se de um nevoeiro, surpreendendo o inimigo com o poderio de sua esquadra. O conhecimento prévio das condições de navegação na Baía de Guanabara permitiu, depois das fracassadas tentativas portuguesas de barrar a esquadra e com a explosão da fortificação na Ilha de Villegaignon, o desembarque das tropas e a fixação de artilharia em terra (Mapa de Louis de Chancel de Lagrange – Letra H – Fig. 61). Após o desembarque, a cidade foi bombardeada por terra e ‘mar’, o que permitiu o avanço das tropas francesas e provocou o pânico na população.

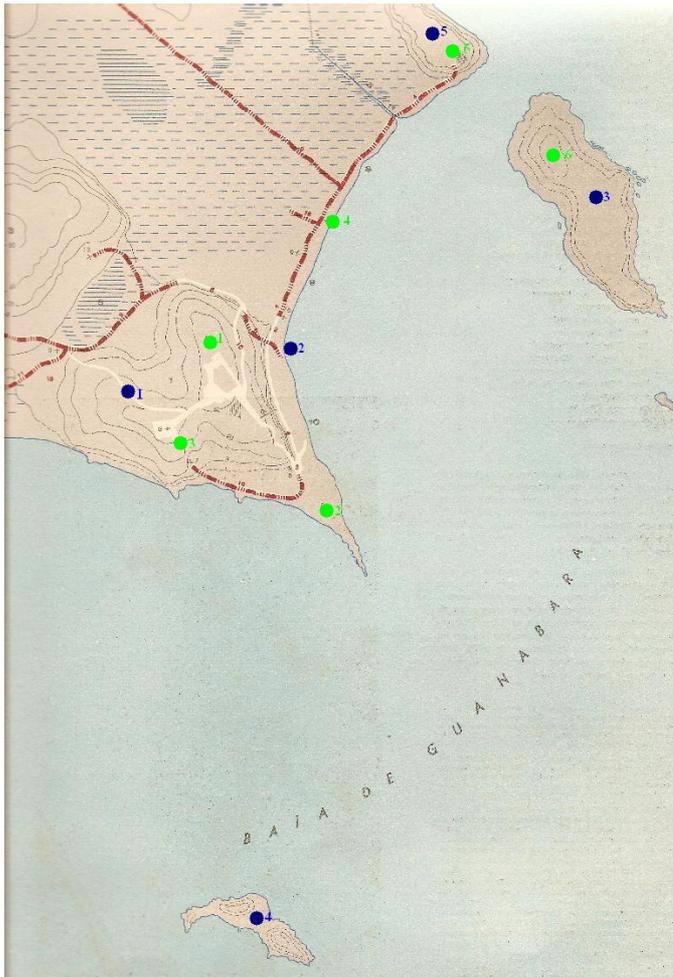
³¹⁵ PROVENÇAL, Lucien. **Os navegantes franceses na costa brasileira**. In: MARIZ, Vasco (org). *Op. cit.*, p.33.

A tomada das fortalezas constituiu a verdadeira tomada da cidade e derrotá-las significou a vitória sobre o domínio português, tantas vezes tentado no passado. “Em seguida, à frente dos granadeiros, entrei na praça e me apoderei **de todos os fortes** e dos postos merecedores de atenção”.³¹⁶

³¹⁶ DUGUAY-TROUN, René. *Op. cit.*, p.153.

Anexo C

Figuras do Capítulo 3



- 1 Morro do Descanso, São Januário ou Castelo
- 2 Praia da Piaçaba
- 3 Ilha das Cobras
- 4 Ilha de Villegaignon
- 5 Morro de Manuel Brito posteriormente de São Bento

- 1 Fortaleza de São Sebastião
- 2 Forte ou Bateria de Santiago
- 3 Sé – Igreja de São Sebastião e Reduto da Sé
- 4 Fortim de Santa Cruz
- 5 Mosteiro e Reduto de São Bento
- 6 Fortim de Santa Margarida

Figura 43: Mapa da cidade século XVII (Fundamentado em desenho de Eduardo Canabrava)

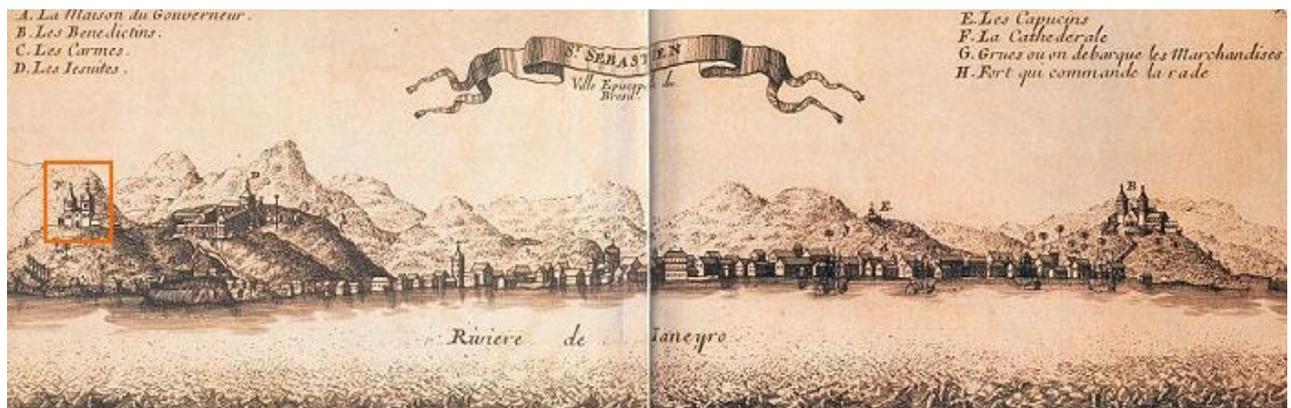


Figura 44: Primeira vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, buril (11,0X 35,3 cm). Edição de Paris, 1698, 1699 e 1700.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 162-

163.



Figura 15: François Froger. Carta da Baía de Guanabara (cidade do Rio de Janeiro). Editada em Amsterdam no ano de 1699.

<http://www.obrasraras.usp.br/>

Acesso: junho/2008



Figura 46: Francisco Coreal. Carta da Baía de Guanabara (cidade do Rio de Janeiro). Editada em Amsterdam no ano de 1722.

<http://international.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=rbfr&fileName=0078/rbfr0078.db&recNum=201&itemLink=r72666444ntld1%2Fascfrbib%3A@field%28NUMBER%2B@od1%28rbfr%2B0078%29%29>

Acesso:23/abril/2009

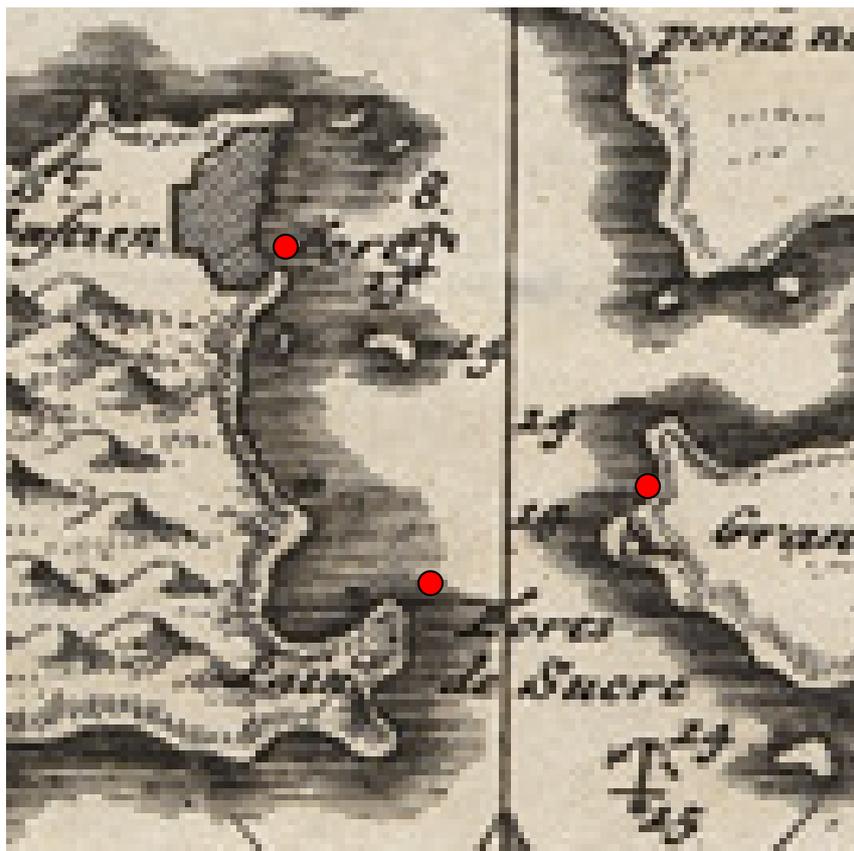


Figura47: Detalhe da carta de Froger (Fortes e Pão de Açúcar)

<http://www.obrasraras.usp.br/>

Acesso: junho/2008



Figura 48: Detalhe (Observação sobre o Pão de Açúcar)

<http://www.obrasraras.usp.br/>

Acesso: junho/2008



Figura 49: Gravura de François Froger da Cidade do Rio de Janeiro. Editada em Amsterdam no ano de 1699.

<http://www.obrasraras.usp.br/>
Acesso: junho/2008

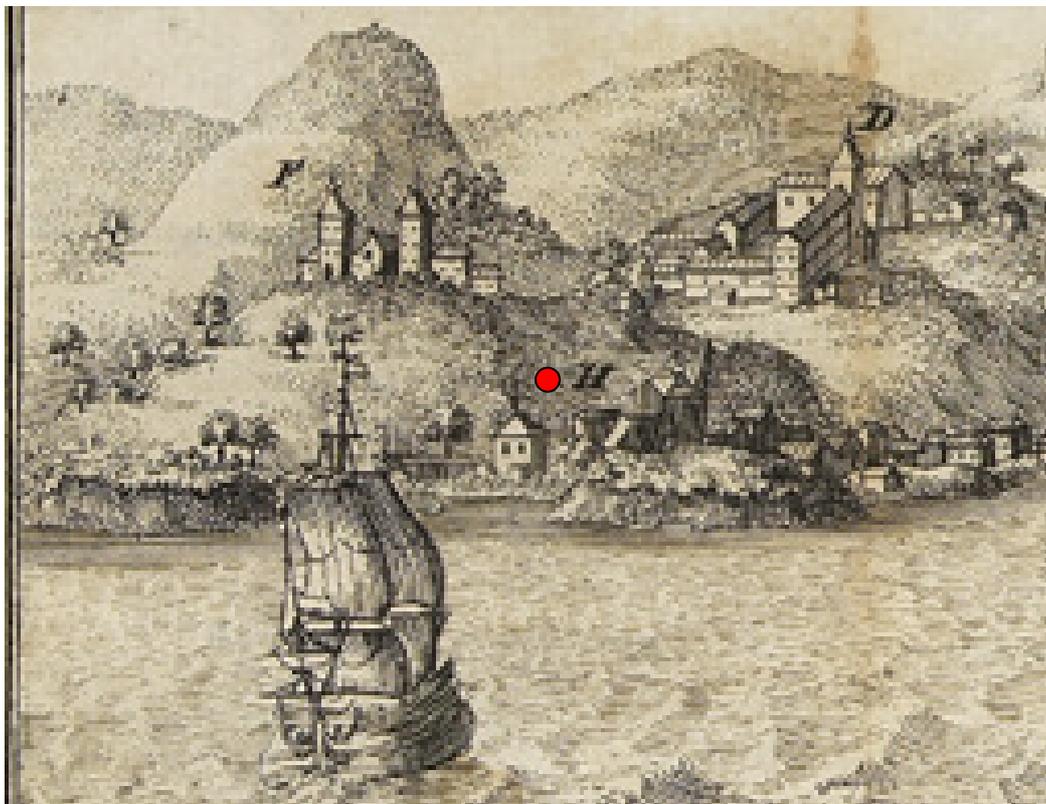


Figura 50: Detalhe da vista panorâmica de Froger. A letra 'H' localiza o Forte de Santiago na Ponta da Piaçaba.

<http://www.obrasraras.usp.br/>
Acesso: junho/2008



Figura 51: Gravura da vista panorâmica de Francisco Coreal. Publicada em Amsterdam, em 1722.

<http://international.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=rbfr&fileName=0078/rbfr0078.db&recNum=203&itemLink=r72666444ntldl%2Fascfrbib%3A@field%28NUMBER%2B@od1%28rbfr%2B0078%29%29>

Acesso:23/abril/2009

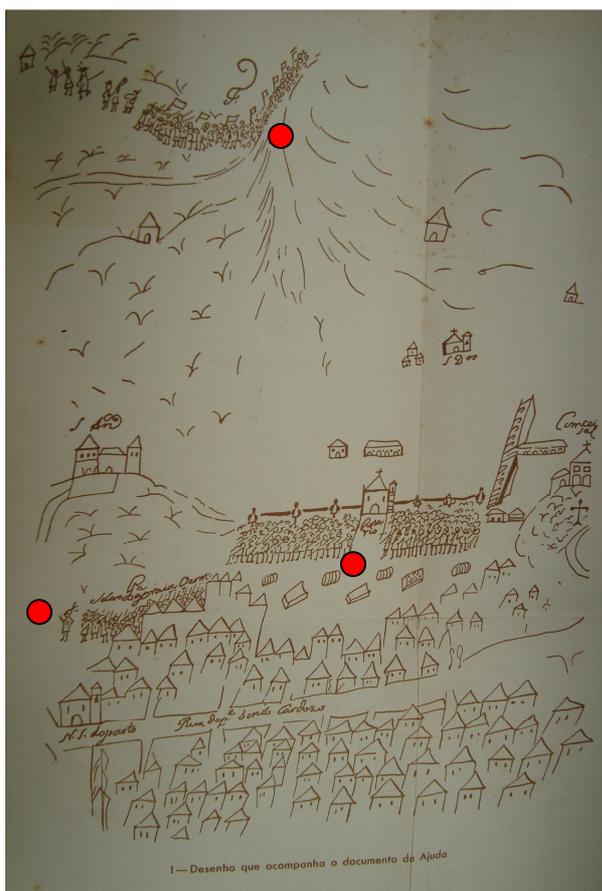


Figura 52: Desenho que acompanha o documento da Biblioteca da Ajuda. Desenho 01

● Deslocamento da tropa francesa, tropas do governador na Campo do Rosário e Tropa portuguesa deslocando-se para a praia Vermelha.

Apud BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

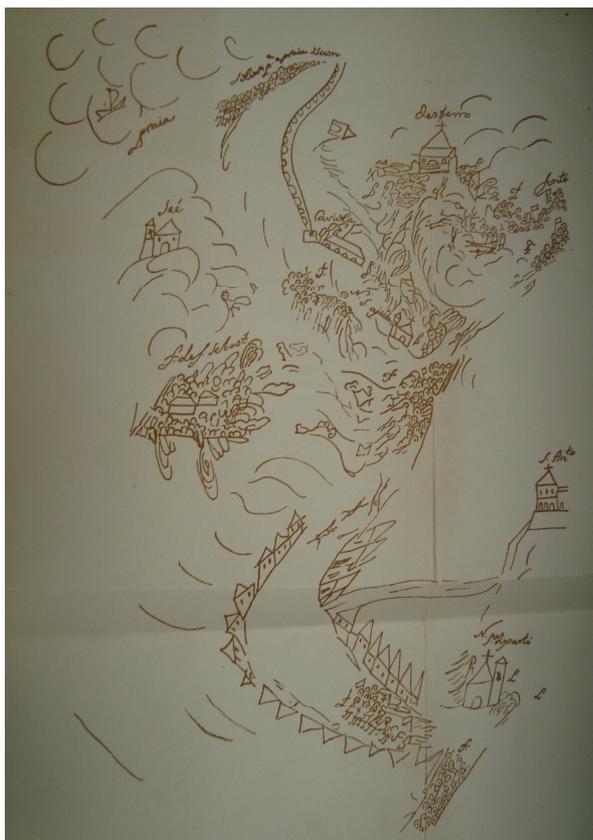


Figura 53: Desenho que acompanha o documento da Biblioteca da Ajuda. Desenho 02.
Apud BRAZÃO, Eduardo. Op. cit.

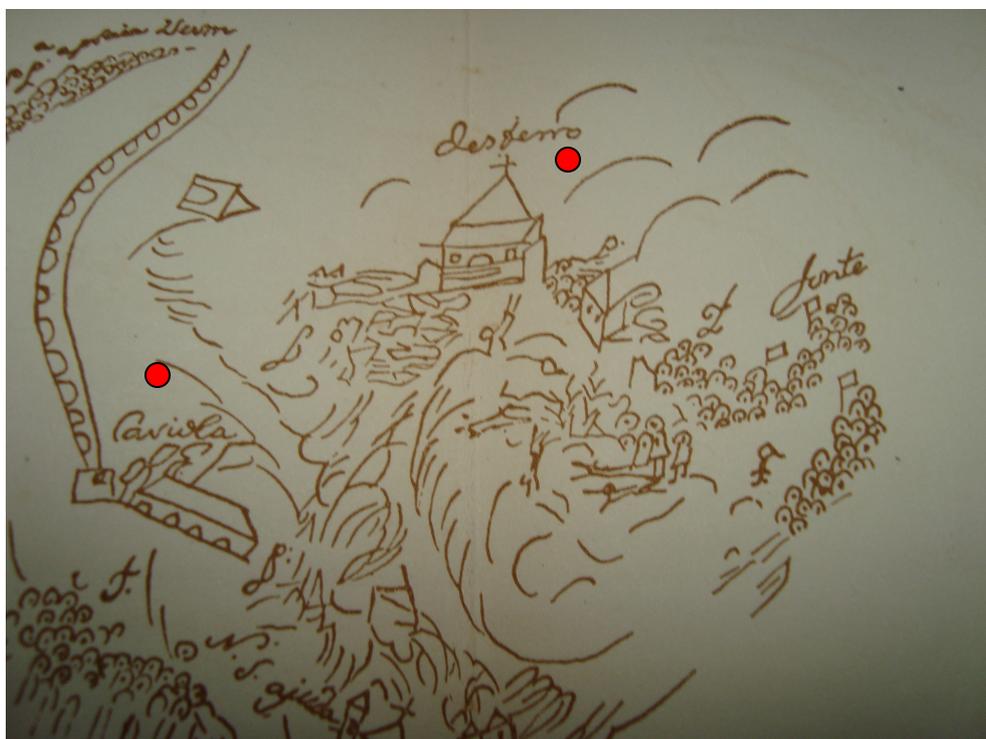


Figura 54: Detalhe do desenho 02 que acompanha o documento da Biblioteca da Ajuda. Primeiro confronto das tropas francesas e portuguesas no interior da cidade, próximo ao Morro do Desterro (Santa Teresa), Observa-se a representação do aqueduto da Carioca.
Apud BRAZÃO, Eduardo. Op. cit.



Figura 55: Detalhe do desenho 02 que acompanha o documento da Biblioteca da Ajuda. Atuação da Fortaleza de São Sebastião, no Morro do Castelo.
Apud BRAZÃO, Eduardo. Op. cit.



Figura 56: Desenho que acompanha o documento da Biblioteca da Ajuda. Desenho 03.
Apud BRAZÃO, Eduardo. Op. cit.

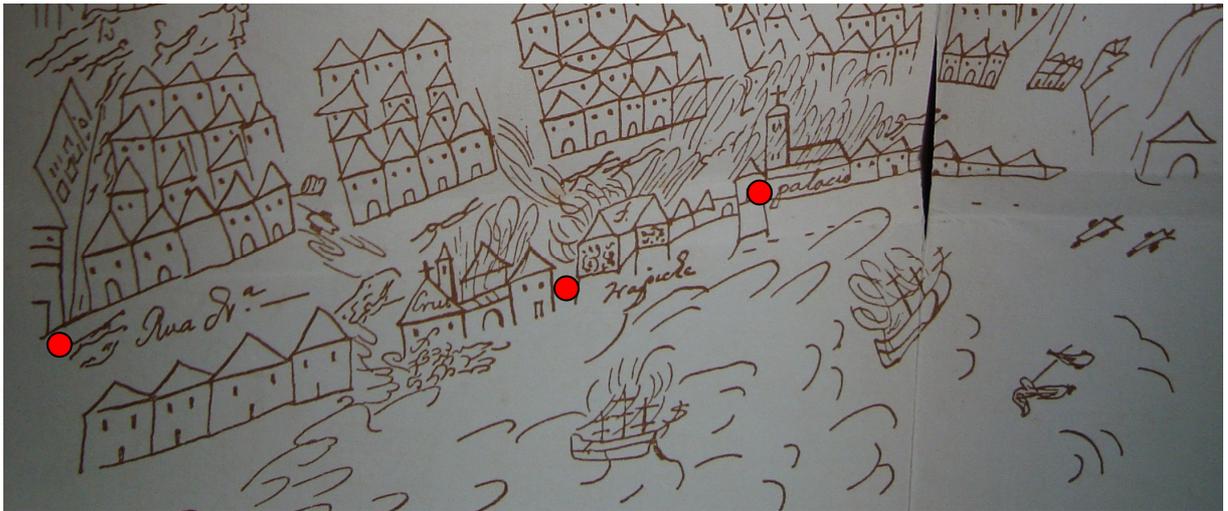


Figura 57: Detalhe do desenho 03 que acompanha o documento da Biblioteca da Ajuda.
 ● A Rua Direita local de rendição dos franceses, o incêndio do palácio e trapiche da cidade.
Apud BRAZÃO, Eduardo. Op. cit.

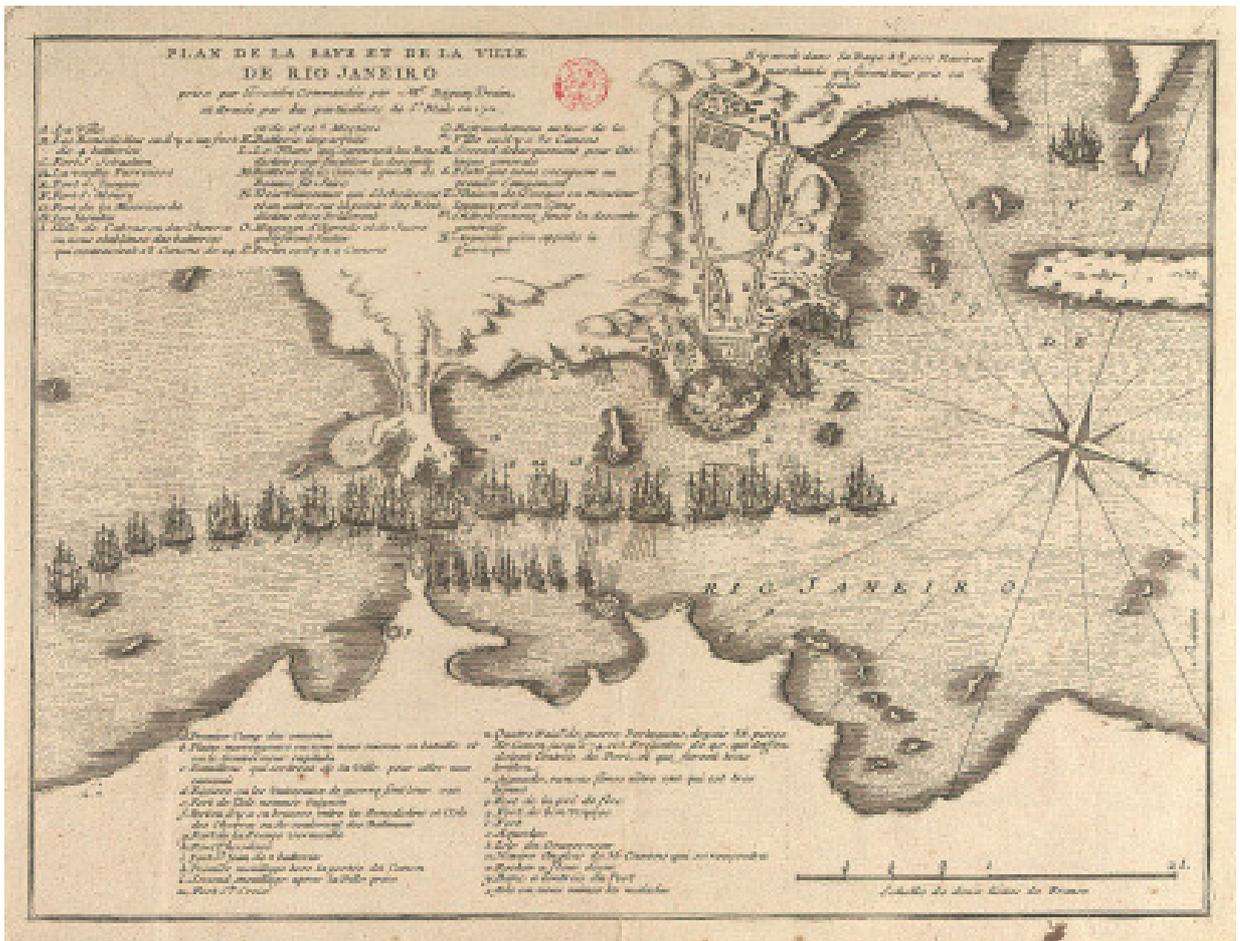


Figura 58: Fig.51: Entrada de Duguay-Trouin ba Baía de Guanabara
Plan de la baye et de la ville de Rio Janeiro prise par l'escadre commandée par Mr. Duguay Trouin, et armée par les particuliers de St. Malo en 1711
 Disponível: <http://purl.pt/889/2/P1.html>
 Acesso: 27/abril/2009

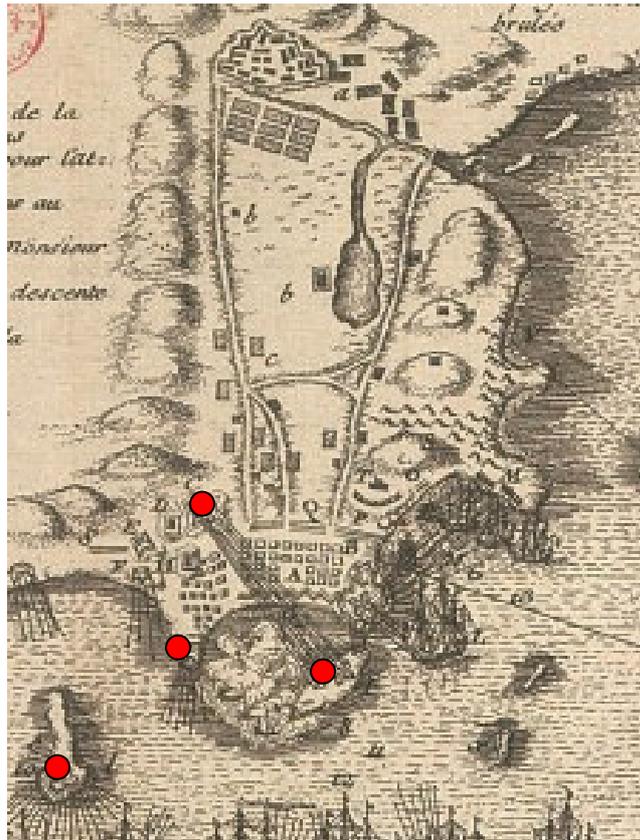


Figura 59: Detalhe -Posicionamento e linha de fogo das principais fortificações da cidade.

Disponível: <http://purl.pt/889/2/P1.html>

Acesso: 27/abril/2009

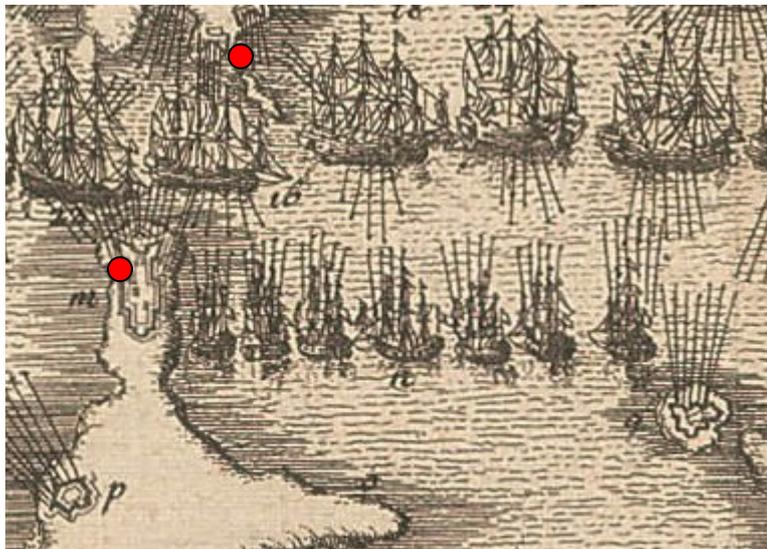


Figura 60: Detalhe – Posicionamento e linha de fogo de Santa Cruz, Baterias da Fortaleza de São João (entrada da barra da Baía de Guanabara)

Disponível: <http://purl.pt/889/2/P1.html>

Acesso: 27/abril/2009

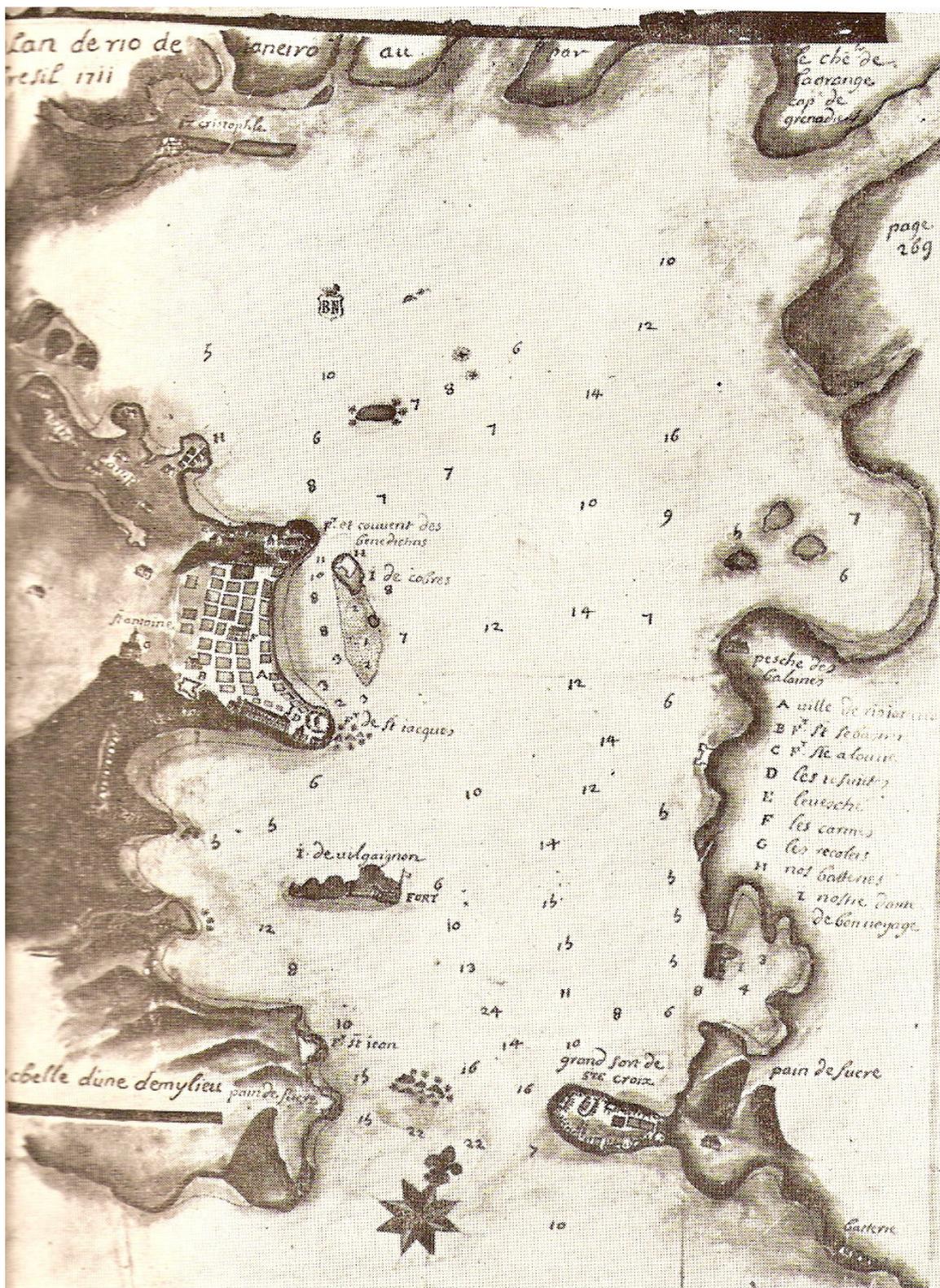


Figura 61: Esboço de um Plano do Rio de Janeiro levantado por Louis de Chancel de Lagrange (1711)

LAGRANGE, Louis Chancel de. A tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin. In: Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Vol. 270. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

Anexo D

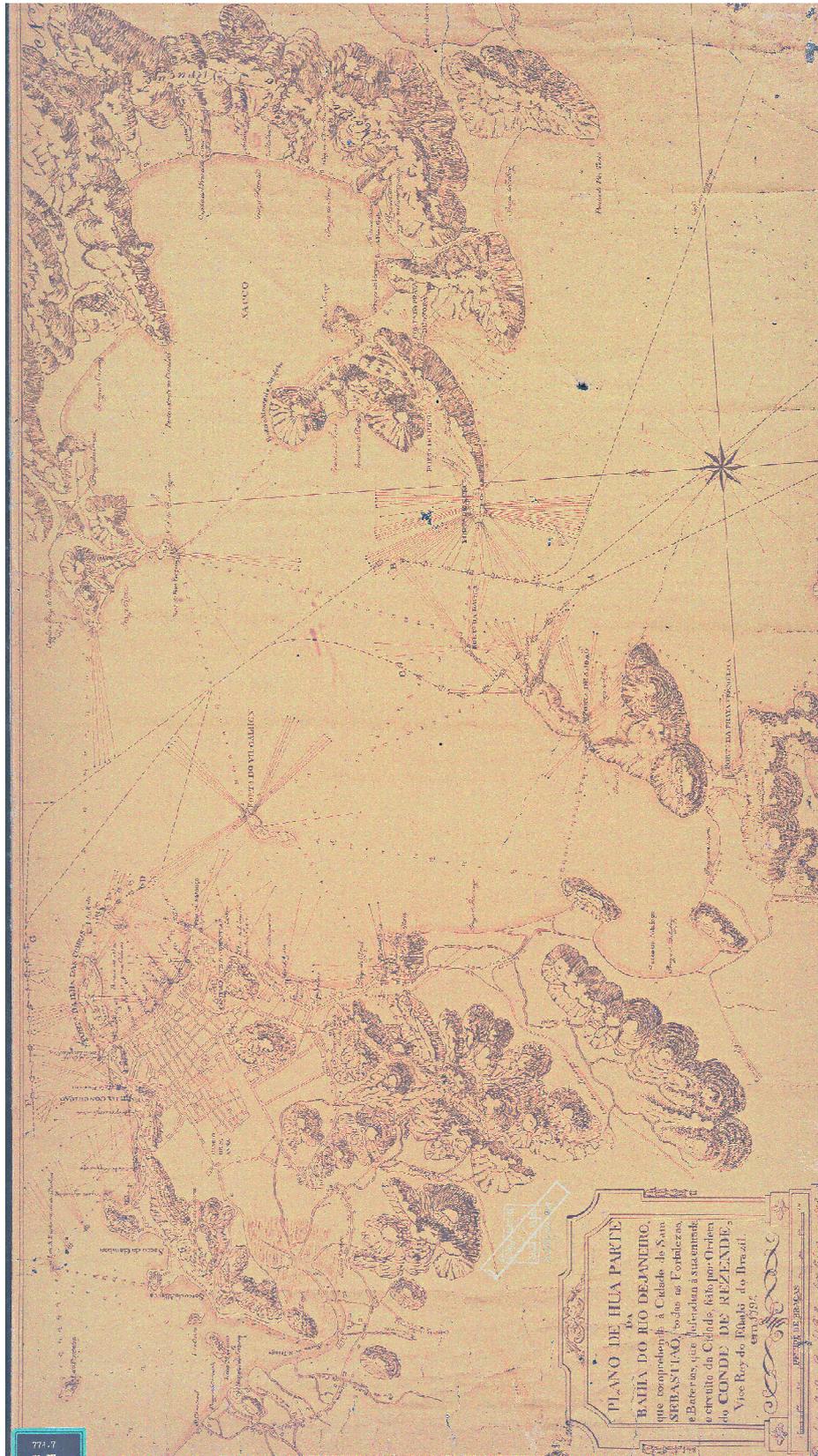


Figura 62: O Plano de hua Parte da Bahia do Rio de Janeiro que comprehende a Cidade Sam Sebastião, todas as Fortalezas e baterias que defendem a sua entrada, e circuito da Cidade feito por Ordem do Conde de Rezende, Vice Rey do Estado do Brazil, em 1794.

Conclusão

O presente trabalho buscou uma reflexão referente às leituras realizadas das fortalezas da Baía de Guanabara, por diferentes olhares. A cortina de taipa, pedra e cal construída para a defesa de uma das mais prósperas jóias da Coroa portuguesa. A hipótese apresentada propôs a leitura das fortalezas além dos limites de sua função utilitária, ou seja, instrumentos de defesa e dissuasão. Portando, centramos a nossa análise na Coroa portuguesa e nos franceses, que contestavam o domínio português na América praticando pirataria e corso.

A Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na passagem do século XVII para o século XVIII, encontrava-se em momento de inflexão no contexto das conquistas portuguesas no ultramar. A região, destacada por sua situação estratégica em relação ao comércio com a região do Rio da Prata, África e Ásia, ascendia como porta de saída de ouro, diamantes e açúcar. No reino, a casa bragantina alcançava sua estabilidade com D. João V, um rei-sol português que, consciente das possibilidades que a cidade proporcionava, procurava firmava-se como monarca poderoso frente aos seus súditos e a outros reinos.

No contexto internacional dois momentos foram vivenciados: a paz, e o conflito quando da disputa pelo trono espanhol, que desencadeou uma guerra com a formação de dois grupos antagônicos liderados por França e Inglaterra. Portugal, após momentos de certa neutralidade, finalmente decidiu-se pela aliança com a Inglaterra. A decisão portuguesa leva a cortina defensiva da cidade do Rio de Janeiro ao ápice de seu questionamento quanto à sua eficiência. A cidade, que fora foco de disputa entre portugueses e franceses desde o século XVI, transforma-se em palco da ação corsária francesa, por duas vezes, no período do governo de Francisco de Castro Morais.

A proposta deste trabalho entende a fortaleza como uma construção que tem como germe os castelos medievais, que segundo George Duby e Jacques Le Goff, são espaço de poder e justiça, na de Amélia Aguiar Andrade, sinal da presença tutelar do monarca e na apreciação de Carlos de Ayala Martínéz, são instrumentos de organização territorial e social. O papel das fortalezas, na construção de uma monarquia plural, mas unitária, como no caso português, em que a expansão territorial associa-se à construção do poder real, ultrapassa em muito os poderes de defesa e de dissuasão.

Em Portugal, a figura do rei é construída no processo de reconquista cristã, sendo assim, duas características se fundem: o guerreiro e o legislador. O rei

guerreiro/legislador será, por sua vez, o vetor da urbanização do espaço reconquistado e utiliza-se de dois instrumentos para o fortalecimento de seu poder: o foral e as fortalezas. A associação das cidades portuguesas com suas fortificações orienta para um modelo urbano próprio no qual a carga simbólica da presença real se faz presente – a fortaleza em ponto dominante, *caput* do reino.

As fortalezas que protegiam a Mui leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro faziam parte da paisagem construída no imaginário do Antigo Regime e foram utilizadas como instrumentos políticos de defesa e dissuasão, mas também representaram a presença do monarca português, seu domínio sobre determinada região e conseqüentemente poder, justiça e sentimento de pertença. Mesmo que o rei não estivesse presente materialmente, simbolicamente ele guardava os seus vassallos da cobiça estrangeira e encenava o seu poder.

A cidade fora fundada como cidade real e sua primeira edificação foi uma paliçada na região da Urca, precária fortificação que protegia os vassallos do rei de Portugal dos franceses e seus aliados indígenas. No período compreendido entre a fundação da cidade (1565) e a invasão francesa comandada por Duguay-Trouin (1711), construiu-se na Baía de Guanabara um sistema defensivo apoiado em fortalezas, que extrapolou os limites geográficos da mesma, com o passar dos séculos, constituindo uma praça aberta em linhas sucessivas.

As fortalezas foram tanto o fator de enraizamento do domínio português nas conquistas da América como também produto da construção de um saber tecnológico da metrópole. Este novo saber na arquitetura militar portuguesa, que se alimentara das influências italianas, holandesas e francesas, quando trasladado para a da Baía de Guanabara, foi adaptado, configurando uma arquitetura própria e característica da região, marcada por limitações de várias ordens. A cortina de taipa, pedra e cal que guardava a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro caracterizava um pesado conjunto de fortalezas locadas em promontórios rochosos e pontos elevados ou dominantes, na região urbana, como o Morro do Castelo e Conceição. A paisagem era marcada por um conjunto de fortificações que remetiam seus observadores às fortificações verticais da neurobalística fortemente entrelaçadas à figura do monarca, presença na ausência viva.

À cortina de fortalezas somavam-se fortificações de tipologia diversa como fortes, fortins, redutos, muros e trincheiras que emolduravam uma natureza exuberante, onde brilhavam as fortalezas da jóia da coroa, descrita em muitos relatos desde o século XVI e fonte de conflito constante entre portugueses e franceses. Os franceses

contestaram o domínio português na região da Baía de Guanabara antes e depois do fracasso da França Antártica. Após a incursão corsária de Duguay-Trouin, a esquadra de M. le Comte d' Ache, composta de doze naus de guerra, aportou na Baía de Guanabara, no ano de 1757, mas desta vez o objetivo francês era atacar as posições inglesas no Oriente, ficando sob a vigilância constante das fortalezas da barra, sentinelas da cidade. O pânico novamente instalou-se na população, e o governador autorizou somente a entrada de dois navios na baía.

No reinado de Luis XV, o Conde D'Estaing, que participou da expedição militar de 1757, defendeu a derrubada do Vice-rei do Brasil e a tomada das cidades de Salvador e Rio de Janeiro, objetivando a submissão do território à coroa francesa através da presença de tropas e da organização de comércio colonial. Gilberto Ferrez descreve a frota francesa planejada para a execução de tão grande feito:

[...] 29 navios entre os de linha, fragatas, navios-hospitais e transportes [...] 876 canhões (só o Royal Louis tinha 16 canhões) [...] a tropa de desembarque se comporia de 334 oficiais e 5.481 soldados constituindo 11 companhias de granadeiros reais, uma brigada de artilharia e um destacamento de 150 dragões.³¹⁷

Questionamos, finalmente, se as fortalezas da Baía da Guanabara eram diamantes ou vidros. Após a análise das leituras que propomos, concluímos que, quanto ao desempenho de sua primeira função, impedir a progressão do inimigo permitindo tempo para a organização da defesa, elas eram diamantes. As fortalezas, apesar de não serem semelhantes às construídas na Europa, África e Ásia pelos portugueses, responderam à sua função, quando solicitadas. Duguay-Trouin respeitou a cortina de taipa, pedra e cal quando se preocupou em montar uma esquadra fortemente armada. Apesar de seu poderio bélico não ser grandioso, as fortalezas trabalharam simbolicamente perante inimigos e vassalos portugueses. As fortalezas só foram vencidas quando confrontadas com forças superiores e em momento de surpresa “que graças à espessa cerração reinante, só tardiamente conseguiram os inimigos se aperceber de nossa presença”³¹⁸. A principal característica do diamante é a dureza; frente ao impacto, comportam-se como vidros.

Enfim, os relatos escritos e/ou iconográficos têm como finalidade informar a outros as paisagens desconhecidas, tornando-as presentes, com intenções conhecidas ou

³¹⁷ FERREZ, Gilberto. **Op. Cit.**, p. 87.

³¹⁸ LAGRAGE, Louis de Chancel de. **Op. Cit.**, p. 54.

como incógnitas. O relato é uma descrição de seu olhar, um testemunho de um homem que representa um tempo e lugar. As fortalezas formaram uma cortina que emoldurava a cidade. As leituras efetuadas foram sombreadas de intenções, as fortalezas eram diamantes podendo ser admiradas, cobiçadas, temidas, estilhaçadas e destruídas, dependendo do modo de olhar de seus observadores.

Fontes textuais e iconográficas

Fontes textuais – manuscritas

Alvará régio nomeando Francisco Gonçalves, pedreiro, para mestre das obras da fortificação do Rio de Janeiro. Almeirim, 17 de Novembro de 1571. *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Rio de Janeiro no século XVI**. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, p.88.

Alvará régio nomeando João Gomes, carpinteiro, para as obras da fortificação do Rio de Janeiro, com o ordenado de 36.000 réis por ano. Lisboa, 17 de Novembro de 1571. *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.* p.91.

Carta ao Duque de Cadaval – Revista do Instituto Histórico, Tomo 69, 1ª parte *Apud* FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004, p.85.

Carta de D. João V para o Brigadeiro José da S.o Paes – Lisboa, 15 de fevereiro de 1736. AHU – Catálogo Eduardo Castro e Almeida nº 9729/30. *Apud* FERREZ, Gilberto. **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto (1555-1800)**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha, 1972, p. 221-226

Carta de Duarte Correa Vasquannes – Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1646- AHU – *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op. cit.* p.146.

Carta de Duarte Correa Vasqueanes – Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1647 – AHU – *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op. cit.* p. 152-153.

Carta de Duguay-Trouin a Francisco de Castro Moraes, Governador do Rio de Janeiro, quando da tomada da cidade em setembro de 1711. *Apud* DUGUAY-TROUIN, René. **O Corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2002, p.149.

Carta de Francisco de Castro Moraes - Rio de Janeiro, 26 de abril de 1711. *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p.53.

Carta de Francisco de Castro de Moraes ao rei D. João V – AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc. 97.

Carta de Francisco de Castro de Moraes, ao rei D. João V – AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc. 113; cx.9, doc.27.

Carta de Nicola Barré. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.20.

Cartas de nobreza do Sr. De La Barbinais e do Sr. Du Guay. Versalhes, Junho de 1709. Assinada por Luis XIV. *Apud* DUGUAY-TROUIN, René. *Op. cit.*, p 176.

Carta de Rodrigo de Miranda Henriques – 29 de Julho de 1634 – AHU – *Apud* FERREZ, Gilberto. *Op.cit.*p.122.

Carta de Tomé de Souza ao Rei D. João III, com notícias das vilas e povoações que visitara na costa do Brasil – Salvador, 1 de Junho de 1553 – *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p.26.

Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro Luis de Almeida Correa de Albuquerque ao rei D. João V. AHU – Rio de Janeiro, cx.8, doc.119.

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rey d. Filippe I. Ed. fac-similar da 14º edição, segundo a primeira, de 1603, e a nona de Coimbra, de 1821. Por Candido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.LXXVIII.

Confirmação do Foral de Guimarães por D. Afonso II. *Apud* REIS, Antonio Matos. **O Foral de Guimarães – primeiro foral português – O contributo dos burgueses para a fundação de Portugal.** *In:* Revista de Guimarães, nº 106, 1996, pp 55-77.

Consulta do Conselho Ultramarino - 17 de outubro de 1690 - AHU - Catálogo Eduardo Castro e Almeida – Rolo 09, caixa 9, documento 1777-1778.

Consulta do Conselho Ultramarino - 22 de novembro de 1692 – AHU - Catálogo Castro Almeida. Rolo 09, caixa 10, documento 1811.

Consulta do Conselho Ultramarino - 28 de janeiro de 1694– AHU - Catálogo Castro e Almeida. Rolo 10, caixa10, documento 1548.

Consulta do Conselho Ultramarino - 29 de outubro de 1694 – AHU - Catálogo Castro e Almeida – Rolo 10, caixa 10, documento 1948.

Consulta do Conselho Ultramarino - 18 de junho de 1706 – AHU - Catálogo Castro e Almeida. Rolo 15, caixa 15, documento 2987.

Consulta do Conselho Ultramarino – Fevereiro de 1712 – AHU – doc. nº 3279. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

Cópia da Carta do Governador do Rio de Janeiro Francisco de Castro a D. Lourenço se Almada, em 15 de novembro de 1711. Arquivo Nacional

Diploma de D. Diniz, 1338. *Apud* BARROCA, Mario Jorge. **D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa.** *In:* Revista da Faculdade de Letras. História, sérieII, Tomo XV, 1998, p. 80.

Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, governador do Brasil. Salvador - Setembro/Dezembro de 1570. *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*, p.69.

Foral de Guimarães – século XVI. *Apud* REIS, Antonio Matos. *Op. cit.*, p. 55.

Lei de 5 de Junho de 1595 – determina a compilação das Ordenações Filipinas por El-Rey D. Philippe I. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rey d. Filippe I.** Ed. fac-similar da 14ª edição, segundo a primeira, de 1603, e a nona de Coimbra, de 1821. Por Candido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.LXXVIII.

Notisias sertas do q. susederão em este Rio de Janeiro – Pasta 52 – X – 2 – doc nº 63. Biblioteca da Ajuda. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*, p.37.

Provisão Régia – Lisboa, 26 de agosto de 1635 – AHU – Catálogo Castro e Almeida – Rolo 01, caixa 1, documento 102.

Relação da chegada da armada franceza a este Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1710. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

Relação da infeliz desgraça que sucedeu na cidade do Rio de Janeiro com a guerra, que segunda vez lhe foram fazer os franceses em setembro de 1711. Carta escrita pelo governador Castro Morais ao governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada.- Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. *Apud* FRAGOSO, Augusto Tasso. *Op. cit* p.136-137

Relação que consta de coantas fortalezas tem este porto de Rio de Janeiro e de coanta pessas de artelharia tem cada huã destas montadas e de coantos há para manejar e toda esta maquina de artelharia. AHU – Catálogo Eduardo Castro e Almeida – Caixa 14, documentos 2700-2772.

Rellação de todas as fortificaçoens e reparaçoens necessárias para a conseruação e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de seu Porto, referidas as plantas que vão a parte’. Documento de autoria de João Massé, 01/05/1714. Rolo 16, caixa 16, documento 3323. AHU – Catálogo de Eduardo Castro e Almeida.

Requerimento de João Gonçalves de Azevedo – 1623- AHU – Catálogo Eduardo de Castro e Almeida – Rolo1, caixa 1, documento 9.

Fontes textuais - impressas

ANCHIETA, José. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932, p. 252-253.

DUGUAY-TROUIN, René. **O corsário: uma invasão francesa no rio de Janeiro**. Rio de Janeiro Bom Texto, 2002.

FINCK, Jonas. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: j. Olympio, 1999.

FORTES, Manoel. **O Engenheiro Português**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

FROGER, François. **Relation d'un Voyage fait em 1695, 1696 e 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et Isles Antilles**. *Apud* FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: J. Olympio, 1999.

GROTIUS, Hugo. **Maré Liberu**. *Apud* GESTEIRA, Heloísa Meireles. **Da liberdade dos mares: guerra e comércio na expansão neerlandesa para o Atlântico**. Revista de História 154 (1º - 2006), 221-249.

LAGRANGE, Louis Chancel de. **A Tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1967, p.54.

LERY, Jean. **Viagem a terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961, p. 96.

PARSCAU, Gillaumme François de. **Journal Historique ou Relation de CE qui s'est passe de plus mémorable dans La campagne de Rio de Janeiro par l'escadre Du Roi commandés par M. Duguay-Trouin em 1711**. In **actes du Cinquantenaire de La création em Bretagne de l'enseignement du Portugais**. Paris: Presses du Palais Royal, 1977. *Apud* FRANÇA , Jean Marcel Carvalho. *Op.cit.*, p. 70-137.

PIMENTEL, Luís Serrão. **Método Lusitânico de desenhar fortificações das praças regulares e irregulares**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, Cap. VII, (Fac-símile).

RUITERS, Dierick. **Tocha da Navegação**. *Apud*. FRANÇA, Jean Macel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de textos (15821808)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000. p. 37.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975.

Fontes Cartográficas e Iconográficas

Carta da Baía de Guanabara (cidade do Rio de Janeiro) de François Froger.

Editada em Amsterdam no ano de 1699. Seção de obras raras da USP, São Paulo.

Disponível: <http://www.obrasraras.usp.br/>

Acesso: junho/2008

Carta da Baía de Guanabara (cidade do Rio de Janeiro) de Francisco Coreal.

Editada em Amsterdam no ano de 1722. Library of Congress, EUA.

Disponível: [http://international.loc.gov/cgi-](http://international.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=rbfr&fileName=0078//rbfr0078.db&recNum=201&itemLink=r72666444ntldl%2Fascfrbib%3A@field%28NUMBER%2B@od1%28rbfr%2B0078%29%29)

[bin/ampage?collId=rbfr&fileName=0078//rbfr0078.db&recNum=201&itemLink=r72666444ntldl%2Fascfrbib%3A@field%28NUMBER%2B@od1%28rbfr%2B0078%29%29](http://international.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=rbfr&fileName=0078//rbfr0078.db&recNum=201&itemLink=r72666444ntldl%2Fascfrbib%3A@field%28NUMBER%2B@od1%28rbfr%2B0078%29%29)

Acesso: 23/abril/2009

Carta da entrada de Duguay-Trouin na Baía de Guanabara.

Plan de la baye de la ville de Rio Janeiro prise par l'escadre commandée par Mr. Duguay Trouin, et armée par les particuliers de St. Malo en 1711 - Biblioteca Nacional de Portugal.

Disponível: <http://purl.pt/889/2/P1.html>

Acesso: 27/abril/2009

Cidades fortificadas de Pietro Cataneo (1554). In: PATETTA, L. Historia de la arquitectura: antologia critica. Madrid: Hermann Blume, 1984, p. 163. *Apud* GONÇALVES, Denise. **Imagens da cidade: conflitos e discontinuidades na representação do espaço urbano.**

Disponível: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212843822_ARQUIVO_textoanpuh2008.pdf

Acesso: fevereiro/2009

Da Gávea à Fortaleza de S. João, in Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, 1640.

João Teixeira (Torre do Tombo – Lisboa – Portugal). Planta da Capitania do Rio de Janeiro, que é a folha N°12 do Atlas manuscrito Estado do Brasil coligido das mais sertãs notícias q pode aiuntar Dõ Ierônimo Ataíde. Por João Teixeira, Albernaz, Cosmógrafo de sua Magde, Anno 1631 (Mapoteca do Itamarati- Rio de Janeiro - Brasil). *Apud* FERREZ,

Gilberto. **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972.

Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache. Torre do Tombo – Portugal. Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia. Moçambique (1635), desenhada por Pedro Barreto de Resende. Biblioteca Pública de Évora – Portugal - Códice CXV / 2-1
Disponível:http://www.evora.net/bpe/Documento_do_mes/outubro/documento_do_mes_outubro.htm

Acesso: maio/2009

Desenho anônimo da Invasão francesa de 1710 – Desenho 01 - Biblioteca da Ajuda – Portugal. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

Desenho anônimo da Invasão francesa de 1710 – Desenho 02 - Biblioteca da Ajuda – Portugal. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

Desenho anônimo da Invasão francesa de 1710 – Desenho 03 – Biblioteca da Ajuda – Portugal. *Apud* BRAZÃO, Eduardo. *Op. cit.*

Gravura da Cidade do Rio de Janeiro de François Froger. Editada em Amsterdam no ano de 1699. Seção de obras raras da USP, São Paulo.

Disponível:<http://www.obrasraras.usp.br/>

Acesso: junho/2008

Gravura da vista panorâmica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de Francisco Coreal. Publicada em Amsterdam, em 1722. Library of Congress, EUA.

Disponível:<http://international.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=rbfr&fileName=0078//rbfr0078.db&recNum=203&itemLink=r72666444ntldl%2Fascfrbib%3A@field%28NUMBER%2B@od1%28rbfr%2B0078%29%29>. Acesso: abril/2009

Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações, 1713. João Massé (Arquivo Ultramarino – Lisboa – Portugal). *Apud* CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

O Plano de hua Parte da Bahia do Rio de Janeiro que comprehende a Cidade Sam Sebastião, todas as Fortalezas e baterias que defendem a sua entrada, e circuito da Cidade feito por Ordem do Conde de Rezende, Vice Rey do Estado do Brazil, em 1794. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Primeira vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, buril (11,0X 35,3 cm). Edição de Paris, 1698, 1699 e 1700. *Apud* REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 162-163.

Tapeçaria de Bayeux.

Disponível : <http://www.ricardocosta.com/textos/bayeux1.htm>

Acesso: 01/07/2008

Bibliografia

- ALARCÃO Jorge de. **Portugal Romano**. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.
- ALVAREZ, Fernando Bouza. . **Portugal no Tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)**. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. **A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação**. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- ARAÚJO, Renata Kautau Malcher de. **Cidades** (comentário).
Disponívelem:<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=704&sid=42>.
- Acesso em: 24/04/2008
- BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e Artíficio: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- BARROCA, Mario Jorge. **A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar do Século XII**. In: *Portugália – Nova Série*, vols XVII-XVIII, 1996/1997.
- _____. **D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa**. In: *Revista da Faculdade de Letras. História, série II*, Tomo XV, 1998.
- _____. **Do castelo de reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.
- _____. **Tempos de resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel (1495-1521)**. In: *Portugalia – Nova Série*, vol.XXIV, 2000.
- _____. **Torres, Casas-torres ou Casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1998.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro : ensaio (1565-1965)**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.
- BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953, vol. I e vol. II.

_____. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

BAXANDRAL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

BEBIANO, Rui. D. João V, Rei-Sol. *In: Revista de História das Idéias*. V.8. Coimbra, 1986.

BLANCO, Laura Maria de Moraes. **A arquitetura militar portuguesa na Baía de Guanabara (1565-1711)** – Monografia de conclusão de lato-senso em História Militar do Brasil, UNIRIO, 2005.

_____. **Vidros ou Diamantes: as fortalezas da Baía de Guanabara (1565-1711)** – Monografia de Graduação em História, UGF, 2006.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro: ensaio (1565-1965)**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

BEBIANO, Rui. D. João V, Rei-Sol. *In: Revista de História das Idéias*. V.8. Coimbra, 1986.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. *In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. Vol. I.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico Sul: Séculos XVII e XVIII**. *In Revista de História Regional*. Vol.3 -nº 2- Inverno 1998.

_____. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A França Antártica, o corso, a conquista e a peçonha luterana**. *História: São Paulo* 27 (1): 2008

Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a04v27n1.pdf>

Acesso: 19/maio/2009

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; SOUZA, Laura de Mello e. **1680-1720: o império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

BRAZÃO, Eduardo. **Relações externas de Portugal : reinado de D. João V.** Porto: Civilização Imp., 1938.

_____. **As expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro (1710-1711).** Coleção pelo Império N° 67. Lisboa: Ed. Ática, 1940.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

CARITA, Rui. . **O Regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João.** Funchal: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

CARVALHO, L. P. Macedo. **Periodização da História Militar.** In: *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.* Ano 59 – n°85- 1999

CASTRO, Adler Homero. **O último argumento dos reis: artilharia e fortificações.** In: *Cadernos do Centro de Memória Fluminense.* Niterói: SACEM, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo; Unesp, 2001.

CLAVAL, PAUL. **A geografia cultural.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750.** São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965

COSTA, Ricardo. **Tapeçaria de Bayeux (c. 1070-1080).**

Disponível : <http://www.ricardocosta.com/textos/bayeux1.htm>

Acesso: 01/07/2008

COUTINHO, Valdemar. **O fim da reconquista a construção/reconstrução de fortificações na região fronteiriça do Algarve.** In: *Revista de Letras.*

Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4040.pdf>

Acesso: 19/05/2009

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII.** Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DORÉ, Andréa Carla. **Império sitiado: as fortalezas portuguesas nas Índias (1498-1622).** Tese de Doutorado - UFF. Niterói, 2002.

DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte a sociedade 980-1420**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

_____ **Castelos: Poder e Soberania**.

Disponível:http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/materia_40.html

Acesso:24/ maio/2008

DUGUAY-TROUIN, René. **O corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro Bom Texto, 2002.

FERREZ, Gilberto. FERREZ, Gilberto. **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972.

_____ **Organização da defesa. Fortificações**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 288. Junho-Setembro-1970.

_____ **Iconografia do Rio de Janeiro “1530-1890”: Catálogo Analítico**. Vol. 1 e 2. Casa Jorge Editores, 2000.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

FRANÇA, Jean Macel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de textos (1582-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.

_____ **Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: j. Olympio, 1999.

FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Vol.1 (1564-1706). Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, s/d.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, s/d.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. **Da liberdade dos mares: guerra e comércio na expansão neerlandesa para o Atlântico**. In: Revista de História 154 (1º - 2006), p.p. 221-249.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna**. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

_____ **O Direito Luso-Brasileiro no Antigo Regime**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. I. A Época Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993.

_____ **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANTOR, ÍRIS. **Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas.** VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.70-80, Jan/Jun 2007.

KING, D. J. Cathcart. **The castle in England and Wales: an interpretative History.** Londres: Routledge, 1991.

KNAUSS, Paulo. **O Brasil, terra de corsários. Du Clerc a Duguay-Trouin. O Conde d’Etaing.** In: MARIZ, Vasco (org). **Brasil-França: Relações históricas no período colonial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006.

____ **O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Comunicação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

LE GOFF, Jacques. **As cidades medievais estão na gênese do Estado Moderno.** In: Revista Vivercidades,2004.

Disponível <http://www.vivercidades.org.br/publique222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=877&sid=19>

Acesso: 31/07/2008

____ **Rei.** In:LE GOFF, Jacques; SCHMIDTT,Jean-Claude. (coordenação). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LOSADA, Juan Carlos. **Castillos Medievales.** In: Historia Y Vida. Nº 485.

____ **Dossier: la guerra de Flandes.** In: Historia Y Vida. Nº 488.

LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. **Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1690).** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 288. Junho-Setembro-1970.

MAGALHÃES, J.B. **A Evolução Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular.** In: Revista da Faculdade de Letras. p.1003

Disponível: ler.letras.up/uploads/ficheiros/4047.pdf

Acesso:09/03/2009

MARTÍNEZ, Carlos Ayala. **Las ordenes militares hispánicas em la edad media (siglos XII-XV).** Madrid: Marcial, 2003.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes. Rio de Janeiro: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MELLO JUNIOR, Donato. **Rio de Janeiro: planos, plantas e aparências**. Rio de Janeiro: Edição da Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral. **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, Eduardo (org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. **Edificações Militares: Um Percorso**. Lisboa, 1999.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco**. In: TENGARRINHA, José. (org.). **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2001.

MORI, Victor; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F. **Arquitetura Militar: um panorama a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Exército, Fundação Cultural do Exército, 2003

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OCEANOS. **Fortalezas da Expansão Portuguesa**. Número 28 – outubro/Dezembro, 1996.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Dissertação de doutoramento. Universidade de Évora, 2000.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil**. Salvador: Omar G., 2004.

PEREIRA, Paulo. **A conjuntura artística e as mudanças de gosto**. In: MATOSO, José (direção). **História de Portugal**. S/l: Editora Estampa, s/d, vol.III.

PESEZ, Jean-Marie. **Castelo**. In: LE GOOF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Vol. I.

PESSÔA, José. **A cidade barroca ou tardo medieval? A arquitetura na definição dos traçados urbanos da América Portuguesa**.

Disponível: <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/089f.pdf>

Acesso: 04/05/2008

- PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas. **Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem.** s/l: Andrea Jakobson Estúdio Editorial, 2005.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **A Defesa Militar do Porto e da Cidade do Rio de Janeiro em Quatro Séculos.** Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967.
- PROST, Antoine. **Social e Cultural indissociavelmente.** In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa : Estampa, 1998.
- PROVENÇAL, Lucien. **Os navegantes franceses na costa brasileira.** In: MARIZ, Vasco (org). **Brasil-França: Relações históricas no período colonial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006.
- REAL, Regina. **Dicionário de Belas Artes – Termos técnicos e matérias afins.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A, 1962.
- REIS, Antonio Matos. **O Foral de Guimarães – primeiro foral português – O contributo dos burgueses para a fundação de Portugal.** In: Revista de Guimarães, nº 106, 1996.
- ROSSA, Walter. **A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português.** Coimbra: Livraria Almedina, 2002.
- _____. **O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas.** In: Colectânea de Estudos Universo urbanístico português 1415-1822. Helder Carita e Renata Araújo (org). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- SANCHES, Marcos Guimarães. **O Rio de Janeiro e a “Repartição do Sul” no período filipino: consolidação e expansão da colonização.** *No prelo.*
- SANTOS, Corcino Medeiros. **O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica.** Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 1993.
- SANTOS, Francisco Ruas. **A arte da guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Rio de Janeiro no século XVI.** Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- SOUZA, Laura de Mello e Souza. **1680-1720: o império deste mundo.** Laura de Mello e Souza; Maria Fernanda Baptista Bicalho; coordenação Laura de Mello e Souza, Lilá Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- TAVARES, Aurélio de Lyra. **A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- TAVARES, Célia C. da Silva. **Jesuítas e Inquisidores em Goa: o cristianismo insular (1540-1682)**. Lisboa: Roma, 2004.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira**. *In: Comunicação apresentada no Colóquio “A Construção do Brasil Urbano”, Convento de Arrábida – Lisboa 2000.*
- TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens de Oliveira. **Coleção paisagens culturais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 2008
- TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **Princípios da Heráldica**. Petrópolis: Fundação MUDES, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VALLA, Margarida. **A formação Teórica dos Engenheiros militares**. Comunicação apresentada no Colóquio “A construção do Brasil urbano”, Convento da Arrábida – Lisboa, 2000.
- _____. **O Papel dos Arquitectos e engenheiros militares na transmissão das formas urbanas portuguesas**. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro, 1996.
- VERÍSSIMO, Inácio José. **História Militar do Rio de Janeiro nos Séculos XVI e XVII**. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 288. Julho-Setembro-1970.
- VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WHELING, Arno; WHELING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.